

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

Laísa Silva Campos

TER VOZ, TER VEZ, LUGAR:

A juventude e a mulher na Igreja e na Pastoral da Juventude na Arquidiocese de
Belo Horizonte, MG.

Belo Horizonte

2020

Laísa Silva Campos

TER VOZ, TER VEZ, LUGAR:

A juventude e a mulher na Igreja e na Pastoral da Juventude na Arquidiocese de Belo Horizonte, MG.

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Paulo Agostinho Nogueira Baptista

Linha de pesquisa: Religião, Política e Educação.

Belo Horizonte

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C198t	<p>Campos, Laísa Silva Ter voz, ter vez, lugar: a juventude e a mulher na igreja e na pastoral da juventude na Arquidiocese de Belo Horizonte, MG / Laísa Silva Campos. Belo Horizonte, 2020. 178 f. : il.</p>
	<p>Orientador: Paulo Agostinho Nogueira Baptista Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião</p>
	<p>1. Igreja Católica. Arquidiocese de Belo Horizonte (MG). 2. Pastoral da juventude. 3. Juventude - Mulheres. 4. Mulheres e religião. 5. Mulheres na Igreja Católica. 6. Mulheres no cristianismo. I. Baptista, Paulo Agostinho Nogueira. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. III. Título.</p>
	CDU: 230.2-055.2

Laísa Silva Campos

TER VOZ, TER VEZ, LUGAR:

A juventude e a mulher na Igreja e na Pastoral da Juventude na Arquidiocese de Belo Horizonte, MG.

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Paulo Agostinho Nogueira Baptista

Linha de pesquisa: Religião, Política e Educação.

Prof. Dr. Paulo Agostinho Nogueira Baptista - PUC – Minas (Orientador)

Prof. Dr. Flávio Munhoz Sofiati – UFG

Prof. Dr. Wellington Teodoro da Silva – PUC-Minas

Prof. Dr. Rodrigo Coppe Caldeira – PUC Minas (suplente)

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2020

*Aos meus pais que, mesmo não concordando ou entendendo minhas opções, as
aceitou, e orientaram meus passos.*

*Aos meus irmãos por contribuírem tanto na minha caminhada, e me ensinam me
questionar no caminho.*

*Ao meu companheiro, pelo incentivo cotidiano e por não me deixar desanimar ou
desistir.*

*Ao Joilson, que mesmo distante, caminhou comigo lado a lado e me provocou no
processo.*

*À memória do amigo Hilário Dick, que sempre me lembrou de não deixar de me
inquiatar e a me cuidar, com carinho e respeito.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiro, ao Deus da libertação, que é Pai e Mãe e se manifestou em tanta gente no percurso. À Arquidiocese de Belo Horizonte e à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em especial na pessoa do Reitor e amigo Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães que me possibilitaram realizar o sonho do Mestrado.

Ao meu orientador Paulo Agostinho, pelos questionamentos e ensinamentos e, sobretudo pela paciência de guiar meus passos nesse caminho.

Aos familiares, em especial, às mulheres da família, por me mostrarem quem sou, através de quem vocês são.

Aos mestres, pela paciência desprendida e por ensinar até as coisas que não aprendi.

À Pastoral da Juventude, por ser parte da minha caminhada, por me fazer amar as juventudes e a conhecer pessoas e lugares marcantes e místicos.

A todos que de alguma forma ajudaram a escrever mais essa página na minha história acadêmica e a colocar meus saberes à disposição.

Dor e doçura

*“Não use batom vermelho!
Não use essa saia curta!
Não ria alto, de preferência fique muda.
Pensando em trabalhar e estudar? Deixa de ser boba, seu lugar é em casa
Cuide das crianças volte já para lá!
Obedeça seu marido, satisfaça seus prazeres. Não questione quando for
agredida, amanhã ele trará flores e tudo ficará bem novamente...”*

*CADA UM SABE A DOR E A DOÇURA DE SER QUEM É! UM DIA ME
FALARAM...*

*A DOR DE SER QUEM SOU, ESTÁ EM SER MULHER.
POR ANDAR NA RUA COM MEDO, POR TER QUE PORTAR COMO
DESEJAM,
POR SOFRER ASSÉDIO, VIOLÊNCIA, PRESSÕES POR UM CORPO
PERFEITO.
ABRAÇAR A MARTERNIDADE
E AINDA SER UMA MULHER, QUE ELES INSTITULAM COMO “DE
RESPEITO”.*

*Caladas, aprisionadas e espancadas.
Durantes séculos e séculos somos assassinadas
O que fazem para romper com esse ciclo?
O silêncio é a resposta... Nada
Pois é engraçado, quando dizem que uma mulher foi estuprada, é sempre a
mesma pergunta:
Qual roupa que ela usava?*

*CADA UM SABE A DOR E A DOÇURA DE SER QUEM É. UM DIA ME
FALARAM...
A DOÇURA EM SER QUEM SOU, TAMBÉM ESTÁ EM SER MULHER.*

*NO CALOR DA LUTA COM AS COMPANHEIRAS QUE VIERAM ANTES
DE MIM, NOS TORNAMOS MAIS FORTES.
MARIAS E MARIELES QUE NÃO CALAM SUA VOZ, CANTAM NA LEVEZA
E GRITAM FORTE!*

*Nossa luta vem de tempos, conquistando nosso espaço, pra ter voz e
direitos.
Toda construção do feminismo só reivindica essas coisas:
O zelo pelas companheiras, o respeito e a empatia com as outras.*

*Somos mulheres, somos resistência
Queremos ser livres, sem pressões, sem julgamentos.*

*Agora já abrimos nossa boca e estamos falando mais alto
Para que vocês, homens, nos ouçam:
PAREM DE NOS MATAR!*

*CADA UM SABE A DOR E A DOÇURA DE SER QUEM É.
UM DIA ME FALARAM...*

*(Rillary Carvalho, 18 anos, Subsídio de Preparação para Assembleia
Arquidiocesana da Pastoral da Juventude, 2019, p.4)*

RESUMO

Esta dissertação objetiva discutir a presença de jovens e de jovens mulheres nos espaços de participação das comunidades paroquiais da Igreja Católica, e da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Belo Horizonte, problematizando questões e posicionamentos da Igreja e da referida pastoral referentes às relações intergeracionais e de gênero, tomando como recorte as *Assembleias do Povo de Deus*, que iniciaram sua história em 1990 com o Projeto Pastoral Construir a Esperança e teve a edição mais recente ocorrida no ano de 2019. A Arquidiocese de Belo Horizonte compreende 28 municípios sendo Belo Horizonte e sua Região Metropolitana. A dissertação, de natureza qualitativa, a partir análise sistemática e hermenêutica de documentos e referências bibliográficas do marco teórico, toma como base alguns documentos da Igreja Católica, como a *Gaudium et Spes*, do Concílio Vaticano II, das Conferências Latino-americanas, da CNBB, da Pastoral de Juventude - PJ, da Arquidiocese de Belo Horizonte, de atas da PJ nessa Arquidiocese, e do Papa Francisco, considerando sua abordagem na perspectiva das juventudes e das jovens mulheres. Aborda a história das *Assembleias do Povo de Deus*, eventos marcantes da Arquidiocese de BH, e os destaques de gênero e juventude deliberados como textos finais, fruto destes processos. Busca perceber ainda, como esses documentos repercutem na história da Pastoral da Juventude de Belo Horizonte, a partir de 2009, quando ocorre a rearticulação dessa pastoral a nível arquidiocesano. As conclusões mostram que, apesar dos problemas históricos identificados quanto a pouca participação de jovens e invisibilidade das jovens mulheres, a Pastoral da Juventude na Arquidiocese de Belo Horizonte começou e pode favorecer as reflexões de equidade de gênero, empoderamento das mulheres e sua participação, bem como a discussão da masculinidade e da violência contra a mulher, porém, tal discussão é muito recente e é necessário dar continuidade a estudos nesta perspectiva para se perceber como os jovens que participam desta pastoral têm assimilado isso em sua vida cotidiana. A pesquisa se situa no âmbito das Ciências da Religião Aplicada.

Palavras chave: Juventudes. Jovens mulheres. Igreja Católica. Assembleia do Povo de Deus. Pastoral da Juventude. Arquidiocese de Belo Horizonte.

ABSTRACT

This thesis aims to discuss the presence of young men and women in the participation spaces of the parochial communities of the Catholic Church, which belong to the Youth Ministry of the Archdiocese of Belo Horizonte, discussing questions and positionings of the Church and of the aforementioned Ministry related to the intergenerational and gender issues, based on the Assemblies of the People of God, which started their history in 1990 with the Ministerial Project Building the Hope and whose most recent edition happened in 2019. The Archdiocese of Belo Horizonte comprehends 28 counties, Belo Horizonte, and its Metropolitan Region. The thesis, of qualitative nature, upon systematic and hermeneutic analysis of documents and bibliographic references of the theoretical framework, based on documents of the Catholic Church, such as the *Gaudium et Spes*, from the *Vatican Council II*, of the Latin-American conferences, of the CNBB, of the Youth Ministry, of the Archdiocese of Belo Horizonte, of the records of such Ministry in the Archdiocese, and of Pope Francis, considering his approach in the perspective of the youths and of the young women. It approaches the history of the Assemblies of the People of God, memorable events of the Archdiocese of BH and the gender and youth highlights deliberated as final texts, fruit of these processes. Moreover, it tries to understand how these documents affect the history of the Ministry of Youth of Belo Horizonte, since 2019, when the rearticulation of this ministry at the archdiocesan level happens. The conclusions show that, despite the identified historical problems regarding the low participation of young people and the invisibility of the young women, the Youth Ministry has started and can favor the reflections about gender equity, women empowerment and their participation, as well as the discussion about masculinity and violence against women. However, such discussion is very recent, and it is necessary to continue the studies on this perspective, in order to understand how the young who participate of this ministry have been assimilating this topic in their daily lives. This research belongs to the field of Applied Religious Studies.

Keywords: Youth. Young women. Catholic Church. Assembly of the People of God. Youth Ministry. Archdiocese of Belo Horizonte.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Representatividade feminina na Câmara dos Deputados nas eleições de 2018.....p.37
- Figura 2- Regiões Episcopais da Arquidiocese de Belo Horizonte.....p.96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil das pessoas residentes na Arquidiocese de Belo Horizontep.98

Quadro 2 - Religião atual das pessoas residentes na Arquidiocese de Belo Horizonte.....p.98

Quadro 3 - Presença de fiéis na Igreja Católica na Arquidiocese de Belo Horizonte.....p.99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASSEMBLEIA DO POVO DE DEUS – **APD**

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – **CNBB**

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE – **CEB's**

CONSTITUIÇÃO APOSTÓLICA LUMEN GENTIUM - **LG**

CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA GAUDIUM ET SPES. - **GS**

DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA 2011-2015 - **DGAE 2011-2015**

DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO EVANGELIZADORA 2015-2019 - **DGAE 2015-2019**

DOCUMENTOS DA CNBB Nº 85: EVANGELIZAÇÃO DA JUVENTUDE

PERSPECTIVAS E DESAFIOS PASTORAIS – **DOC 85**

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA AMORIS LAETITIA - **AL**

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA CHRISTUS VIVIT - **CV**

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA EVANGELII GAUDIUM - **EG**

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA GAUDIUM ET EXULTATE - **GE**

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA QUERIDA AMAZÔNIA - **QE**

IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA – **ICAR**

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - **IDH**

JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA - **JAC**

JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA - **JEC**

JUVENTUDE INDEPENDENTE CATÓLICA – **JIC**

JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA – **JOC**

JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA – **JUC**

SUBSÍDIO DE ESTUDOS SOMOS IGREJA JOVEM. PASTORAL DA JUVENTUDE: UM JEITO DE SER E FAZER – **SIJ**

NÚCLEO DE ESTUDOS SÓCIOPOLÍTICOS - **NESP**

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - **ONU**

PASTORAIS DA JUVENTUDE DO BRASIL – **PJB**

PASTORAL DA JUVENTUDE – **PJ**

PASTORAL DA JUVENTUDE ESTUDANTIL- **PJE**

PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR - **PJMP**

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL- **PJR**

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRAGEM DE DOMICÍLIOS – **PNAD**

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - **PNUD**

SECRETARIADO ARQUIDIOCESANO DA JUVENTUDE – **SAJ**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Capítulo 1 Relações de Gênero e Juventude: concepções.....	21
1.1 Juventude como categoria analítica	22
1.2 Contradições entre teoria e prática nas relações de gênero.....	29
1.3 Marcas das desigualdades de gênero na juventude.....	41
Capítulo 2 Gênero e Juventude em documentos da Igreja	54
2.1 Gênero no Catolicismo Contemporâneo.....	55
2.2 A juventude nos documentos da Igreja.....	69
2.3 Articulações possíveis de Gênero e de Juventude na Pastoral da Juventude.....	84
Capítulo 3 Relações de gênero na Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Belo Horizonte	94
3.1 Perfil da Igreja Particular de BH e das <i>Assembleias do Povo de Deus</i>	95
3.2 Juventude e Gênero nas <i>Assembleias do Povo de Deus</i>	113
3.3 A Pastoral da juventude na Arquidiocese de Belo Horizonte: teorias e práticas sobre as relações de gênero	129
CONCLUSÃO.....	141
REFERÊNCIAS.....	151
ANEXOS	159

INTRODUÇÃO

A Pastoral da Juventude - PJ - é um dos grupos da Igreja Católica Apostólica Romana que realiza suas ações junto aos jovens. É uma das pastorais que atua na perspectiva da Teologia da Libertação, uma das feições desta Igreja que acredita na transformação social. Entre outras propostas, ela aponta que quer entender as relações de gênero e reavivar em homens e em mulheres a igualdade e a liberdade em dignidade de direitos. Essa é a temática de fundo deste trabalho que pretende investigar se esses espaços pastorais, que se sugerem ser de visibilidade e representação, auxiliam no empoderamento e na desconstrução da subalternidade feminina, mas também da juventude.

A pesquisa pretende, a partir de breve histórico da PJ, com recorte na Arquidiocese de Belo Horizonte, analisar através de materiais publicados e atas de suas reuniões a participação dos/as jovens e as formas com que as relações de gênero dão-se nesses âmbitos em relação à valorização do papel da mulher na Igreja. Pretende-se investigar, através de documentos da PJ, se tais espaços são lugares de visibilidade das inquietações e desafios que elas passam ou passaram estando nessa pastoral. A proposta é uma tentativa de perceber se esses espaços, que se propõem a dar voz e auxiliar na construção de novas relações de libertação, de fato possibilitam que isso aconteça, especialmente nos últimos 11 anos de atuação da PJ em nível arquidiocesano.

A pesquisa situa-se na Linha “Religião, Política e Educação”, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da PUC Minas, sob a orientação do Prof. Paulo Agostinho N. Baptista, estando articulada com seu projeto “Religião, Teologia e suas interfaces com a Educação e a Juventude”.

Para a pesquisa, serão utilizadas categorias analíticas de gênero e Juventude, além de documentos eclesiais produzidos a partir do Concílio Vaticano II que afirmam que a Igreja tem uma “opção preferencial pelos jovens” e do atual Papa, no intuito de perceber se há mudanças entre as posições na Igreja no que tange esses assuntos. Também analisa os documentos produzidos pela igreja no Brasil através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e os documentos da PJ Nacional.

Situando a pesquisa de forma mais objetiva, traça-se um breve perfil da Arquidiocese de Belo Horizonte, retoma e analisa a história das *Assembleias do*

Povo de Deus – APDs, que desde o Projeto Pastoral Construir a Esperança tenta internalizar as propostas do Concílio. A PJ na Arquidiocese de Belo Horizonte bebe destas fontes e a pesquisa pretende perceber se elas estão refletidas em seus materiais produzidos, ações e reuniões, se há evidentes sinais de reflexão e discussão sobre a juventude, as relações de gênero, se eles de fato possibilitam reflexão sobre a temática entre os jovens, possibilitando às jovens mulheres, que dela fazem parte, refletir sobre o tema, assumir espaços de participação e visibilidade.

Uma das categorias estudada na pesquisa é juventude. Para essa categoria, tomada no plural – juventudes –, é possível encontrar em Luiz Antonio Groppo (2000) uma perspectiva sociológica da condição juvenil e em Helena Abramo (2005), que publica sobre a condição juvenil no Brasil contemporâneo. Encontra-se também várias sínteses sobre juventudes na obra *Retratos da Juventude Brasileira*. Libanio (2004), em seu livro *Jovens em tempos de pós modernidade*, que apresenta também estudos sobre juventudes. Regina Novaes (2004; 2008) apresenta pesquisas que ultrapassam as generalizações de uma visão adultocêntrica sobre os jovens, que superam o senso comum, fazendo uma aproximação com a realidade juvenil. Juarez Dayrell e Nilma Lino (2008) apresentam também reflexões sobre a categoria juventude no Brasil, apontando a importância do uso juventudes no plural, para dar conta de abarcar toda a diversidade que ela contém.

Quanto às pesquisas sobre juventudes no âmbito Pastoral, encontramos em Flávio Sofiati (2013) discussão sobre o processo de formação da Pastoral da Juventude do Brasil e o significado da opção pelos pobres na Teologia da libertação no contexto atual, tendo como recorte a Pastoral da Juventude no Brasil e as Pastorais da Juventude independentes, posteriormente, Pastoral da Juventude - PJ, Pastoral da Juventude Estudantil - PJE, Pastoral da Juventude do Meio Popular - PJMP e Pastoral da Juventude Rural - PJR. Giseli Siqueira, Paulo Baptista e Welington Teodoro-Silva (2018, 2019) apresentam como as conferências de Medellín e Puebla refletiram a “opção pelos pobres” assumida no Concílio Vaticano II. Cleo Mota (2010) estuda os processos de construção da Identidade em jovens da Pastoral da Juventude e Daniele Hèrvieu-Léger (2015) discute sobre figuras da religião pós-moderna, que ela intitula de Peregrino e Convertido, sendo destaque, os jovens peregrinos que participam das Jornadas Mundiais da Juventude. Liciania Cabral Caneschi (2015) aponta a saída da casa dos pais como um dos processos de

transição da vida adulta e como esta saída é percebida pela sociedade. Frederico Rick e Liliam Pinto (2020, no prelo), ajudam a compreender o histórico das Pastorais Sociais no Brasil e na Arquidiocese de Belo Horizonte e a influência do Concílio Vaticano II e das Conferências Gerais do Episcopado Latino Americano para a história das *Assembleias do Povo de Deus*.

No que tange às relações de gênero e às instituições religiosas, sobretudo na Igreja Católica Apostólica Romana, uma parte da pesquisa é inspirada no trabalho de Maria Isabel da Cruz (2013) *Mulheres na Igreja e na Política*, que trata da trajetória de três mulheres, participantes de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). A autora mostra as desigualdades de gênero que essas comunidades repercutem em suas práticas, ainda que se proponham à desconstrução das opressões e às práticas libertadoras e ao incentivo do exercício político em diversos espaços. A partir de um levantamento bibliográfico de documentos da Igreja Católica Apostólica Romana, a autora traça um paralelo entre a posição desta instituição sobre o papel da mulher na Igreja, a visão das CEB's e a trajetória de mulheres que dela participaram, antes, durante e depois de elas ocuparem cargos públicos, político-partidários. Maria Cecília Domezi (2016) escreve sobre a convocação de mulheres a participarem como ouvintes no Concílio Vaticano II, como ocorreu os desafios e os resultados dessa participação. Ivone Gebara (2017) discute Religião, Igreja e Poder, contribui ao apontar que as mulheres são parte da Igreja e que a elas ainda é reservado o lugar dos trabalhos não reconhecidos, que são silenciadas e é preciso reaprender a falarem por elas mesmas.

Não há trabalhos muito semelhantes à proposta desta pesquisa que envolvam juntas as variáveis de gênero e juventude. Há diversos estudos de gênero, mas com o recorte na igreja Católica não há muitos registros pelo que se investigou, bem como trabalhos sobre juventude e a Pastoral da Juventude abordando as mulheres ou as relações de gênero nesta Pastoral, particularmente em relação à Arquidiocese de Belo Horizonte. Há trabalhos com outros recortes que isoladamente discutem as variáveis de participação e gênero, relações de poder e relações de gênero, mas não sobre juventude e gênero na Arquidiocese.

A dissertação utiliza como metodologia a pesquisa documental e bibliográfica, portanto, é uma pesquisa qualitativa, que analisa de forma sistemática e hermenêutica o material encontrado. Não abordará as histórias de vida que fazem parte da PJ. Não será possível, por exemplo, identificar como as jovens mulheres

têm internalizado as reflexões ou como elas mudam sua postura ante à vida. Também, por ser um debate que aparece apenas na história da PJ na Arquidiocese de Belo Horizonte de modo muito recente, seria necessário mais estudos e trabalhos qualitativos para perceber melhor esses aspectos. A ausência de materiais de coordenações antigas, anteriores à década de 1990, limita a análise já que só foi possível ter acesso a materiais da história mais recente da PJ na Arquidiocese, pois esta ficou por quase 20 anos sem articulação ou coordenação. Seria um grande desafio, para pesquisas ulteriores, continuar investigado e procurando essa documentação.

A pesquisa justifica-se por sua relevância em levantar pontos das relações e papéis de gênero na Igreja Católica em uma das Pastorais, que se propõe a repensar esses papéis. Pessoalmente como jovem, mulher e leiga, por ser integrante desta denominação religiosa e ter feito parte dos processos de articulação desta pastoral, há meu interesse em pesquisar essa temática. Gostaria até de perceber, através do confronto entre teoria e práticas da pastoral, como os processos que a PJ promove para que as mulheres empoderem-se, que nela atuaram, foram ou não perpassadas por isso em suas trajetórias e como foram marcadas suas vidas. Infelizmente esse trabalho de campo não faz parte do escopo da pesquisa.

O título do trabalho *Ter voz, Ter vez, Lugar* é parte de uma música que, em 2015, no Encontro Nacional da Pastoral da Juventude em Maringá, ficou marcada nos jovens que participaram do encontro, já que naquele momento a pastoral sofria repressões e era combatida ou não aceita em muitas dioceses no Brasil. O refrão serviu de inspiração para que muitos jovens não desanimassem da caminhada e percebessem seu lugar na Igreja.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo aborda os estudos de juventude e os estudos de gênero, trazendo concepções e possibilidades de análise e busca realizar um paralelo entre como essas variáveis se inter-relacionam, buscando compreender como as relações de gênero perpassam as juventudes. O segundo capítulo faz um levantamento dos posicionamentos da Igreja Católica no que se refere às mulheres e relações de gênero e aos jovens e as reações intergeracionais, através dos documentos produzidos pela igreja, como recorte, se tem o Documento *Gaudium et Spes*, produzido após o Concílio Vaticano II, as exortações apostólicas do papado de Francisco e os documentos produzidos

pela CNBB e pela Pastoral da Juventude Nacional. Já o terceiro capítulo trata de caracterizar a Arquidiocese de Belo Horizonte, faz breve levantamento do histórico das *Assembleias do Povo de Deus* e analisa os Planos Pastorais e documentos produzidos por elas. Por fim, faz um breve histórico da Pastoral da Juventude na Arquidiocese de Belo Horizonte, sobretudo da retomada das articulações arquidiocesanas a partir do ano de 2009. Busca perceber durante esse período, como esses posicionamentos eclesiais, sobretudo as posições referentes às juventudes e às mulheres, aparecem em documentos, atas de reuniões e publicações da PJ na Arquidiocese de Belo Horizonte.

Crescem o número de estudos e debates sobre o papel da mulher e as teologias feministas. Há uma grande participação de mulheres na vida cotidiana das comunidades de fé desde o princípio da história e foi a partir da presença feminina na vida religiosa que surgiram diversas obras sociais. O Concílio Vaticano II também teve presença feminina, ainda que não enquanto conciliares, mas em papéis fundamentais de redação de documentos e relatórios. É inegável a importância e a presença das mulheres, porém, há discussões que apontam que essa presença tem sido cada vez menor, tanto na vida das comunidades quanto nas congregações femininas e isso revela uma ausência de sentido nas participações. Refletir sobre como se dão as relações de gênero no interior da Igreja pode dar pistas para que a instituição repense posturas, práticas, discursos e levante discussões cada vez mais presentes em outros lugares sociais. Para a Igreja Particular, a Arquidiocese de Belo Horizonte pode levantar críticas, apontar pistas de ação e reflexões que ampliem perspectivas de atuação pastoral e política.

Para as Ciências da Religião, investigar costumes e práticas de uma tradição religiosa que muito influencia outras esferas da sociedade, a partir de uma discussão sob uma perspectiva feminista, pode ampliar o leque de possibilidades de análise. Também evidencia o caráter heterogêneo da Igreja Católica, que tem documentos e diretrizes globais mais comuns e muitas linhas de atuação, teologias, práticas pastorais. A cada dia abre outras possibilidades que se refletem em diversas formas de interpretação, modos de vivência comunitária, projetos pastorais e de evangelização que tentam dar resposta às questões atuais, ainda que carreguem consigo muitas das tradições que foram criadas em contextos diferentes.

Enquanto relevância para a sociedade, a Igreja Católica, por sua inserção na vida social de muitas mulheres, não está isenta de ser permeada das principais

questões debatidas na sociedade e é questionada enquanto instituição a se posicionar. O caráter de laicidade do Estado não consiste em negar as religiões, mas em considerá-las, em qualquer situação que se apresente, frente à necessidade de sua interferência. Também, sendo uma potência para informar, orientar e construir conhecimento nas mais diversas áreas, a atuação da Igreja Católica, bem como de outras religiões e suas normativas, influenciam a vida social, seja nas decisões consideradas hoje de cunho privado e pessoal, seja de legislações, normas sociais, políticas públicas ou de outras decisões sociais. Por isso, entender como as relações de gênero dão-se no interior destas instituições é também compreender como as pessoas que formam a sociedade comportam-se, posicionam-se e tomam suas decisões de vida, que pode ter uma religião como parte orientadora.

Espera-se que tal investigação venha a se somar às pesquisas sobre juventude, gênero e religião, particularmente na Pastoral de Juventude no Brasil e na Arquidiocese de Belo Horizonte, que inspire a continuidade em outros aspectos não abordados como a análise das subjetividades desses jovens e dessas jovens mulheres.

Capítulo 1 Relações de Gênero e Juventude: concepções

As atitudes, visões e ações das pessoas não deixam de estar ligadas e, em certa ou boa medida, determinadas pelo sexo e gênero: cultura, economia, família e sua organização, e até mesmo a religião, pois definem papéis determinados às mulheres e aos homens, conforme afirma Cruz (2013). Sendo assim, no exercício público, há maiores barreiras e desafios para mulheres que para homens, pois esses espaços públicos são tradicionalmente herdados e mantidos por eles.

É importante ressaltar também, que a mulher é socialmente responsável pelo trabalho reprodutivo, que envolve desde a concepção e a procriação da espécie, mas também os trabalhos domésticos, o cuidado com crianças, idosos e a educação e criação de filhos. Tal trabalho não é economicamente contabilizado, faz com que a mulher da atualidade, esteja no mercado de trabalho, tenha duplas ou triplas jornadas não reconhecidas, o que faz com que haja menos tempo e condições para que ela se ocupe de outros espaços como: os políticos, os sociais ou a carreira acadêmica. É ainda importante lembrar que há uma cobrança para que a mulher seja esposa e mãe, como se esse fosse um caminho natural e único em sua vida, por isso mesmo, a sociedade demanda da mulher determinado papel.

Do mesmo modo, outra discussão necessária de ser levantada é sobre o conceito de juventude. A juventude é uma criação simbólica fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, conforme aponta Groppo (2000). No mesmo sentido, o autor define a juventude como uma categoria social, o que faz com que sua classificação transcenda a uma mera categoria por faixas de idades, resultando na impossibilidade de observar essa categoria como um grupo coeso ou uma classe.

Nessa perspectiva, em linhas gerais, a juventude caracteriza-se como uma representação sociocultural e uma situação social. E são diversas, existem juventudes. Ou seja, sua composição faz-se, principalmente, de representações simbólicas e de situações sociais, com formas e conteúdos próprios e que, por conseguinte, têm influência importante nas sociedades modernas e contemporâneas. Por isso, mais adequado é falar em juventudes, no plural.

Tanto as categorias gênero quanto juventude são importantes neste trabalho, que pretende relacionar o debate intergeracional ao debate de gênero, discutindo assim as relações de poder e privilégio que as envolvem. Há diferentes expectativas

para jovens sendo eles homens ou mulheres? Para isso, este primeiro capítulo irá abordar conceitos de juventude e de gênero, na tentativa de utilizá-los como categoria de análise para documentos eclesiais nos capítulos seguintes.

Este capítulo apresentará o marco teórico e conceitual do trabalho, que traz os conceitos e as articulações possíveis entre essas categorias, que serão utilizados para a reflexão. Discutirá ainda as contradições entre teoria e prática nas relações de gênero e juventude e as marcas geradas nas relações de poder e de subalternidade em jovens mulheres.

1.1 Juventude como categoria analítica

Giorgio Agambem (2009) reflete sobre a contemporaneidade através de metáforas, trazendo o sentido de relação com o tempo, como uma dissociação e um anacronismo, já que, para ele, os ditos 'contemporâneos' não aderem a tudo da época em que estão vivendo, num exercício de se distanciar. Segundo o autor, é como um poeta que precisa estar com o olho fixo no tempo e percebe o escuro donde todos veem a luz, porém como um movimento de perceber a escuridão.

Esse autor afirma que contemporâneo é quem não se deixa cegar pelas luzes do século e recebe as trevas de seu tempo. É como uma entressafra, uma espera não passiva, um novo que ainda está para nascer, em contraponto com um velho que ainda não morreu, mas que não morrerá de todo, pois toda a novidade advém desse velho e contemporâneo é um ser fora do tempo, estando dentro dele. Nesse sentido, podemos correlacionar o que se entende por juventude para alguns dos teóricos estudados.

A juventude é uma criação simbólica construída pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens. (GROPPO, 2000). O autor define a juventude como uma categoria social, seria mais do que cronologia de idades e não faz dessa categoria um grupo coeso ou uma classe. Ela se torna assim uma representação sociocultural e uma situação social. Além disso, essa categoria é composta, principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com formas e conteúdos próprios e que têm influência importante nas sociedades modernas.

Segundo Debert (2010) é muito recente a valorização da juventude como etapa da vida marcada por criatividade e dinamismo, assim como ela só pode ser compreendida plenamente como produto do contexto pós-guerra: o jovem como

símbolo de rebeldia. Assim, há muitos que colocam os jovens como sujeitos contemporâneos, o que se pode concordar, em certa medida, mas não se pode afirmar isso por completo, pois por ser uma categoria social fabricada, ela pode ser feita de modo a manter costumes, ser espera passiva e não ser compreendida como “sujeito contemporâneo”, conforme afirma Agambem (2009). Portanto, não há sujeito por si só contemporâneo, ainda que ele viva à época contemporânea, mas a juventude tem maior possibilidade de assumir este lugar, já que sua situação social e temporal coloca-lhe nesse lugar de entressafra da atualidade, entre um “velho” que ainda não morreu e um “novo” que ainda não nasceu.

Já Reinhart Koselleck (2014) trabalha os estratos do tempo e os polos com que os historiadores percebem o tempo de modo linear ou circular e afirma que ambos os modos são insuficientes para apreender a história. Os estratos do tempo correspondem a essa oposição de circularidade e linearidade, fazendo um paralelo do tempo como uma rocha estratificada, sendo muitos momentos condensados, formando as bases que remetem um estrato ao outro, mas não de modo dependente.

A investigação do tempo nos processos históricos evidencia a singularidade das experiências que são apenas parte da verdade, já que a história também se compõe de experiências repetidas e o autor faz um alerta quanto à arrogância da idade que nos leva à cegueira, pois quanto mais velhos, menor a capacidade de se surpreender com a singularidade da história, portanto, “os tempos históricos se apoiam em limites biológicos” (KOSELLECK, 2014, p. 24). Novamente aqui, podemos correlacionar essa posição com os estudos sobre juventude. De acordo com Groppo (2000), a sociedade é constituída, além da estrutura de classes e estratificações sociais, pelas faixas etárias e a cronologia do tempo da vida. Essa estrutura valoriza a experiência como sabedoria, o que cria uma hierarquia de valorização dos mais velhos em decorrência dos mais novos e isso causa certa invisibilidade, que se agrava quando se é parte de outras categorias sociais, também invisibilizadas. Essa não participação parece um processo natural, como é o caso das mulheres.

A juventude é “uma situação social que é simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana devido à sua combinação com outras situações sociais [...] e devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como às distinções de etnia e gênero” (GROPPO, 2000, p. 15).

Groppo (2016) afirma ainda que há um paradigma do jovem como sujeito social, que traz aspectos positivos para visão de juventude, como a perspectiva que considera o jovem como sujeito autônomo e capaz de tomar decisões que, diferente dos adultos, com relações institucionais e experiências de vida já consolidadas, permite aos jovens assumir outras perspectivas, tornando o jovem mais ativo na sua socialização. Com essa perspectiva é possível fazer propostas educacionais e de políticas públicas mais voltadas para a promoção do jovem a recursos e informação para que ele consiga conduzir sua vida e dar coerência a experiências diferentes entre instituições incoerentes e instáveis em si (como família, trabalho, mídia, consumo etc.). Porém, esse paradigma traz como limite uma visão unilateral de não-superação do capitalismo e, reduz o jovem à unicamente políticas públicas para juventude, muitas vezes apenas no discurso, mas não na realização dessas políticas.

Segundo o autor, uma via interessante, mas não uma fórmula pronta destinada a trazer a resposta para qualquer questão relacionada aos jovens é ter um olhar dialético sobre os jovens, já que a dialética dos jovens se dá através da percepção que eles têm dos elementos contraditórios no interior das instituições criadas para a dita socialização dos jovens, tidas como aquelas que definem o que é oficial, porém esses elementos contraditórios as colocam como passíveis de superação e contestação. Portanto, para Groppo (2016), as juventudes na sociedade moderna sempre estiveram envolvidas em conflitos e tensões.

Abramo (2005) elenca diferentes concepções que a literatura latino-americana tem consolidada e que influenciam as formas como o jovem pode ser visto num mesmo espaço. Uma das concepções é a de juventude como etapa preparatória, que traz a juventude como etapa de transição entre a infância e a idade adulta. Um de seus problemas “é que não visualiza os jovens como sujeitos sociais do presente, pois o futuro cumpre a função de eixo ordenador de sua preparação” (ABRAMO 2005, p. 20). Quando se é jovem, se está em preparação para algo que virá a ser, por isso, a opinião do jovem tem menor valorização, não sendo muitas vezes levada em consideração, pois ele ainda não tem experiências de vida suficientes de acordo com essa visão. Tal concepção causa invisibilidade, que pode se agravar quando se é parte de outras categorias sociais, também invisibilizadas, onde essa não participação parece um processo natural.

Outra concepção mostra a juventude como etapa problemática (ABRAMO, 2005). Nesta classificação, que dialoga com Debert (2010) quando ele diz do aspecto do jovem como rebelde no contexto do pós-guerra, o jovem aparece a partir daquilo que é considerado como problema, porque ameaça a ordem social. Aparece como comportamentos de risco e transgressão. Essa abordagem faz com que seja construída uma percepção generalizadora da juventude que a estigmatiza a partir destes problemas. Podemos perceber nos diálogos intergeracionais, uma não confiança nas ações dos jovens devido a essa concepção.

Outra perspectiva também traçada por Abramo (2005) é o jovem como ator estratégico do desenvolvimento. Esta apresenta avanços na concepção de juventude, pois reconhece os jovens como atores dinâmicos da sociedade, com potencial para responder desafios sociais colocados. Assim, traz a possibilidade de incorporar os jovens numa perspectiva includente. Porém, este enfoque fala muito pouco da contextualização do modelo de desenvolvimento no qual os jovens inserem-se como atores ou até que ponto eles também devem discutir a decisão a respeito desse modelo.

Também há a aposta no protagonismo dos jovens, muitas vezes é a aposta numa “contribuição construtiva” que ignora as dimensões de conflito e disputa em torno dos modelos de desenvolvimento. Assim, por vezes, essa inclusão serve aos interesses de adultos envolvidos e/ou de quem coordena esses processos. Nos diversos grupos da sociedade, é fácil perceber que os jovens são incluídos em alguns espaços, mas não em todos, como nos de decisão.

Segundo Dayrell e Gomes (2008), as características e valores ligados à juventude atualmente são muito valorizadas, como: a energia, a estética corporal ou a busca pelo novo num processo que os autores chamam de “juvenilização” da sociedade. Todos querem ser jovens, desde que isso signifique uma dessas características. Porém, a juventude brasileira ainda não é percebida como sujeito de direitos e não são foco de espaços e tempos para vivenciar esse momento de sua vida e nem são alvos de políticas públicas que garantam acesso aos bens materiais e culturais.

Esses autores afirmam que muitas vezes os jovens são vistos em uma condição transitória, de um sujeito que só terá sentido nas ações do presente em sua vida adulta, sendo sua condição juvenil transitória e passageira, numa ótica

negativa de encarar a juventude, que nega seu momento presente (DAYRELL; GOMES, 2008).

Os mesmos autores reforçam o pensamento de Abramo (2005) apresentando outras imagens que convivem no imaginário da sociedade no que se refere à juventude, a juventude enquanto problema, que ganha visibilidade ao ser associada com índices criminais e de violência, como o uso e tráfico de drogas, as doenças sexualmente transmissíveis, sobretudo a Aids, e a gravidez precoce, por exemplo. Os problemas dessa visão não são os índices em si, mas a redução da visão do jovem associado aos problemas e o jovem ser considerado apenas como situação de risco, não levando em conta suas possibilidades e potenciais.

Ao mesmo tempo, Dayrell e Gomes (2008) apresentam a visão romantizada da juventude, que se associa ao prazer, expressão de comportamentos exóticos e liberdade, aliada a uma noção de moratória como um tempo para erro, um ensaio para a vida, marcado por busca e pela irresponsabilidade, que acaba por relativizar as ações dos jovens e desconsidera as dificuldades e dores vividas nas descobertas e experiências confrontadas com os limites individuais e pelos contextos familiares e sociais. Há também uma visão do jovem associada à cultura, que reduz a visão de juventude apenas a suas atividades de fim de semana ou quando envolvido em atividades culturais.

É durante a fase da juventude que se adquire a possibilidade de procriação, quando se passa a necessitar menos da proteção familiar e a assumir responsabilidades em busca de independência e provas de sua autossuficiência, dentre outras características biológicas e psicológicas (DAYRELL; GOMES, 2008). Porém, essa construção de juventude dá-se de diferentes maneiras nas culturas e sociedade e em diferentes momentos históricos. Segundo os autores,

podemos dizer que cada sociedade e cada grupo social lida e representa de maneira diversa esse momento. Essa diversidade se concretiza nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores), de gênero, nas regiões geográficas, dentre outros. É muito diferente, por exemplo, a noção do que é o jovem, de como vivencia esta fase e de como é tratado em famílias de classe média ou de camadas populares, em um grande centro urbano ou no meio rural. Nesta perspectiva não podemos enquadrar a juventude em critérios rígidos, como uma etapa com um início e um fim pré-determinados, muito menos como um momento de preparação que será superado quando entrar na vida adulta. Devemos entender a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem suas especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma.

Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Enfim, podemos dizer que não existe um único modo de ser jovem, o que nos leva a enfatizar a noção de juventudes, no plural, para explicitar a diversidade de modos de ser jovem existentes (DAYRELL; GOMES, 2008, p.5).

Segundo Cleo Mota (2010), a expressão *juventudes* abarca as diferentes vivências nessa fase da vida, diversidade presente nas diferenças de classe, de gênero etc. que permite uma reinterpretação dos indivíduos para expressar o que é “ser jovem” à sua maneira, diferenciando-se de outras juventudes. Porém, essa diversidade aponta contradições da modernidade, que tenta criar um ideal de juventude, que é pautado em características de um jovem urbano, ocidental, branco e masculino. É possível perceber essas características ao pedir a uma pessoa para imaginar um jovem e descrevê-lo. O ideário social que se tem dessa parcela da população é homogeneizado nesse perfil. Segundo Mota,

aos poucos, com esforço e luta, diferentes grupos foram conquistando o direito de ter as suas próprias representações sociais e de fazer valer as suas relações sociais concretas. Dessa maneira, o termo *juventudes* quer abranger a riqueza e a diferença, pois não se pode enquadrar todas as maneiras de se viver e experienciar esse momento da vida em um único modo de ser jovem (MOTA, 2010, p.13).

Groppa (2017) chama a atenção para as “Jornadas de Junho” que, apesar de apresentar contradições, apontam que muitas vezes a capacidade de atuação politizada e de construção política pode partir de modo autônomo dos jovens e de seus coletivos. Foram um processo auto formativo para os jovens, que nos recorda o direito à mobilidade urbana, à livre manifestação, ao espaço público e demonstra a capacidade do jovem ser sujeito ativo da política. Também, as jornadas nos levam a questionar até que ponto as políticas voltadas para as juventudes realmente ouviram e atenderam às necessidades desses jovens, e o quanto elas não foram uma maneira de se forçar a ouvir os jovens através de formas não tradicionais e canais não institucionalizados de participação política.

A juventude é, portanto, um processo de socialização de um indivíduo que não se refere apenas à preparação para a vida adulta, mas deve ser percebida como importante para a formação individual e social do ser. As especificidades de cada jovem precisam ser consideradas nos diferentes contextos e, por isso, utilizaremos o termo *juventudes*, a fim de não generalizar o conceito e cair em uma homogeneização desse público que é diverso.

Dentre os aspectos importantes desta pesquisa e da categoria juventude, é refletir sobre a perspectiva religiosa dos jovens, ter um panorama de como os jovens posicionam-se em relação ao religioso. Para tal, utilizaremos o posicionamento de João Batista Libanio (2004), que apresenta diferentes posições do jovem diante do religioso e os divide em três grupos. O primeiro que Libanio (2004) aponta, são os jovens que diante da sociedade pós-moderna: sentem-se inseguros, pois foram derrubadas as balizas de orientação da ética e religião. Por isso, alguns desses jovens fundem-se ao fundamentalismo devido à segurança que os ensinamentos oferecem e pela ênfase na afetividade presente nesses grupos. Além disso, soma-se a tendência ao fanatismo, cuja postura política é conservadora e até mesmo reacionária. Estes grupos organizam-se em movimentos que pretendem proteger o jovem do mundo, criando guetos de participação entre eles. O aspecto religioso mais presente é o clericalismo e alguns movimentos, como a Renovação Carismática Católica e outros movimentos espiritualistas, colocam grande foco na afetividade e em uma prática religiosa constante. São percebidos traços de tradicionalismo, mas a experiência é focada na doutrina. Realizam grandes eventos e movimentos de massa, que dão aos seus participantes uma sensação de grandiosidade e respaldam a legitimidade do movimento. Essas características são reforçadas por meio do marketing religioso e pela intensa presença da mídia católica na vida desses jovens.

O segundo grupo descrito por Libanio são os jovens religiosos que praticam “sua fé no coração da modernidade e pós modernidade” (LIBANIO, 2004, p. 93). Atuam em pequenos grupos ou dispersos no meio das comunidades, inseridos na vida paroquial exercendo, principalmente junto a outros jovens, diferentes serviços: “Para que esse grupo se sinta acolhido nas comunidades é necessário inventar iniciativas que tenham um cunho espiritual, mas também, intelectual, pastoral e social.” (MOTA, 2012, p.18)

Uma terceira postura dos jovens diante do religioso é marcada pelas crises religiosas, sobretudo quando esses jovens, vindos de ambiente familiar religioso, entram em crise. Primeiro, porque se a fé não é amadurecida suficientemente no jovem, ele se depara com as posições científicas que entram em contraponto com as posições religiosas (ainda que estas sejam esferas de produção do conhecimento muito distintas, com bases diferentes de validação). Ao se confrontarem com esta outra realidade da ciência, sem conseguir dar sentido ao que aprendem, mas sem

segurança para abandonar a fé, inicia-se um afastamento das práticas religiosas. Vivenciam também novas situações afetivas e sexuais, que demonstram defasagem dos ensinamentos morais e religiosos. O que vivenciam no âmbito religioso perde o sentido, pois não entendem os motivos das renúncias que a religião pede-lhes. Os sentimentos dos jovens variam de “ceticismo à repulsa, da indiferença ao aborrecimento, do cansaço à inutilidade diante da religião.” (LIBANIO, 2004, p. 99).

Carranza e Sofiati (2018) analisam o jovem institucionalizado a partir de opiniões retiradas de pesquisa feita na Jornada Mundial da Juventude de 2013. Como conclusão da pesquisa, apontam que os jovens, que participam da instituição, por vezes não possuem a mesma posição que o dogma oficial, assim, mantém um distanciamento “negociando uma adesão não incondicional aos propósitos institucionais” (CARRANZA E SOFIATI, 2018, p. 347). Para eles, os jovens ora se alinham institucionalmente na Igreja, porém, sem perder seus laços orgânicos com ela, mas também se distanciam ideologicamente, já que a condição da modernidade é a afirmação da autonomia individual, e, por sua vez, a Igreja Católica busca discipliná-la através do alinhamento de uma visão de mundo.

São apresentados por Carranza e Sofiati (2018) duas posturas dos jovens, advindas da tal negociação, que retiram o sentimento de culpa dos participantes, principalmente se esse posicionamento contrário se dá em temas polêmicos, já que a pertença à igreja se associa ao que traz segurança, que é seu legado tradicional mais amplo. Assim, é possível perceber uma postura de um catolicismo liberal, que é “quando assumem sua autonomia no uso de anticoncepcionais” e a do catolicismo tradicional e conservador “ao rejeitar o aborto, o sacerdócio casado, as relações sexuais e a convivências antes do casamento” (CARRANZA e SOFIATI, 2018, p.348)

Depois desta breve reflexão sobre juventude, é necessário agora discutir a categoria gênero.

1.2 Contradições entre teoria e prática nas relações de gênero

O gênero é também ponto importante de discussão deste trabalho. De acordo com Cruz (2013), as ações das pessoas ainda estão ligadas e determinadas pelo sexo, cultura, crença, organização familiar, dentre outros aspectos, que delegam às mulheres papéis determinados. Sendo assim, no exercício público, elas têm maiores barreiras e desafios que os homens, pois esses espaços públicos são

tradicionalmente herdados por homens. Pensando nisso, também é maior o desafio para as jovens mulheres, que, além das concepções que podem ser adotadas sobre juventude, há também o viés de gênero.

De acordo com o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda (2010), gênero é a categoria que indica por meio de desinências uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como: sexo e associações psicológicas. Há gêneros masculino, feminino e neutro. Segundo Joan Scott (1989), estes termos gramaticais foram utilizados ao longo dos séculos de modo figurado para se referir a traços de caráter ou sexuais. As feministas utilizavam o termo “gênero” ao se referir à organização social das relações entre os sexos. Segundo Scott,

No seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”. Livros e artigos de todo o tipo, que tinham como tema a história das mulheres substituíram durante os últimos anos nos seus títulos o termo de “mulheres” pelo termo de “gênero”. Em alguns casos, este uso, ainda que referindo-se vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do “gênero” é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980. (SCOTT, 1989, p.3)

Para se compreender o conceito de gênero, do modo que será utilizado, se referindo às mulheres, é necessário separar a noção que temos entre gênero e sexo. Sexo refere-se às características anatômicas e físicas do corpo, como as diferenças entre os corpos dos homens e das mulheres, como os órgãos genitais. Já gênero, é o conjunto de fatores socioculturais que são atribuídos a esses corpos, ou seja, a ideia do que é feminino e masculino, no que é entendido por ser homem e ser mulher e não nas características biológicas.

De modo geral, podemos afirmar que as diferenças de gênero são as principais diferenças estabelecidas entre homens e mulheres através de relações sociais dadas historicamente, sendo assim, o gênero é uma categoria de classificação de indivíduos, bem como classe social e etnia (HEILBORN, 2010). Há

diversas pesquisas orientadas pela categoria de gênero que mostram que as diferenças atribuídas a homens e mulheres produzem e reforçam relações de poder, diferenças estabelecidas em contextos históricos de dominação, que persistem através dos tempos. Segundo Gayle Rubin,

Toda sociedade também tem um sistema de sexo/ gênero – um conjunto de disposições pelas quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana, social, e satisfeita de uma maneira convencional, por mais bizarras que sejam algumas dessas convenções. (RUBIN, 1975, p.17)

Esse conceito contribui para uma análise da sociedade ao questionar padrões sociais estabelecidos para homens e mulheres. Comprovando que as diferenças de padrões foram construídas historicamente, os estudos de gênero evidenciam possibilidades de reverter injustiças e construir possibilidades de equidade na relação entre homens e mulheres (HEILBORN, 2010).

Para Rubin (1975), toda sociedade possui um sistema que ela denomina de sexo/gênero, que são arranjos sociais pelos quais a sexualidade biológica torna-se produto da atividade humana e que as necessidades sexuais são satisfeitas. Numa análise marxista, as necessidades dos trabalhadores, bem como a forma de satisfazê-las, é um produto histórico, que depende da cultura, dos costumes e exigências de vida destes trabalhadores em determinado local. Para a autora, o que determina o valor da força de trabalho, diferente de outras mercadorias, contém um elemento histórico e moral. É este elemento que determina que entre as necessidades de um trabalhador está uma esposa, que o trabalho doméstico será realizado por uma mulher, e que ela não estará no papel da liderança e é também ele que determina as formas de masculinidade e de feminilidade.

Segundo Rubin (1975) é necessário compreender as relações que produzem o sexo, da maneira que é conhecido – “a identidade de gênero, o desejo e a fantasia sexual, as concepções de infância” (RUBIN, 1975, p. 18), como um produto social. A autora aponta na teoria de Engels o aspecto secundário da vida material, que indica de fato a existência e a importância dessa área que ela denomina sexo/gênero.

Toda sociedade tem sua forma de lidar com sexo, gênero e com os bebês, podendo ser sistemas igualitários ou em estratos de gênero, como aparenta ser a maioria do que temos conhecimento. Para Rubin, a maneira que uma sociedade organiza seu sistema é o parentesco:

Os sistemas de parentesco são e fazem muitas coisas. Mas eles são compostos de formas concretas de sexualidade socialmente organizada, além de reproduzi-las. Os sistemas de parentesco são formas observáveis e empíricas do sistema sexo/gênero. [...] Nas sociedades pré-estatais, o parentesco é muitas vezes a linguagem da interação social, organizando as atividades econômicas, políticas e cerimoniais, bem como as sexuais. As funções, responsabilidades e privilégios de uma pessoa para com outra são definidas de acordo com a presença ou ausência de uma relação mútua de parentesco. A troca de bens e serviços, a produção e a distribuição, a hostilidade e a solidariedade, os rituais e as cerimônias – tudo isso se dá dentro da estrutura organizacional do parentesco (RUBIN, 1975, p.21).

Assim, para a mulher, seu lugar no sistema de parentesco coloca-se como filha, esposa ou mãe, todas com funções de cuidado ou de submissão ao homem, relacionadas com divisão sexual do trabalho, dividida em trabalho produtivo e trabalho reprodutivo.

A autora Nancy Fraser (2019) diz que o trabalho reprodutivo é o que estrutura o trabalho produtivo no mundo. As contradições da humanidade constituem-se a partir do trabalho produtivo. Nancy coloca a base de sustentação do trabalho produtivo no trabalho reprodutivo, que é mais do que apenas gerar a vida – que neste caso é exclusivamente das mulheres – gestar, cuidar e amamentar. Refere-se a toda uma estrutura de cuidados na sociedade que não é vista como cuidado como, por exemplo, a construção social e cultural de que as mulheres são talhadas para cuidar é, na verdade, uma construção permanente para que esse cuidado seja de responsabilidade da mulher.

As divisões simbólicas ocorrem desde a infância, divisão de brinquedos e enxovais, como desenhos dos lençóis produzidos para meninos e meninas. Para as meninas, tudo o que reproduz o ambiente doméstico não é errado, pois faz parte do cotidiano. Porém, os meninos são estimulados com outros afazeres que não têm a ver com esse ambiente doméstico de cuidado, são estimulados à produção da ciência do trabalho duro. A profissão não é algo construído com e para as meninas desde a infância, e sim os estímulos da vida doméstica. O imaginário que é construído pelas mulheres tem a ver com a casa e o cuidado.

Biologicamente, os meninos e meninas, até o período da produção de hormônios, não têm diferenças, porém há um imaginário de que a mulher é dócil e o homem tem energia que precisa ser gasta. As meninas têm seu corpo sexualizado desde muito cedo também, que é um dos problemas que estrutura a violência contra a mulher. Há uma ideia de que essas características são inatas e não construídas

culturalmente desde a infância. Essa lógica depois se desdobra para as profissões ditas de cuidado, conseqüentemente profissões menos remuneradas, é como uma continuidade de um trabalho não remunerado – entendido aqui como o trabalho reprodutivo.

Não existe uma relação direta entre sexo biológico, conduta desempenhada por mulheres e homens e sim todo um processo de aprendizagem e internalização, que ocorre desde muito cedo na infância sobre as construções de gênero. Desde a escola, há determinadas brincadeiras de meninas e de meninos. Meninas são estimuladas a gostarem de cores suaves, brinquedos que lembram os cuidados (com a casa, como: panelinhas, brinquedos para as brincadeiras de “casinha”, bonecas, que remetem à criação de filhos e maternidade) e desestimuladas a participar de brincadeiras consideradas agressivas, que são atribuídas aos meninos.

Simone de Beauvoir (1949) descreve a educação tradicional que limita a atividade e a autonomia das meninas, impedindo-as de se afirmarem como “sujeitos” da mesma forma que os meninos. Mulheres e homens vivem de forma desigual, porque isso está dado socialmente, entendido como algo “natural”. As diferenças biológicas, das quais a existência não é negada, como por exemplo mulheres gestam filhos e homens não, são transformadas em diferenças estruturais e naturalizadas. Para Beauvoir:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. (BEAVOUIR, 1967, p. 9).

Não é negado que existem diferenças naturais, mas há diferenças culturais e sociais que fazem com que as mulheres ocupem lugares desiguais na sociedade incluindo, até de modo especial, a sociedade brasileira. Simone de Beauvoir (1967), ainda na década de 60, já indicava que o papel da mulher na sociedade é construído historicamente, atualmente a sociedade ainda se organiza e repercute essa desigualdade de papéis entre homens e mulheres.

Vivemos em uma sociedade heteronormativa, isto é, a norma na qual a sociedade organiza-se se divide em duas categorias: macho e fêmea. Assim, as

relações sexuais são compreendidas como normais somente entre pessoas de diferentes sexos, pois cada sexo tem papéis ditos como naturais na vida.

A heteronormatividade, então, é considerada a orientação sexual normal, dada a naturalização desta ideia. Isto significa que esta forma, em que os modos, ideias, valores e regras sociais produzidas por homens e mulheres em contextos históricos, é repassada, justificada e adotada socialmente como se não dependesse da ação humana, como se fosse imposição externa, dita como “naturais”. Assim são compreendidos por muitos os papéis de gênero. Há características ditas naturais atribuídas a homens e mulheres. A naturalização das relações heteronormativas respondem pela formação da família para a reprodução da espécie e da vida social.

Todas as esferas da sociedade – política, família, escola, ciência, religião, legislação – tentam determinar o que é o sexo ou o que ele deve ser, sendo estipulados onde, quando, com quem e como se pode fazer sexo. Somos ensinados todo o tempo que o “natural” é a atração sexual pelo sexo oposto. Segundo o filósofo Michel Foucault (1993), a ideia de sexualidade da maneira que compreendemos hoje é um dispositivo histórico, uma elaboração do Ocidente moderno, constituído por saberes, organizações e instituições. Este processo tem raízes no passado cristão europeu e atinge o ápice no século XIX, que transforma o sexo num alvo estratégico de intervenção social. O sexo passou a ser compreendido como uma energia natural, essencial para a constituição corporal e da personalidade, mas ao mesmo tempo era crucial conhecer o sexo para o controle do comportamento e saúde da população. A partir do sexo, desenvolveu-se uma complexa tecnologia de administração da vida individual e coletiva (FOUCAULT, 1993).

A sexualidade envolve um processo de aprendizado e reflexão pelo qual elaboramos a percepção de quem somos, que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturais, por isso a sexualidade humana é diversa. Ao considerar a sexualidade juvenil em nossa sociedade, há uma pressão, ao se atingir a puberdade, de que os jovens rapazes tenham relações sexuais com pessoas do sexo oposto de modo a garantir sua heterossexualidade.

Desde a década de 50 no Brasil, os papéis da época definidos para cada pessoa eram: “chefes da casa” para os homens e “rainhas do lar” para as mulheres. O lar era um destino natural e essa construção de papéis era realizada desde a infância com bonecas e brinquedos que se adequavam ao perfil da futura mãe. A relação matrimonial era perpassada pelo livre exercício das fantasias sexuais

masculinas ao encontrar nas esposas, desculpas para estar com prostitutas e amantes. Enquanto isso, as mulheres desquitadas não tinham boa reputação, já que não havia divórcio no Brasil à época (CARMO, 2000).

A grande influência das moças de classe média era o “Jornal das Moças”, que ensinavam truques de recusa para não deixar rapazes descontentes. As moças da época eram separadas entre moças de família e moças levianas, sendo as primeiras as que conservavam a inocência sexual, mantendo-se virgens até o casamento e as segundas as que permitiam intimidades físicas com os rapazes, que por isso ficavam mal faladas. Os rapazes até namoravam moças consideradas levianas, mas não se casavam com elas e recusavam aquelas que não mantinham a virgindade até o matrimônio. (CARMO, 2000).

Para as mulheres havia um rígido código de conduta, mas para os homens eram até mesmo estimuladas algumas posturas, como as experiências sexuais precoces, sobretudo com moças “fáceis”, que se davam essas liberdades, prostitutas ou empregadas domésticas, sendo comum ir à “zona de meretrício” para preservar as meninas da sociedade, conforme afirmavam revistas da época. Doenças venéreas eram normais para os homens e a compra da camisinha nas farmácias era motivo de vergonha. Os quadrinhos eróticos eram populares na época e influenciava a sexualidade dos rapazes brasileiros (CARMO, 2000). Todos esses exemplos, ainda hoje perpetuados, mostram a condição histórico-social de construção da sexualidade, que reforça papéis sociais de gênero.

Esses gestos reforçam as imagens simbólicas e valorizadas do homem, como o machão, modelo de uma masculinidade hegemônica. Às mulheres são reservadas a correspondência com a imagem do recato e da pureza, ainda que, atualmente, a perda da virgindade não seja mais tão estigmatizada para a mulher. Mas lhe é cobrada uma preservação sexual revestida de respeitabilidade moral, mostrando-se passiva e ingênua ao se referir aos temas sexuais, o que dificulta, por exemplo, abordar questões referentes à sexualidade e à contracepção com o parceiro (BOZON et al., 2003; BOZON, 2004). Também a maternidade é valorizada e vista como parte da composição do ser mulher, geralmente em um ideal social no Brasil que a mulher tenha o primeiro filho muito jovem, tendência que se altera com a entrada da mulher no mundo do trabalho e nos cursos superiores, que faz com que a maternidade seja adiada, sobretudo nas classes média e alta.

Atrelado a esses papéis, para as mulheres ainda pesa o mito da beleza, teoria de Naomi Wolf, que afirma que “quanto mais numerosos foram os obstáculos legais e materiais vencidos pelas mulheres, mais rígidas, pesadas e cruéis foram as imagens da beleza feminina a nós impostas.” (WOLF, 1992, p.11). Para ela:

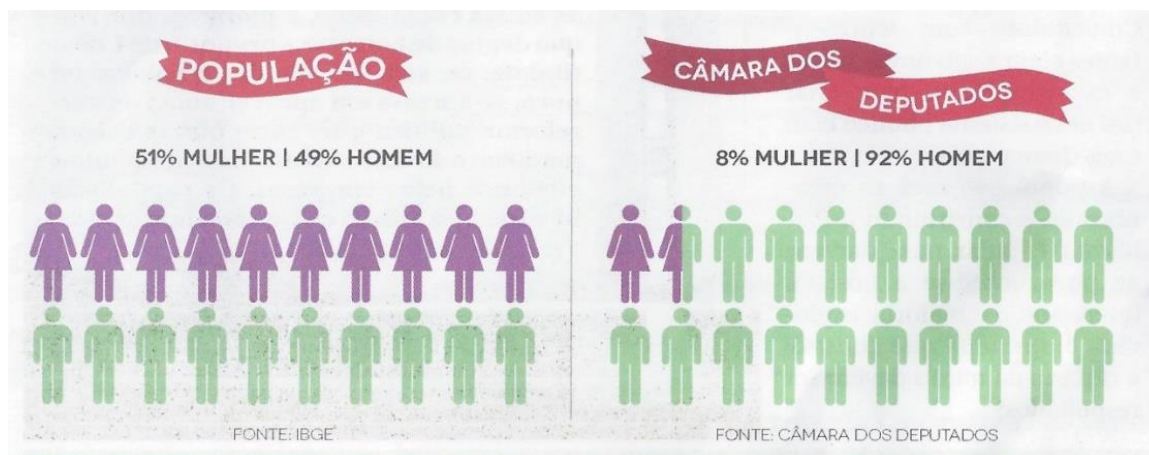
Encarnar a beleza é uma obrigação para as mulheres, não para os homens, situação esta necessária e natural por ser biológica, sexual e evolutiva. Os homens fortes lutam pelas mulheres belas, e as mulheres belas têm maior sucesso na reprodução. A beleza da mulher tem relação com sua fertilidade; e, como esse sistema se baseia na seleção sexual, ele é inevitável e imutável (WOLF, 1992, p.24).

Portanto, pesa para a mulher a necessidade da maternidade construída socialmente como parte do ser feminino e, para tal, é necessário que se sigam padrões de beleza instituídos na sociedade. Esses padrões estabelecidos colocam as mulheres numa lógica de competitividade de forma não natural. Assim, além de definidos seus papéis de cuidado e reprodução, para esta reprodução é necessário que a mulher enquadre-se em um ideal de beleza, muitas vezes platônico, construído pela sociedade, além do estudo e trabalho que foram conquistas sociais ao longo das décadas.

Além disso, as mulheres encontram mais barreiras para ocupar o espaço público de outra maneira, quando há uma ideia de que as mulheres não querem os ocupar. De acordo com a Pesquisa Nacional por amostragem de Domicílios (PNAD) de 2018, as mulheres trabalham cerca de 10 horas semanais a mais do que os homens, considerando apenas o trabalho doméstico, para além do trabalho remunerado, horas que as impossibilitam de realizar atividades públicas, como é naturalizado aos homens. Reconhecer o trabalho não remunerado exercido pelas mulheres tem relação com o conjunto de outras desigualdades que elas vivem, como por exemplo a desigualdade econômica.

Atualmente a representatividade de mulheres no espaço político no Brasil é limitada, como podemos ver pela Câmara dos Deputados, indicando que através da instituição política, muito dificilmente serão propostas mudanças da organização da sociedade que coloca as mulheres no papel de subalternidade:

Figura 1 - Representatividade feminina - Câmara dos Deputados eleições de 2018



FONTE: IBGE e Câmara dos Deputados, 2018

Quando ocorre uma pandemia ou um problema de doença na família, quando uma criança adoce, entre o homem e a mulher, de modo geral, as mulheres é que largam seus empregos para o cuidado dos familiares, isso pautado pelo ideário criado de que o homem é o provedor. Como querer que a mulher consiga estudar, promoções profissionais, viva uma vida política, pública, com as cobranças pela reprodução da espécie e seu cuidado sendo que isso seria exclusiva ou majoritariamente papel dela?

As conquistas das lutas das mulheres ao longo dos anos foram se diluindo na sociedade, como transformações culturais, bem como dos papéis e direitos delas na sociedade. Independente das mulheres serem ou não feministas, elas são acometidas pelas ideias culturalmente colocadas, ainda que não se reconheçam feministas. Ao perguntarmos a elas em vários locais do mundo, se acham certo receberem menos ou cuidarem de filhos exclusivamente, elas certamente responderão conforme as ideias feministas, porém hoje há uma marca negativa no feminismo, mas as conquistas simbólico-culturais foram imensas ao longo dos anos. Foi preciso criar um meio de desconstruir o feminismo, equiparando-o ao machismo, pois o machismo é pouco aceito “politicamente” hoje, apesar de continuar hegemônico.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD 2019), o Brasil é o 7º país mais desigual do

mundo, num ranking de mais de 140 países. Ao considerarmos a renda, as mulheres no Brasil ainda estão em pior situação. A renda média do homem brasileiro era de R\$ 1.508,00 em 2015, enquanto a das mulheres era de R\$ 938,00. Mantida a tendência dos últimos 20 anos, as mulheres terão equiparação salarial somente em 2047.

O Brasil ainda caiu uma posição na classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Antes, o país ocupava a 78ª posição e em 2019 passou para a 79ª num ranking de 189 países em comparação com o ano de 2017 (PNUD, 2019).

O relatório da PNAD de 2008 revelou que as mulheres estão contribuindo mais para a renda das famílias. Em 1992 a contribuição era de 30,1% e passou para 40,6% em 2008. No caso das mulheres cônjuges, a proporção daquelas que contribuem para a renda familiar aumentou ainda mais: de 39,1% para 64,3%. Porém, apesar desse aumento da contribuição feminina para a renda familiar, elas continuam sendo as principais responsáveis pelos afazeres domésticos. Em 2008, 87,9% das mulheres ocupadas dedicavam-se às atividades domésticas, contra 46,1% dos homens.

É verdade que o trabalho doméstico apresenta-se como importante ocupação para as mulheres (93,6%), no entanto, este resultado expõe a precariedade deste tipo de ofício. Em 2008, apenas 25,8% das trabalhadoras domésticas tinham carteira assinada, contra 41,4% dos homens em mesma função. Vale destacar que esta é a área onde se concentra a maioria da população negra.

A questão de gênero é marcada também pela perspectiva religiosa. A Igreja Católica é uma das que mais alimentou durante anos muitos dos preconceitos presentes na sociedade. Saffioti (2013) afirma que a Igreja Católica, na questão feminina, reflete por um lado uma doutrina religiosa em que a figura da mulher é sempre secundária e, por outro lado, os interesses invertidos na ordem que vigora na sociedade de classes. Bem como os grupos empenhados em manter o *status quo* capitalista, a Igreja tem, ainda que disfarçadamente, refinado técnicas sociais de manutenção da submissão das mulheres aos homens.

Ainda que grupos de fiéis tenham, com o decorrer da história, revisto alguns conceitos e posicionamentos, a Igreja está caminhando a passos lentos para o incentivo da participação da mulher. A atual liderança da Igreja Católica, o Papa Francisco (2013), em sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, traz afirmações

que reconhecem a contribuição da mulher na sociedade e na pastoral junto a sacerdotes ou para as reflexões teológicas, mas que é necessário ampliar espaços para uma presença mais incisiva das mulheres na Igreja: “e nos vários lugares onde se tomam as decisões importantes, tanto na Igreja como nas estruturas sociais”. (FRANCISCO, 2013, p.66).

Porém, há segmentos da Igreja Católica que acreditam na submissão da mulher ao homem. Justifica-se essa afirmação a partir do texto bíblico de Efésios, Capítulo 5, versículos de 22 a 30:

As mulheres sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor, pois o **marido** é a cabeça da **mulher**, como Cristo também é a cabeça da Igreja, seu corpo, da qual ele é o Salvador. Por outro lado, como a Igreja se submete a Cristo, que as mulheres também se submetam, em tudo, a seus maridos. Maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo também amou a Igreja e se entregou por ela, afim de santificar pela palavra aquela que ele purifica pelo banho da água. Pois ele quis apresentá-la a si mesmo toda bela, sem mancha, nem ruga, ou qualquer reparo, mas santa e sem defeito. É assim que os maridos devem amar as suas esposas, como amam seu próprio corpo. Aquele que ama sua esposa está amando a si mesmo. Ninguém jamais odiou sua própria carne. Pelo contrário, alimenta-a e a cerca de cuidado, como Cristo com a Igreja; e nós somos membros de seu corpo! (Ef 5, 22-30, Bíblia Pastoral, 2010, p.1441).

Esta passagem é utilizada muitas vezes para justificar o lugar subalterno da mulher em relação ao homem e por segmentos conservadores do catolicismo, que apontam a submissão como uma virtude, embasada biblicamente, reproduzindo a hierarquização social dentro da tradição religiosa, colocando homens acima das mulheres e atualizando as barreiras já existentes para que elas alcancem espaços de participação e poder.

De acordo com Cruz (2013), os esforços para participação das mulheres em atos litúrgicos e comunitários estão aquém de uma verdadeira participação. Apesar do incentivo de parte da Igreja e das comunidades à participação política, na prática há pouco apoio. Além disso, é interessante perceber a controversa presença nas comunidades eclesiais, ou ainda, em maior grau, a ausência de participação nos cargos que constituem a hierarquia da Igreja.

Para que seja possível mudar essa concepção, é necessário romper com várias estruturas sociais desiguais, principalmente, o machismo. Porém, conforme aponta Cruz (2013), a responsabilidade da construção de uma nova sociedade só acontece à medida que cada pessoa torna-se agente de transformação da

sociedade. Essa responsabilidade transformadora também é das mulheres, mas muitas ainda assumem tarefas sem questionamento e ficam relegadas ao que a autora chama de “segunda categoria”. Isso se dá, pois “a Igreja não tem sido um espaço democrático e libertador para elas, mesmo quando assumem ‘instâncias de poder’” (CRUZ, 2013, p.116). As mulheres, por causa dessa cultura, tendem a reproduzir atitudes de submissão e não conseguem se apropriar desses espaços de representação – como é o caso da Igreja - e apontar novos paradigmas.

Outro fator importante é o fato da Igreja Católica ter se constituído e cristalizado ao longo dos tempos sob um formato hierárquico piramidal, onde figuras como o Papa, Cardeais, Bispos e Padres assumem o topo do modelo, enquanto a grande massa leiga, incluindo as mulheres, aglomera-se na base da pirâmide. Esse fato do formato hierárquico ser piramidal na Igreja Católica dificulta sua inserção, pois esse paradigma estrutural não permite que as mulheres tenham espaços legítimos de participação.

O exercício do poder tem como base uma disputa contínua de projetos. Ao mesmo tempo em que as mulheres são colocadas nessa posição de quem deve evitar confrontos, muitas também veem o poder como a dimensão do estar a serviço de um projeto maior, no sentido do servir, de uma tarefa secundária, e não da tomada de decisão. Assim, mesmo quando assumem esses espaços de poder, esse exercício dá-se de forma diferente. Historicamente no Brasil, isso se deu pela consolidação do lugar da mulher na Igreja a partir da história dos claustros e, posteriormente, das congregações religiosas. Foi através das obras de caridade que as mulheres foram consolidando seu lugar (NUNES, 2004).

Inicialmente os colégios católicos para meninas funcionavam sob o controle clerical e a dependência direta dos bispos, o que mostra uma forma de controle social, as mulheres começam a alcançar presença e até reconhecimento no espaço religioso. Segundo Nunes, “numa época em que havia poucos lugares permitidos a uma ‘mulher de família’ frequentar, essas entidades religiosas propiciavam ainda um ponto de encontro para as mulheres entre si” (NUNES, 2004, p.494).

No prefácio da obra de Spivak, Almeida (2014) afirma que a autora, ao falar de subalternidade, não se refere a qualquer sujeito marginalizado, mas sim àquele que a voz não pode ser ouvida. Os processos de subalternidade que Spivak (2014) aponta, são determinantes na construção subjetiva das mulheres. Segundo ela: “A questão da ‘mulher’ parece ser a mais problemática nesse contexto. Evidentemente

se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras” (SPIVAK, 2014, p.110). No caso de jovens mulheres nos espaços de representação eclesial, elas são perpassadas pelas variáveis de gênero, de idade - por serem jovens - e de formação teológica, por serem leigas. Assim, elas são colocadas em lugares mais subalternizados e “a mulher subalterna continuará tão muda como sempre” (SPIVAK, 2014, p. 112). Ainda que ocupando espaços nos quais deveria ter voz.

Segundo Cruz (2013) é evidente que a Igreja Católica contribui para a manutenção das mulheres fora dos espaços de poder, porque as alija dos espaços de poder institucional, ao tempo em que reforça que as mulheres devem evitar conflitos e ser dóceis, em nome da unidade, o que, de forma sutil, perpetua e mantém a dominação masculina, e confere ‘poder’ somente aos homens com o intuito de justificar essa dominação.

Na mesma linha de reflexão, Ivone Gebara (2017) afirma que as igrejas, sobretudo a Católica Romana, permanecem na reprodução cultural da manutenção do político como algo radicalmente diferente do doméstico e da vida doméstica como não política. Assim, propagam através da doutrina uma igualdade entre os seres humanos como formalidade, porém vivem uma desigualdade real. “Na maioria das vezes, as mulheres continuam a prolongar suas tarefas domésticas [...] Devem continuar no lugar em que a natureza e Deus a designaram” (GEBARA, 2017, p.183), o lugar do cuidado, do trabalho reprodutivo. Porém, é possível perceber passos sendo dados, mas há um longo caminho na superação dessa desigualdade.

1.3 Marcas das desigualdades de gênero na juventude

O que se espera de uma sociedade que não valoriza as conquistas, os conhecimentos e as diversas formas de expressão da ampla diversidade de jovens, homens e mulheres, com os mais diversos sonhos, anseios, dúvidas e medos? Que não incentiva, não apoia e não sabe ouvir e trabalhar com esse público? Que trata as/os jovens como quem não tem capacidade de entender ou de aprender os diversos assuntos, desde o cotidiano, as artes, a educação, até a política, a economia e o que se considera mais complexo - justamente para afastar "quem não entende"? Certamente não será uma sociedade com grandes feitos, presa na vontade de que tudo permaneça como está sem inovações.

Na sociedade atual, espera-se muito dos e das jovens: que sejam ousados, que participem, que entendam, que falem, que lutem por ideais, porém, podemos perceber que não há muitos esforços da sociedade para incluir quem esteja nesse momento de vida, acreditando, de fato, neste potencial e cuidando para que essa inclusão não seja frustrante. Infantilizam os e as jovens ou os responsabilizam pelo que não acontece ou pelo que acontece fora da normativa social, sobretudo quando é prejudicial para a classe dominante. Segundo Dalla-Déa (2016), a sociedade ao valorizar o jovem pelo que ele poderá se tornar, cria uma utopia difícil de ser realizada. São pouco valorizados os feitos e as conquistas dos jovens nos tempos atuais; a juventude tornou-se um termo de saudosismo e de busca de uma identidade que tem medo de ser madura e adulta.

De forma geral, são delegadas aos jovens, tarefas que lhes são consideradas próprias de seu espírito jovial, vigoroso, animado. Assim, estabelecem-se estereótipos que definem essas tarefas, geralmente ligadas à animação ou a carregar peso, trabalho braçal. Isso diz muito da visão que se tem da juventude - visão que ela também constrói de si própria, muitas vezes, pois é a fase em que a construção da identidade está aflorando com todo o seu vigor. “Ao tomar a parte pelo todo, a sociedade capitalista e seu lugar tenente (o *marketing*) fazem que exista uma projeção social e coletiva relacionada à juventude (DALLA -DÉA, 2016, p.27).

Há casos em que os jovens são vistos e ditos como parte crucial dos processos, chamados à participação, mencionados e incentivados em todo o tempo. Essa participação, contudo, não se dá de forma inocente. Ela serve aos interesses de adultos envolvidos e/ou de quem coordena estes processos. Esta é, provavelmente, a mais comum das visões de juventude. Enquanto se consegue manter o jovem dentro dos interesses específicos, dentro do objetivo que se espera dele, enquanto se consegue direcionar esses jovens, eles são úteis e necessários. Porém, quando esse jovem passa a questionar, discordar ou pensar de forma diferente, sua função no espaço termina e ele se torna o jovem baderneiro e desordeiro. A justificativa que se dá para a desordem, em geral, é a de tempo ocioso, da falta do que fazer ou da falta de limites. O caso mais comum no qual se pode exemplificar são as escolas que, muitas vezes, não dão conta daqueles jovens que questionam a ordem escolar.

E é possível pensar, também, nas políticas de juventude que são pensadas para o jovem e não com o jovem, muito no sentido de ocupar seu tempo ocioso com

atividades culturais ou esportivas – pensando que a solução para o caso é o espaço da criação, da animação, dos esforços físicos que são destinados aos jovens e não o das decisões, da formação de opinião.

Por outro lado, temos também os jovens protagonistas que atuam em muitos espaços em relação aos adultos. É curioso como estes jovens são vistos como exóticos, como se não fizessem parte do processo natural da construção coletiva ou dos espaços de debates em que os jovens participam e falam. Ao mesmo tempo, acontece que nestes espaços é como se escutassem o que os jovens falam, mas não os ouvissem, como se nossa fala fosse menor nos processos de construção, porque não temos experiência e, portanto, nossa opinião tem menos peso. Por vezes, existem espaços para a fala e para seus posicionamentos e opinião, mas, é como se eles não acontecessem, pois muitas vezes o jovem, por seu lugar hierárquico na sociedade, é visto como quem não compreende determinado assunto, mas quando outra pessoa mais velha diz a mesma coisa, é levada em consideração como se fosse uma novidade na discussão.

Os jovens são chamados o tempo todo a se posicionarem, cobrados a realizar a mudança da sociedade e é neles depositada toda a responsabilidade da mudança, da novidade, mas ao mesmo tempo, essa novidade não tem a mesma valoração que a opinião de quem tem vivência, distanciando as práticas novas das práticas históricas. Claro que eles estão ainda em processo de aprendizagem e muito têm que aprender com a história, a identidade, a experiência, as utopias e as práticas a serem construídas a partir da memória histórica, mas esse afastamento faz com que os jovens não se reconheçam como parte da construção.

Dentro de possíveis clivagens no conceito de juventude, o jovem do campo, na sociedade atual, é também estereotipado, porque a ideia de campo no imaginário das pessoas ainda é uma ideia de atraso. Não se olha para o campo como um espaço fundamental para pensar a cidade. É no campo que se planta o que na cidade come-se. É no campo, parte essencial para a vida na cidade e ele geralmente é visto como o lugar do descanso ou o lugar do atraso, que o progresso e a tecnologia ainda não chegaram. Essa imagem é colada às pessoas que ali vivem. E, com o jovem, não é diferente. Se olha para o jovem do campo como aquela parcela que não está conectada ao mundo atual. Muitas vezes os jovens são incentivados a sair do campo e a vir para a cidade.

Na cidade há, ainda, uma parte da juventude que é jogada o tempo todo para a marginalização: são os jovens da periferia. Estes, por viverem em situação de maior vulnerabilidade, são invisibilizados nos centros urbanos ou vistos como problemas sociais, quando, com seu jeito, fazem-se visíveis. Esses jeitos são muitos. Pela arte, considerada marginal, como o *funk*, o *rap*, o *hip hop*, as grafitagens e pichações, ou ainda, pela situação de desigualdade social que aflora quando se envolvem ou são envolvidos no mundo do crime. Dalla-Déa (2016) afirma que o jovem da periferia no sistema capitalista é duplamente marginalizado, por ser jovem e por ser periférico. “Sendo negro e pobre, ele será excluído exponencialmente” (DALA-DÉA, 2016, p.30).

Quando se chega a essa repercussão, os meios de comunicação agem, de forma a criar estereótipos que são reproduzidos a todo tempo. Jovens vestidos de formas determinadas são considerados marginais do mundo do crime – mesmo que, muitas vezes, isso seja apenas um imaginário. A sociedade quer um jovem padronizado, que goste de coisas determinadas e aja de um jeito específico. Muitas vezes aquilo que transgride esse formato que temos como ideal é invisibilizado e como não resolve, é excluído ou rotulado para denominá-lo, pois é diferente do que esperamos.

Não é o objetivo aqui, vitimizar os jovens, nem limitar a discussão da realidade traçada, mas mostrar as contradições que há ao lidar com essa parcela da sociedade. Ao mesmo tempo em que muito se espera, como mudança por parte deles, não é dado o mesmo investimento. O/A jovem não pode ser visto como gasto de tempo, de dinheiro, porque não é uma fase passageira. É um momento crucial na formação humana de cada pessoa. Esses processos de exclusão e invisibilidade são tão naturalizados que, por vezes, não nos damos conta deles. Cabe à juventude romper essa ideia naturalizada, quebrar essa lógica, envolver-se, questionar e, se preciso for, impor-se, brigar pelo seu lugar, que não deve ser à frente e nem atrás, mas ao lado, acompanhando o ritmo da história. Quando tentam mudar o fluxo dos rios, pouco a pouco eles secam. Não podemos deixar secar as contribuições das nossas juventudes.

Quanto às mulheres, a visão social que foi construída delas, colocam-nas num lugar do privado, do cuidado com a casa e com os outros, vindo de uma visão do trabalho reprodutivo, não remunerado e, também, não considerado como

trabalho. Assim, desde criança, as brincadeiras ditas femininas têm relação com relacionamentos e cuidados domésticos.

Nesta perspectiva, associam-se dois fatores que podem ser contraditórios entre si. A mulher precisa dar conta de limpar, cozinhar e cuidar da prole ou de parentes vulneráveis, além de se manter impecável em beleza, cuidados pessoais. Isso é fomentado nas meninas desde muito novas, que ganham maquiagens e itens de beleza e são responsáveis por auxiliar no cuidado da casa, já que a mulher precisa ser organizada. Ao entrar na puberdade, com a menarca, soma-se aí o cuidado reprodutivo e os tabus sobre a sexualidade.

As mulheres são incentivadas a buscar um namorado/marido, aos relacionamentos afetivos desde sua adolescência e ao mesmo tempo têm sua sexualidade vigiada, controlada. Através dessa visão é repercutida uma ideia de que ela precisa ser bonita e arrumada, organizada e limpa se quiser um bom casamento. Socialmente falando, ela é direcionada para constituir família e reproduzir a espécie, não são incentivados os estudos e a profissão. De modo geral, quando uma mulher depara-se com a escolha profissional, fá-lo para as profissões de cuidado, na área da saúde e da educação e ainda nesses lugares elas enfrentam obstáculos. Se durante o período de estudos e trabalho essa mulher torna-se mãe, recai sobre ela a maior parte do cuidado com o bebê e muitas abandonam a profissão e/ou o trabalho para permanecer exclusivamente com o cuidado materno.

Por causa dessa lógica, é reservado maior disponibilidade de tempo das mulheres para auxiliar as mães nas tarefas domésticas ou quando a mãe trabalha, geralmente, são as jovens mulheres que assumem essa responsabilidade para elas apenas ou para o cuidado com os irmãos. Assim também acontece em outros lugares. Na escola, quando ocorre uma festa, geralmente a responsabilidade de levar algo que remeta à culinária é das mulheres. Quem nunca ouviu a famosa divisão nas festas de escola de que as meninas levam salgados e/ou doces e os meninos levam o refrigerante?

Também as mulheres, pelo ideal de serem organizadas, ajudam em tarefas de organização, de ornamentação de espaços e de limpeza. A construção que é feita desde a infância é intensificada na adolescência e juventude de que as mulheres é que sabem limpar melhor, organizar melhor e carregam este fardo, desde o cuidado e a organização do quarto ou de sua casa, além dessa organização em cadernos, objetos pessoais, brinquedos, até posteriormente, quando assumirem

tarefas domésticas no cotidiano. No caso de não haver formação profissional, vão trabalhar como domésticas, cuidadoras de crianças ou idosos, cuidadoras de animais, atendentes de padarias, de lojas, caixas, que, por sua docilidade e ternura maternas, naturalizadas e idealizadas, servem melhor a esses serviços.

Quanto à sexualidade, anteriormente mencionada, é controlada, pois há o ideário de que a mulher primeiro pertence à família, aos pais e, quando se casa, pertence ao marido. Segundo Bourdieu (2005), a dominação masculina, que é concedida aos homens e naturalizada com o tempo através de diversos mecanismos de dominação do corpo, afirmada na divisão sexual do trabalho, da produção e reprodução biológica e social, moldam em tais condições. Também as mulheres são envolvidas nesse esquema de pensamento, que faz com que sua forma de lidar com o poder dá-se de forma diferente (BOURDIEU, 2005, p. 22). Isso se dá porque “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim, parecerem naturais” (BOURDIEU, 2005, p. 23).

Além disso, Bourdieu (2005) afirma que para uma apreensão verdadeira da dominação masculina, ela se estabelece em todos os espaços e subespaços sociais. As estruturas em que o ser humano encontra-se e se relaciona, perpetuam a imagem de eterno feminino, que faz manter a relação de dominação que está acima das diferenças entre homens e mulheres. Assim, as mulheres pertencem aos homens numa dominação que lhes é conformada desde a infância e elas também passam a se colocar dessa maneira nas relações.

A consequência dessa naturalização expressa na expectativa pela construção de família. Constituir família, para a sociedade, simboliza o ser mulher e o ser mãe. Segundo a demógrafa Elza Berquó (1998), na segunda metade do século XX, ocorrem mudanças no modelo de organização hierárquico das famílias, antes organizada em torno do poder patriarcal. Isso se dá pelo ingresso da mulher no mercado de trabalho, que gera a independência financeira delas que, antes, dependiam dos “chefes de família”. O número de divórcios e separações vem aumentando, bem como a idade com que as mulheres decidem se casar, proporcionalmente ao aumento do índice de escolarização feminina. Assim, o modelo de família passa a ter uma organização “onde o poder é distribuído de forma mais igualitária: entre o homem e a mulher, mas também, aos poucos, entre pais e filhos” (KEHL, 2003, p.1).

Outra mudança relevante nas configurações familiares, são das relações “experimentais”, ou seja, relações conjugais não legalizadas entre jovens, que aumentam, em grande medida, devido à essa maior independência financeira, bem como com as conquistas de liberdade sexual pelas mulheres, fazendo com que o tabu da virgindade, que tinha um papel tradicional de frear o início da vida sexual das mulheres, e com isso, adiassem o casamento, perdesse a força social que outrora tivera. Com a descoberta de técnicas anticoncepcionais, perde o sentido o tabu do casamento monogâmico (KEHL, 2003).

Porém, hoje o número de mulheres mães solo, aumenta devido à gravidez não programada, sobretudo entre as adolescentes. Assim, percebemos uma mobilidade nas configurações familiares através das novas formas de convívio, pois não se altera a necessidade de criação dos filhos, independente da configuração de sua concepção, temporária ou numa tentativa de união eternizada, tentativa que tem menos força na sociedade atual.

É importante ressaltar que tais mudanças nas configurações sociais, apesar das lutas feministas, tem como pano de fundo razões de mercado que “abriram oportunidades profissionais para as mulheres e achataram os salários dos pais de família, eliminando em grande parte a dependência econômica feminina que sustentava o casamento patriarcal” (KEHL, 2003). Com a perda do poder aquisitivo os homens veem seu poder e domínio ser minado dentro de casa. Com a democratização das técnicas anticoncepcionais, a diversificação de experiências sexuais das mulheres inicia um processo de desvinculação da sexualidade feminina exclusivamente para a procriação e inclui entre os requisitos para a escolha do cônjuge a satisfação sexual:

A independência sexual das mulheres e a possibilidade de separar a vida sexual da procriação [...] fizeram com que alguns conservadores e nostálgicos da ordem patriarcal atribuíssem ao novo “poder das mães” a responsabilidade pela dissolução da família e dos costumes. As mulheres não foram as únicas responsáveis pela desarticulação da ordem familiar [...]; mas a renúncia das mães de família à liberdade sexual e à vida pública era condição estrutural para que aquela ordem se mantivesse estável. (KEHL, 2003, P. 2-3).

Somam-se a essas reflexões sobre as configurações familiares e os papéis sociais exercidos pelas mulheres, a afirmação de Figueiredo (2000), de que o Brasil tem um projeto coletivo com fundamento numa crença de generosidade desmedida,

juntamente à necessidade de proteção absoluta. Tal projeto, pode ser percebido em formas de exaltação do Brasil como "terra mãe gentil", numa ideia ilimitada da natureza em que "em se plantando tudo dá", baseada numa onipotência materna. Essas imagens remetem às figuras de pai e mãe, com destaque na figura da mãe.

Figueiredo (2000) ressalta que o ideário cultural do pai relaciona-se com os ideais de valores, normas e leis, enquanto o ideal materno aparece como um amor generoso, de cuidado e amor incondicional, que favorece uma posição de dependência, que não tem lugar para as frustrações e renúncias dos outros (apenas da própria mãe). Aqui não há lugar para conflitos, diferenças de posição ou de uma referência autoritária e na relação idealizada do ser mãe, essas posturas tendem a ser cada vez mais abolidas (FIGUEIREDO, 2000, p. 150). Pode-se perceber, assim, que além de fadada a ser mãe pelo ideário social, ainda que na realidade concreta sejam percebidas as mudanças, há ainda um modelo do ser mãe, pautado no ideário do ser mulher, que se interdependem. Ou seja, as conquistas das mulheres, apesar de se dissociarem do ser esposa, pelas novas configurações familiares, não se dissociam do ser mãe.

Segundo Maria Rita Kehl (2003), as antigas rainhas do lar da década de 50, que até então valorizavam sacrificar suas vidas na dedicação aos filhos, como sentido principal da vida, agora possuem a possibilidade do controle do número de filhos e da recusa a procriar de forma ilimitada. Também já não é mais exclusividade dos homens o fato de ter filhos de mais de um relacionamento diferente.

A ideia de família estruturada, na hierarquia de pai, mãe e filhos, hoje ocupa um lugar fantasioso e nostálgico, porém foi esse modelo que

produziu a histeria como sintoma do desajuste das mulheres em relação ao lugar que lhes era destinado e aos ideais de feminilidade, impossíveis de se sustentar. Produziu a neurose obsessiva como expressão da impossibilidade de um homem afirmar sua virilidade diante de um pai que ele deve, ao mesmo tempo, idealizar e ultrapassar. Além disso, aquela família super estruturada produziu a fixação incestuosa entre os filhos e as mães. [...] o isolamento da mãe e dona de casa das famílias tradicionais propicia os excessos do amor materno como única fonte de satisfação afetiva e erótica de muitas mulheres. (KEHL, 2003, p.3).

Porém, como a própria Maria Rita Kehl afirma (2003), a família nuclear, embora cada vez mais escassa nas composições familiares brasileiras, aparece como cada vez mais valorizada e idealizada, gerando culpa a todos os membros das famílias que se desviam do modelo. A indústria cultural foca-se nessa idealização e

produz novelas, filmes veiculados em televisão e cinema, apelando para o retorno dessa configuração. Também comerciais de margarina, sabonetes e estofados, ao apelar para uma dita felicidade doméstica, reproduzem esse modelo.

Figueiredo (2000) mostra que ao não conter o “amor generoso da mãe”, pode-se gerar um desagregador da vida social e mental dos indivíduos, afetando os papéis dos agentes familiares (que são substituíveis, e por isso são papéis), em diferentes classes sociais.

Podemos perceber assim que a família também tem suma importância na vida dos jovens, pois desempenha papéis de formação individual e é para eles o meio pelo qual as relações de manutenção e de geração organizam-se. A partir da função de provedores dos pais estruturam-se reciprocidade, tolerância mútua e ajustamentos. Esse provimento favorece que os pais exerçam controles de perspectivas ou expectativas e é visto como natural pelos jovens. (AUGUSTO, 2005, p. 14). A referência familiar é como um polo de organização da vida do jovem brasileiro (ABRAMO; BRANCO, 2005). A maior parte dos jovens em 2005 tinha a convivência intergeracional presente em sua vida diária, seja morando com o casal parental, seja residindo em laços uniparentais, ou já tendo filhos e convivendo com eles e outros, dividindo o espaço doméstico com adultos mais velhos (ABRAMO; BRANCO, 2005, p.377):

A importância da família é acompanhada pelas transformações na sua composição, que abarcam o crescimento da família monoparental em gerações sucessivas e os rearranjos familiares promovidos pelo divórcio e pelo recasamento. Mas o alto índice de jovens que coabitam com seus pais, ou que, logo após os 20 anos já constituíram seus próprios núcleos familiares autônomos, sugere que a família detém, ainda hoje, algum grau de influência na formação das futuras gerações e um papel relevante no nucleamento dos laços sociais. Assim, os números não questionam a presença efetiva da família no cotidiano dos jovens brasileiros – eles a reafirmam. (GONÇALVES; COUTINHO, 2008, p. 2)

A família é, portanto, para o jovem, uma referência primeira, mas também quase que isolada de amparo, porém ela também causa nos jovens sentimentos controversos, porque além de fonte de apoio é também fonte de muitos problemas em sua vida, que podem causar experiências frustrantes. Essa contradição entre o ideal de família e a decepção com família revela uma dependência dessa esfera da sociedade na vida do jovem, como referência exclusiva, sobretudo da juventude

pobre que não tem perspectivas de sustentação de seus projetos no espaço público (GONÇALVES; COUTINHO, 2008).

Assim, a família tem importância na organização das relações intergeracionais e na manutenção ou transformação de tradições e ela é também fonte importante de provimento do jovem. Alguns experimentam a chamada transição para a vida adulta sem se depender da família de origem. A família é a instituição em que os jovens mais confiam e dão o suporte para seu amadurecimento, é ainda a responsável por apoio e orientação dos jovens para os problemas de vida que vivenciam nesta época. (ABRAMO, 2005, p. 47).

Na perspectiva dessa transição e da construção de sua autonomia, é necessária uma autonomia financeira que ocorre através do trabalho, que é um dos marcos da vida adulta. Ingressar no mercado de trabalho permite, além do tempo presente e da possibilidade do próprio provimento, projetar perspectivas de futuro. Um traço característico da juventude é também a busca por iguais, para lidar com proximidade dos conflitos geracionais, por isso, muitas vezes, os jovens buscam fora de suas casas espaços para se afirmar e se diferenciar da geração anterior de forma autônoma.

Segundo Liciania Caneshchi (2015), um dos eventos tradicionais que compõem a transição para a vida adulta é a transição domiciliar, que vem sofrendo transformações ao longo das últimas décadas. A saída da casa dos pais tem grande relevância para adquirir o “status” de adulto e possibilita a emancipação do controle dos pais.

De acordo com Jones (1995), há justificativas legitimadas socialmente para que ocorra essa saída e justificativas não legitimadas socialmente. Isso se dá de acordo com as normas e tradições de cada sociedade. Quando essa saída é legitimada socialmente, a chance dessa transição obter êxito é maior. As motivações que em geral são motivadas socialmente para a saída da casa dos pais são o casamento, os estudos e o trabalho.

Quando a transição domiciliar ocorre de forma legitimada, o suporte familiar ou de outras instituições é maior. A razão mais comum para a transição domiciliar é o casamento (JONES, 1995). Segundo Jones (1995), nos países em que a ideologia familiar é mais forte, o casamento é a motivação que tem mais suporte durante a transição. Já para os países que prezam pelo Estado de Bem-Estar Social, o suporte dá-se às pessoas solteiras com a finalidade de trabalho ou estudo. A saída em

virtude de estudos gera uma maior possibilidade de configurações domiciliares diversificadas sem um matrimônio envolvido e uma redução da saída de jovens para o casamento (GOLDSCHIEDER; DAVANZO, 1989).

O maior número de jovens cursando o Ensino Superior permite que diferentes classes obtenham similaridade na transição de domicílio, pois sem isso os jovens da classe trabalhadora sairiam de casa para estabelecer as próprias famílias (FURLONG; CARTMEL, 2007).

A saída da casa dos pais com a justificativa do trabalho também é legitimada socialmente, em virtude das exigências por profissionais flexíveis com disponibilidade de deslocamento e migração e pela escassez de postos de trabalho (CANESCHI, 2015). Segundo a pesquisa de Abramovay & Castro (2006), alguns jovens brasileiros migram e realizam a transição domiciliar na busca por trabalho.

Segundo Caneschi, “a saída de casa tende a ser mais controversa quando se trata das razões não legitimadas socialmente”. Refere-se aqui aos casos que têm como justificativa busca por independência pessoal ou as dificuldades familiares. Para Jones (1995), essa justificativa para a saída de casa dá aos jovens uma visão de desviantes e não recebem, de modo geral, suporte familiar ou institucional para a efetivação da transição.

A saída de casa, com motivação de busca de independência, é para Jones (1995) aquela que tende a menores chances de suporte e de sucesso, apesar de resistência maior de grupos com outras justificativas. Há pais que apoiam seus filhos quando percebem que não voltariam atrás na decisão, porém, não raro eles os convidam para o retorno para casa e sugerem que não utilizem seu dinheiro para isso, já que podem não gastá-lo em casa. Sobretudo para as mulheres, segundo Caneschi (2015), a saída de casa fora de uma condição de casamento, numa sociedade patriarcal e machista, é incompreensível para os pais e familiares. Segundo Buck e Scott “saídas associadas com educação, carreira, ou casamento não descartam que a motivação principal possa ser o de abraçar a liberdade da vida independente” (BUCK; SCOTT, 1993, p. 364 *apud* CANESCHI, 2015, p. 50). Esta transição domiciliar é, segundo Caneschi (2015), realizada por jovens, especialmente mulheres mais velhas, por ser planejada em mais longa data, pois já era um projeto pessoal, mas que necessitou maior planejamento para minimizar erros e fracassos. Contraditoriamente, é a que mais ocasiona uma proporção de

retornos temporários, corroborando Jones (1995) ao afirmar que as saídas não legitimadas são as que têm menores taxas de sucesso.

Caneschi (2015) afirma ainda que a saída de casa pode ser motivada por mais de uma justificativa, porém as justificativas legitimadas socialmente serão utilizadas pelos jovens ao serem indagados por essa decisão. A permanência na casa dos pais esconde uma situação de dependência, naturalizando que os pais devem prover os filhos enquanto residirem com eles. Com a saída, essa situação de dependência evidencia-se e pode causar certo constrangimento.

A instituição familiar aparece, portanto, segundo Caneschi (2015), como espaço para queixas quanto à submissão e controle, porém também como espaço de carinho, cuidado e orientação. Além das queixas, é também a família que proporciona o suporte aos jovens para a transição familiar, fazendo que essa estrutura organizativa da sociedade seja ainda mais idealizada.

É importante ressaltar, como já foi destacado, que nos mais diversos espaços de participação, seja na família ou na sociedade no seu todo, como também nas igrejas, se é “menos” por ser jovem. Isso causa uma invisibilidade que, quando se mostra, é marginalizada. Esta invisibilidade agrava-se quando se é parte de outras categorias sociais, também invisibilizadas, onde essa não participação parece um processo natural – o que não é verdade, porque essa exclusão foi “naturalizada”. É preciso um esforço para a desconstrução dessa ideia de que é “natural”.

No âmbito eclesial, os jovens vivenciam conflitos dentro da Igreja apenas pelo fato de serem jovens. Ao expressar seus desejos, alguns acabam por incitar a quebra de uma hierarquia conservadora, que gera conflitos. Os jovens podem ser nesses espaços executores, porém tudo sob a supervisão de alguém que, geralmente, regula sua atuação. Não se percebe uma presença dentro do Conselho Pastoral da paróquia. Muitos não têm voz e vez dentro desses espaços ou não conseguem expressar e realizar suas demandas. Em muitos grupos de jovens, encontram-se relatos de discordâncias com o pároco, assessores e entre outros adultos. Essas discordâncias, muitas vezes, são justificadas com o discurso de que são jovens, irresponsáveis, imaturos. O problema aí é que nesta perspectiva não é incentivado desde cedo o protagonismo leigo, e sendo, jovem e leigo, essa fala tem ainda menos peso que a de religiosos e de religiosas.

Ainda é muito presente na Igreja Católica a ideia de preconceito e atraso em relação às mulheres. Ela é das instituições que mais alimentou durante anos muitos

preconceitos presentes em nossa sociedade, embora seus/suas fiéis tenham, com o decorrer da história, revisto alguns conceitos e posicionamentos. Para sair da era medieval de intolerância e repressão, para se reinventar de acordo com a sociedade em que vivem, é preciso romper com várias estruturas sociais desiguais principalmente, o machismo.

Ser jovem, mulher e leiga em um espaço conservador é um desafio. Faz parte da luta de muitas mulheres, principalmente as que têm alguma atuação social em outros setores da sociedade. É possível identificar nas vivências dos grupos de jovens, indagações acerca dessa contradição. A relação “ser Igreja” desgasta-se, afinal. Como pode representar facetas tão preconceituosas?

O Papa Francisco (2018) já afirmou, em missa celebrada na Capela Santa Marta, que “sem a mulher, a Igreja não vai adiante, porque ela (a Igreja) é mulher.” Essa declaração do pontífice é vista como uma possibilidade de abertura a essa visão de subalternidade da mulher, a igreja ainda não está completa se nela falta a mulher. Faz-se necessário repensar o papel da mulher na Igreja e dos jovens que querem fazer parte dela, mas de forma plena, não apenas por aparência, como uma falsa inclusão.

Capítulo 2 Gênero e Juventude em documentos da Igreja

O Capítulo que se segue tratará dos conceitos de Gênero e Juventude na perspectiva da Igreja Católica no mundo e no Brasil, tomando como base para gênero a dicotomia estabelecida no capítulo anterior, entendida nas relações de gênero entre homem e mulher, não ampliando a discussão para perspectivas de diversidade sexual abordada por outros autores. Interessa aqui perceber os traços das relações patriarcais assumidas pela sociedade e percebidas na Igreja Católica Apostólica Roma - ICAR. No que tange à juventude, será referência o período etário de 15 a 29 anos, bem como a ideia de categoria social e será utilizado como referência termos como: juventudes, jovens, geração e juvenis, encontrados nos documentos episcopais.

Para isso serão analisados o momento histórico do Vaticano II e documentos papais voltados à evangelização de modo geral, para todos que fazem parte da ICAR, que tratem do tema da mulher, e documentos que tratem do tema da juventude, mas, especificamente, voltando o olhar para o momento atual nos documentos pontifícios do Papa Francisco. Também serão destacadas percepções acerca do tema nas Diretrizes da Evangelização da CNBB no período de 2013 a 2019, já que as Diretrizes são quadrienais e em 2020 ainda estarão em processo de implementação.

Ainda neste Capítulo, os processos internos da Igreja Católica serão analisados através de um levantamento em documentos oficiais do Papa Francisco, Documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que expressam os consensos da Igreja Católica no Brasil e as diretrizes de atuação desta tradição religiosa nos mais diversos âmbitos. Bem como serão analisados com o recorte escolhido da Igreja a ser analisada – a Pastoral da Juventude –, que está localizada historicamente na Teologia da Libertação. Para isso, serão trabalhados documentos norteadores das ações e estudos dessa Pastoral para perceber as concepções gerais de gênero e juventude e as articulações possíveis de serem feitas. Para todos os documentos episcopais e da CNBB, após a primeira menção no texto, serão utilizadas as siglas que podem ser encontradas na lista de siglas.

2.1 Gênero no Catolicismo Contemporâneo

Na organização da sociedade, são percebidas certas hierarquizações que delegam lugares sociais para as pessoas. Os papéis de gênero, consolidados na divisão sexual do trabalho, relega às mulheres o lugar do espaço privado da casa, da família, das profissões voltadas ao cuidado e às relações domésticas. O jovem tem como estereótipo a ideia do desafio, do problema e do não entendimento. Assim, as mulheres que ocupam os papéis considerados públicos encontram mais barreiras do que os homens que ocupam esses lugares, naturalizados como sua função, tais como o lugar da pesquisa, da política, da economia e das questões sociais de modo geral (CRUZ, 2013). Por não estar isenta da forma de organização da sociedade, as Igrejas reproduzem essas hierarquias e a mulher tem um papel secundário, como é o caso da Igreja Católica Apostólica Romana, havendo grupos empenhados na manutenção do *status quo* capitalista que, ainda que disfarçadamente, através de técnicas sociais, mantém uma submissão da mulher ao homem (SAFFIOTI, 2013).

Outro fator importante é o fato da Igreja Católica ter se constituído e se cristalizado ao longo dos tempos e ainda hoje sob um formato hierárquico piramidal, ainda que eventos como o Concílio Vaticano II tenham questionado isso, onde figuras como o Papa, Cardeais e Bispos assumem o topo do modelo, enquanto a grande massa leiga, incluindo as mulheres, aglomera-se na base da pirâmide.

Na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (LG) aparece a definição de leigos como “todos os cristãos, exceto membros de ordem sacra e do estado religioso aprovado na Igreja” (COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1968, LG, 31). Assim, é importante ressaltar que estão sendo distinguidas as mulheres “leigas” das que possuem algum voto religioso, sendo membras de ordens, congregações ou institutos de vida religiosa, ainda que estas também estejam em posição de não clérigas e levando em consideração que “as mulheres têm sido tratadas como as mais leigas dentre os leigos” (DOMEZI, 2016).

Já na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS) há uma brecha para a participação paritária de mulheres e homens: “As mulheres reivindicam, onde ainda não a alcançaram, a paridade de direitos de fato com os homens” (COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1968, GS, n.9). Porém, o fato de o formato hierárquico ser piramidal

na Igreja Católica dificulta sua inserção, pois esse paradigma estrutural não permite que as mulheres tenham espaços legítimos de participação.

Segundo Cruz (2013) é evidente que a Igreja Católica contribui para a manutenção das mulheres fora dos espaços de poder, porque as alija desses espaços de poder institucional, ao mesmo tempo em que reforça que as mulheres devem evitar conflitos e ser dóceis em nome da unidade, o que, de forma sutil, perpetua e mantém a dominação masculina e confere “poder” somente aos homens com o intuito de justificar essa dominação.

O Concílio Vaticano II, conclamado pelo Papa João XXIII, que teve seu término em 8 de dezembro de 1965, é considerado para muitos teólogos um marco eclesial e teológico importante para a Igreja, o mais ecumênico e o que refez o direcionamento da Igreja Católica, defrontando-a com o mundo moderno.

João Décio Passos (2014), na introdução da Coleção Marco Conciliar, que traz vários autores abordando diferentes aspectos deste Concílio, afirma que a Igreja “foi capaz de reposicionar-se e elaborar uma nova doutrina sobre o mundo e sobre si mesma” (PASSOS, 2014, p. 7). Ele tenta romper a dicotomia anteriormente existente de sagrado e profano, tendo a Igreja de um lado como: sagrada, isolada do mundo e detentora da verdade, passando a dialogar com as ciências na busca da verdade e se compreendendo como servidora da humanidade. As decisões Conciliares e o pós-Concílio, na visão de Passos, trouxeram renovações em diferentes frentes da ICAR, como por exemplo nas práticas pastorais, reflexões teológicas, diálogo com diferentes culturas, doutrina social da Igreja e a experiência de ministérios leigos.

Dentro dessa perspectiva, é importante ressaltar que foi a primeira vez na história da ICAR em que houve presença de mulheres num evento assim, enquanto um grupo ativo, atuando como sujeito, porém ainda sem reconhecimento dos serviços prestados à Igreja. Outros vinte concílios ecumênicos já haviam ocorrido até então sem a participação de mulheres. Dessa vez, mesmo sendo apenas vinte e três, e não tendo direito à palavra na assembleia, contribuíram formulando textos que seriam utilizados nos textos conciliares. De acordo com Maria Cecília Domezi (2016), houve, ainda que por caminhos indiretos, através de padres conciliares e outras formas de contato, mulheres que se dedicaram para a articulação de propostas enviadas ao Concílio, bem como a divulgação de novidades conciliares. Ainda de forma não menos importante, houve mulheres dedicadas a vários serviços para o funcionamento do Concílio. Passos afirma que:

Numa análise atenta dos textos do Vaticano II não encontramos referência a questões que hoje são de grande relevância. A temática da mulher é, sem dúvida, uma delas. É verdade que os tempos mudaram e muitas conquistas sociais e políticas efetivaram-se nas décadas seguintes, sendo as mulheres alguns dos sujeitos mais eloquentes e ativos [...]. A Igreja católica era naquele momento uma das instituições reprodutoras do machismo de maior visibilidade. Não era de se esperar grandes avanços de sua parte na questão das mulheres [...]. Uma assembleia de homens educados para a vida celibatária e formados na velha escolástica não possuía a consciência social, política e teológica que permitissem dar à mulher um novo lugar dentro da Igreja. Além disso o texto reproduz a linguagem sexista na época legítima e elabora uma antropologia assexuada que se assenta no homem universal (PASSOS, 2014, p.12).

Na Encíclica *Pacem in Terris* (1963), João XXIII reconhece a emancipação da mulher e seu ingresso na vida pública como sinais dos tempos da sociedade moderna, porém, o período histórico ainda apresentava muitas contradições para a mulher na sociedade, que ainda era excluída dos estudos superiores, sem acesso a profissões liberais e pouquíssimas conseguiam espaços no âmbito político e no jornalismo. Apesar das barreiras, muitas conquistaram mudanças em sua condição a partir do processo desencadeado pelas revoluções modernas da época (DOMEZI, 2016, p.25).

João Batista Libanio (2005) diz que “os direitos humanos na concepção da modernidade foram rejeitados em seus inícios pelo ensinamento oficial da Igreja, porque não se via como compô-los com uma compreensão tradicional da sociedade, do poder e da Igreja como sociedade perfeita” (LIBANIO, 2005, p. 43). A Igreja, no decorrer da história, tem mudado muito lentamente, apesar de ter revisto alguns conceitos e posicionamentos e estar caminhando para o incentivo da participação da mulher.

De acordo com Cruz (2013), os esforços para participação das mulheres em atos litúrgicos e comunitários estão aquém de uma verdadeira atuação. Apesar do incentivo ao seu envolvimento na ação política, na prática há pouco apoio e é interessante perceber sua controversa presença e ao mesmo tempo ausência da hierarquia da Igreja.

Ao abordar este tema, Cruz ressalta que

A Igreja Católica ainda está impregnada pela concepção tradicional do papel que caberia às mulheres: serem mães e esposas. Em alguns documentos atuais, principalmente em estudos e debates ocorridos na América Latina, ela reconhece a dívida social que tem para com elas, porém

ainda permanece um forte resquício sexista e machista. É certo que foram identificadas como sujeitos a partir do Vaticano II. (CRUZ, 2013, p.115-116).

Para que possamos mudar essa concepção, é preciso romper com várias estruturas sociais desiguais, principalmente com o machismo. Cruz (2013) aponta que a responsabilidade da construção de uma nova sociedade só acontece à medida que cada pessoa torna-se agente de transformação da sociedade. Essa responsabilidade também é das mulheres, mas muitas ainda assumem tarefas sem questionamento e ficam relegadas ao que ela chama de “segunda categoria”. Isso se dá, pois, “a Igreja não tem sido um espaço democrático e libertador para elas, mesmo quando assumem ‘instâncias de poder’” (CRUZ, 2013, p. 116), as mulheres, por causa dessa cultura, tendem a reproduzir atitudes de submissão e não conseguem se apropriar desses espaços de representação e apontar novos paradigmas.

Ao mesmo tempo em que as mulheres são colocadas nessa posição de quem deve evitar confrontos, muitas também veem o poder como a dimensão do estar a serviço de um projeto maior no sentido do servir, de uma tarefa secundária e não da tomada de decisão. Assim, mesmo quando assumem esses espaços de poder, esse exercício dá-se de forma diferente. Historicamente no Brasil, isso se deu pela consolidação do lugar da mulher na Igreja, a partir da história dos claustros e, posteriormente, das congregações religiosas. Foi através das obras de caridade que as mulheres foram consolidando seu lugar (NUNES, 2004).

Inicialmente acontecia através dos colégios católicos para meninas, que funcionavam sob o controle clerical e a dependência direta dos bispos, o que mostra uma forma de controle social. Mas as mulheres começaram a alcançar presença e até reconhecimento no espaço religioso. Segundo Nunes, “numa época em que havia poucos lugares permitidos a uma ‘mulher de família’ frequentar, essas entidades religiosas propiciavam ainda um ponto de encontro para as mulheres entre si” (NUNES, 2004, p. 494). Em contrapartida às conquistas de espaços e de lugares de visibilidade à frente das instituições sociais, promovidas pela instituição eclesial, as mulheres só tinham voz junto à Igreja ou à família e havia aí um perfil de mulher dita piedosa (NUNES, 2004). As mulheres ocupavam-se das procissões, mas também lhes era pedido cumprir funções domésticas tradicionais no seio da Igreja, como limpar altares e arrumar as flores, cuidar das sacristias e rouparias das igrejas (NUNES, 2004).

Cruz (2013) afirma ainda que a cultura da dominação constrói um senso comum de que a mulher precisa ser protegida e é incapaz de decidir, sendo, por si só, inferior ao homem. Ao mesmo tempo, forja a consciência de homens que se fortalecem ao ponto de acreditarem serem donos das mulheres. Deste modo, uma pista de reflexão que Ivone Gebara aponta para as mulheres é que

Um dos aspectos desafiadores da problemática feminista na sociedade e nas Igrejas é o aprendizado cotidiano de falarmos em nosso nome. Falar em nosso nome significa não esperar que outros expressem o que sentimos e pensamos, ou que outros não decidam em nosso lugar como se fôssemos pouco capazes de fazê-lo. Falar em nosso nome é afirmar a maioria civil, política e religiosa feminina. Mais do que isso, é abraçar uma compreensão do ser humano que exige novas referências. Por essa razão podemos afirmar que a partir do feminismo introduzimos novos processos analíticos sobre nossa realidade feminina, assim como introduzimos novas maneiras de interpretar nossa tradição religiosa. (GEBARA, 2017, p.175).

Por isso, o Concílio Vaticano II faz-se importante nessa análise, por ser o primeiro evento que mulheres foram convocadas para falar por si próprias, mesmo havendo desafios para serem ouvidas. O Vaticano II produziu 16 documentos entre Constituições, Decretos e Declarações, que têm diferentes finalidades para a vida da Igreja. Interessa-nos aqui a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (Alegria e Esperança), promulgada em 1965 por seu caráter de oferecer princípios fundamentais pastorais, o que significa que são voltados a todo público católico e não apenas para a hierarquia na perspectiva de direcionar a ação pastoral.

Apesar da participação das mulheres durante o Concílio, a linguagem do documento em si já demonstra que a abertura ao mundo contemporâneo, que o Vaticano II propôs-se não se apresenta sob o aspecto das relações de gênero, já que raras vezes aparecem de modo específico as mulheres em seus capítulos. Em todo o documento, a linguagem masculina predomina e a palavra mulher, no singular, aparece apenas oito vezes, no plural mais oito.

Pode-se dizer que à época se utilizou a linguagem universal, usando expressões como “família humana” ou “gênero humano”, porém, o termo humano, utilizado no masculino ou no feminino, aparece 227 vezes. Em contrapartida, o termo homem aparece 208 vezes de maneira isolada e muitas vezes se referindo aos processos de evangelização. O termo homens, ainda que seja entendido como amplo para ser humano, aparece 153 vezes. Ora, porque se utiliza então o/s termo/s mulher/es, se o intuito era uma linguagem generalizante? Ou ainda, porque

especificar o público em alguns pontos (como por exemplo ao se referir ao mundo do trabalho ou à constituição familiar)? A escrita do documento em si já mostra o lugar subalterno da mulher nos processos pastorais, através da linguagem do documento, que não gera reconhecimento feminino, evidenciando um documento voltado à leitura dos homens (utilizando aqui o termo enquanto gênero, e não enquanto termo universal de seres humanos).

Já na introdução, o documento apresenta a demarcação da escrita do gênero no masculino como generalizante, trazendo o termo homem, mas também trazendo a expressão gênero humano. O texto, pouco mais a frente, vai se referir à mulher na página 4, parágrafo 8, tópico que trata dos desequilíbrios pessoais, familiares e sociais, mais especificamente, tratando das tensões que surgem na família, na relação entre os gêneros, donde “nascem desconfianças e inimizades mútuas, conflitos e desgraças, das quais o homem é simultaneamente causa e vítima”. Interessante notar que o texto traz a tensão das relações de gênero e ao se referir à causalidade e ao papel de vítima, lê-se apenas o homem.

No tópico seguinte, tratam-se as aspirações universais do gênero humano e, mais uma vez, se refere às mulheres com uma exclusividade que o restante do texto não trata. São citadas as lutas por paridade de direito e de fato entre mulheres e homens, como uma reivindicação das mulheres onde ainda não foi alcançada. (COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1968, GS, n.9).

Na primeira parte do documento, já no primeiro capítulo, que se refere à dignidade da pessoa humana, o texto traz a passagem bíblica de Gênesis que afirma que Deus criou o varão e a mulher e que sua união é a primeira forma de comunhão entre as pessoas, ressaltando assim a necessidade de sociabilização do homem, já que este não foi criado para ser sozinho. (COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1968, GS, n.12).

No capítulo 2, tópico que se refere ao respeito da pessoa humana, o documento condena qualquer tipo de atentado à vida como: o aborto, a eutanásia, homicídios e suicídios, assim como tudo que atenta à dignidade humana, como: a prostituição e o comércio de mulheres. Também neste tópico refere-se diretamente às mulheres como gênero diferenciado. No tópico seguinte, o documento fala da igualdade essencial entre todos os homens, utilizando novamente o termo masculino para generalizar, porém, fala da eliminação de qualquer forma de discriminação, incluindo aí a discriminação entre os sexos e utiliza o exemplo da mulher e a

negação do direito de escolha de esposo, modo de vida, ou a dificuldade de meios de uma educação ou cultura igual à dos homens (COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1968, GS, n.29).

No terceiro capítulo, ao se tratar do valor da atividade humana, coloca-se a visão de que todas as coisas estão sujeitas aos homens, assim como as atividades cotidianas. Completa a ideia de que homens e mulheres (e aqui o documento reporta-se às mulheres de maneira nominal), prestam serviço à sociedade ao ganhar sustento para si e suas famílias. É possível perceber que economicamente a mulher tem um papel social exclusivo, pois aqui é mencionada de modo claro e específico. Todo o restante do parágrafo refere-se apenas aos homens (COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1968, GS, n.34). Também é o único parágrafo deste capítulo com alguma menção sobre gênero.

No Capítulo 4, que trata da função de igreja no mundo atual, “a Igreja proclama os direitos do homem” (COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1968, GS, n.41) quando diz sobre a ajuda que a Igreja pode oferecer ao homem. Não traz nenhuma menção mais de gênero e todo o capítulo tem termos e linguagem masculina.

A segunda parte do documento trata de temas considerados mais urgentes: o matrimônio, a família, a cultura humana, a vida econômica social e política, a comunidade internacional e a paz. Esses temas por si já evidenciam a preocupação da igreja com relação ao gênero relacionado à família, ao matrimônio e à procriação, ainda que a luta pelo gênero na sociedade já alcançasse a denominada segunda onda do feminismo, que tem início em meados dos anos 50 e se estende até metade dos anos 90, em todos os processos sociais em que a mulher era discriminada e as desigualdades culturais e políticas, como as estruturas de poder denominadas sexistas eram questionadas (SIGNORELLI, 2014).

No início da década de 60, já começam a ser apontadas como optativas as instituições femininas do matrimônio e da maternidade, não mais como uma condição da mulher e sim como opções de vida oriundas do seu interior (FRIEDAN, 1971). Ainda assim, o documento *Gaudium et Spes* aponta esses lugares como da mulher e, por se tratar de tema de difícil consenso, foi instituída uma comissão de peritos notáveis no tema para decisões “mais notáveis” e embaçadas (SIGNORELLI, 2014).

O primeiro capítulo dessa segunda parte aborda o tema do matrimônio, considerado como santo. Neste ponto, a mulher é mencionada ao se referir à aliança

conjugal (COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1968, GS, n.48), mas no restante do parágrafo, ao dizer da fidelidade, das obrigações conjugais, tratam ambos com o termo “os esposos” (COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1968, GS, n.48-49). Embora, por um lado, masculinizante, não atribui exclusivamente à mulher o cuidado com a casa, da relação familiar e da educação dos filhos, mas de ambos.

Ainda neste capítulo, há um parágrafo que trata do amor conjugal e o respeito pela vida humana (COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1968, GS, n.51), atribuindo aos homens o encargo de conservar a vida, apontando o aborto e o infanticídio como crimes abomináveis. Mesmo a gestação sendo dom exclusivo da mulher, o documento atribui aos “homens” esse cuidado com a vida.

No ponto seguinte, que diz do progresso e a promoção do matrimônio e da família, evidenciam-se os papéis sociais atribuídos a cada gênero, classificando a importância da presença do pai para os filhos, mas demarcando o lugar da mãe na assistência ao lar, sem descuidar da promoção social da mulher (COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1968, GS, n.52). Atribui também aos pais a tarefa de guiar os jovens na constituição da família. Este ponto evidencia de modo claro o papel social da mulher de cuidado com o mundo privado, o lar, os filhos, já que merece esse destaque na redação do texto. Não se quer alijar as mulheres na promoção social e nos espaços públicos de participação, desde que a assistência doméstica seja efetiva por parte dela.

O segundo capítulo trata do tema da promoção do progresso cultural dizendo das profundas transformações do momento. Aqui se ressalta individualmente homem e mulher como conscientes de seu papel como autores da cultura na própria comunidade e evidencia o aumento do sentido da autonomia e da responsabilidade, tidas como fundamentais para a maturidade espiritual e moral do gênero humano (COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1968, GS, n.55).

Em relação aos deveres mais urgentes dos cristãos com relação à cultura, as mulheres recebem menção especial, dizendo da importância de sua participação plena em todas as áreas de atividades e reforça o dever de todos de fomentar a participação específica das mulheres na vida social (COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1968, GS, n.60).

No terceiro capítulo, em relação aos princípios orientadores de toda a vida econômico-social, recebem menção as mulheres domésticas e, especialmente, as mães, no parágrafo que trata de trabalhos que de certo modo por si só escravizam.

De modo geral, a orientação é para que o trabalho não tome o tempo de atenção à família, à vida social, cultural e religiosa (COMPÊNDIO DO VATICANO II, 1968, GS, n.67). Neste tema, é interessante notar o pedido de uma reorientação dos processos de trabalho, levando em consideração sexo e idade para a adaptação do trabalho às pessoas e suas formas de vida.

De modo geral, podemos perceber que no documento *Gaudium et Spes*, existe uma tentativa de reconhecimento da mulher, já que era um tema que iniciava os debates na sociedade, porém, ainda existe um foco central na figura da mulher como responsável pelo trabalho reprodutivo, de cuidado com a família, o lar, da reprodução e criação dos filhos, ainda que seja possível perceber que a entrada da mulher no trabalho econômico mereça destaque no documento. Também há menções aos problemas que afetam a vida da mulher como a violência sexual e doméstica, ainda que não houvesse a definição de feminicídio como há hoje. À época, apesar dos avanços, a mulher ainda era percebida como pertencente à família, sendo esta reconhecida na configuração de um casal heterossexual e seus filhos, outras configurações não reconhecidas ou aceitas e até mesmo desacreditadas. A lei do divórcio surge apenas na década de 70, porém o divórcio não é aceito pela Igreja Católica, sendo as famílias de pais divorciados vistos com maus olhos, já que o matrimônio é irrevogável perante a lei da Igreja.

Para além destes documentos, é interessante abordar a mensagem do Papa Paulo VI na conclusão do concílio Vaticano II, apresentada em 8 de dezembro de 1965. Ela se dirige às mulheres de todas as condições, reconhecendo-as como a metade da “família humana”. Coloca a Igreja como dignificadora e libertadora da mulher durante os séculos na sua igualdade junto aos homens. Ao iniciar o documento dessa forma, aparece um aceno de abertura à participação real das mulheres e ao reconhecimento de sua presença e participação ao longo dos tempos.

Em seguida afirma ser o momento da plena realização da vocação da mulher, em que ela alcança um poder jamais alcançado até agora, que lhes confere a tarefa de não deixar que a humanidade decaia, apresentando-as como aquelas que têm a guarda do lar, presença no início e consolo no fim da vida, aquelas que podem deter a mão do homem na devastação da civilização humana.

Divide o gênero feminino em mães, educadoras, transmissoras da tradição; solteiras com a possibilidade de cumprir a vocação com dedicação; virgens consagradas, guardiãs da pureza, desinteresse e piedade; mulheres que sofrem

provações, que dão forças aos homens de lutar até o fim, até o martírio e que ajudam os homens a manter grandes empreendimentos. Pede que se empenhem em levar o Espírito do Concílio e a salvar a paz do mundo. Em todas essas palavras da carta podem ser percebidas expressões de submissão das mulheres aos homens ou de uma visão de quem acolhe, espera, transmite, contradizendo o modo com que a carta iniciou-se e mostrando a diferença daquelas mulheres que estiveram presentes durante o Concílio, que ficaram isoladas em sala específica para elas durante os intervalos de café, que não queriam se destacar mais que os homens, nem ser vistas como “categoria” na Igreja:

As auditoras chamavam a atenção para o fato de que mulheres e homens constituem a Igreja, por isso não se deveria falar do “papel da mulher na Igreja”. [...] Mas num sentido de discernimento maduro em relação às mulheres, o Concílio só teve tempo e condições de lançar um impulso e de lançar novas perspectivas (DOMEZI, p. 119-120).

Domezi (2016) afirma que o espírito de abertura do Concílio proporcionou possibilidades de mudanças, superação da visão do matrimônio como solução para a libido, ampliando a visão antropológica de um processo de construção comunitária entre os cônjuges numa perspectiva sacramental, ainda que prevalecesse a centralidade na educação dos filhos e na procriação, colocando numa paridade os sexos. Também há avanço na consideração dos movimentos feministas e no reconhecimento de conhecimentos científicos. De modo geral, há abertura para avanços. Mas como esses avanços podem ser percebidos em documentos escritos 50 anos após?

A atual liderança da Igreja Católica, o Papa Francisco, aponta pontos em relação às mulheres em seus documentos Pastorais e em todas as Exortações apostólicas. Utiliza a flexão de gênero ao se referir ao Povo de Deus. Em sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (2013), traz afirmações que reconhecem a contribuição da mulher na sociedade e na pastoral junto a sacerdotes, mas diz que é necessário ampliar espaços para uma presença mais incisiva das mulheres na Igreja: “nos vários lugares onde se tomam as decisões importantes, tanto na Igreja, como nas estruturas sociais” (FRANCISCO, 2013, EG, 103). Ao mesmo tempo, o documento reforça que o sacerdócio é reservado apenas aos homens e que quanto a isso não pode haver discussão, que este deve ser visto como função, que mesmo tendo lugar mais elevado na hierarquia, deve ser considerado como serviço

(FRANCISCO, 2013, EG, 104). Essa afirmação revela que não é toda função e todo serviço que as mulheres podem exercer na igreja, ficando elas relegadas às funções e serviços de menor lugar na hierarquia.

Por fim, o documento trata das mulheres vítimas de exclusão, maus-tratos e violências, reconhecendo de modo mínimo a violência contra a mulher e o feminicídio, também a dificuldade destas mulheres de defesa de seus direitos, reconhecendo-as como seres frágeis que a Igreja quer cuidar com predileção, ainda que reconheça que estas são muitas vezes as que cuidam de forma heroica de suas famílias (FRANCISCO, 2013, EG, 213). É também neste ponto que se reafirma a posição contrária da Igreja ao aborto, colocando este como ato de defesa à vida com a mesma base da defesa dos direitos humanos. O Papa reafirma que neste assunto não se deve esperar mudança na posição da Igreja, mas reconhece que pouco é feito para o acompanhamento às mulheres que tomam esta decisão

Em *Amoris Laetitia* (2016), o Papa Francisco apresenta o matrimônio como célula fundamental da sociedade, espaço de amadurecimento de pessoas, cultivo de valores comunitários e de desenvolvimento ético de cidades e aldeias (FRANCISCO, 2016, AL, n.52), porém, considera como núcleo familiar a configuração de homem e mulher, preferencialmente com filhos, apesar de reconhecer a variedade de configurações familiares, mas não considera união de pessoas do mesmo sexo como um matrimônio, pois não há reprodução. Ainda neste documento, há novamente o reforço da ideia da igualdade de direitos entre gêneros que é acometida pelos traços machistas e patriarcais de nossa cultura de forma explícita.

O documento apresenta uma necessidade de reconhecimento e mudança em muitos países dos direitos da mulher, sobretudo os atos de violência doméstica nos âmbitos verbal, físico e sexual, numa postura de dominação do homem sobre a mulher, chamada por Francisco de covardia que contradiz a proposta da união conjugal e também ressalta a desigualdade de acesso ao mercado de trabalho entre homens e mulheres, reconhecendo os excessos de vestígios patriarcais existentes na sociedade, que coloca a mulher num lugar de subalternidade:

A história carrega os vestígios dos excessos das culturas patriarcais, onde a mulher era considerada um ser de segunda classe, mas recordemos também o «aluguel de ventres» ou «a instrumentalização e comercialização do corpo feminino na cultura midiática contemporânea». Alguns consideram que muitos dos problemas atuais ocorreram a partir da emancipação da mulher. Mas este argumento não é válido, « é falso, não é verdade! Trata-se

de uma forma de machismo». A idêntica dignidade entre o homem e a mulher impele a alegrar-nos com a superação de velhas formas de discriminação e o desenvolvimento dum estilo de reciprocidade dentro das famílias. (FRANCISCO, 2016, AL, n.54).

Este ponto reflete a possibilidade de se considerar apenas algumas formas de feminismo, termo tomado com uma concepção equivocada, como se o feminismo fossem várias pautas ou demandas sociais isoladas e não um movimento pela emancipação e equidade das mulheres. Não há um consenso único entre essas demandas e Francisco não aponta essas diferentes concepções, generalizando o movimento. Porém, é interessante notar que apesar do documento tratar do matrimônio e aparecer questionamentos à violência doméstica, muitas vezes silenciada, Francisco aponta também problemas sociais mais amplos como o não acesso a determinados postos de trabalho e lugares de decisão. Mas ainda assim, não aparece a ideia de que a paridade entre os sexos é importante, podendo quem lê o documento, assumir uma posição de que é necessária uma “cota mínima” de participação da mulher.

É importante também ressaltar que, neste documento, o Papa traz uma elucidação importante sobre a interpretação equivocada da passagem bíblica, anteriormente citada nessa dissertação, utilizada para subjugar as mulheres na igreja e para submissão sexual, portanto Francisco desconstrói a ideia utilizada por grupos conservadores da Igreja de que a mulher tem como legado a submissão:

É importante deixar claro a rejeição de toda a forma de submissão sexual. Por isso, convém evitar toda a interpretação inadequada do texto da Carta aos Efésios, onde se pede que «as mulheres [sejam submissas] aos seus maridos» (Ef 5, 22). São Paulo exprime-se em categorias culturais próprias daquela época; nós não devemos assumir esta roupagem cultural, mas a mensagem revelada que subjaz ao conjunto da perícopes. Retomemos a sábia explicação de São João Paulo II: «O amor exclui todo o gênero de submissão, pelo qual a mulher se tornasse serva ou escrava do marido [...]. A comunidade ou unidade, que devem constituir por causa do matrimônio, realiza-se através de uma recíproca doação, que é também submissão mútua». Por isso, se diz que «devem também os maridos amar as suas mulheres, como o seu próprio corpo» (Ef 5, 28). Na realidade, o texto bíblico convida a superar o cômodo individualismo para viver disponíveis aos outros: «Submetei-vos uns aos outros» (Ef 5, 21). (FRANCISCO, 2016, AL, n.156)

Na Exortação Apostólica *Gaudium et Exultate*,(2018), o Papa, no único ponto tocante a este assunto, apresenta diversas mulheres consideradas exemplos de santidade em períodos em que elas estiveram mais excluídas, que provocaram

transformações nas Igrejas, e relembra mulheres atuantes nas comunidades que ficam no anonimato, reconhecendo o trabalho feminino nas Igrejas. A encíclica, mostra, portanto, a dificuldade de reconhecer a importância das mulheres na Igreja, com poucos exemplos, pouquíssima menção a uma santidade laical e apenas mencionando exemplos de algumas mulheres, sem uma menção mais aprofundada e apenas mencionando que há trabalho feminino na Igreja. A recuperação de alguns nomes e a menção, não ajuda a reconhecer a vida da mulher como exemplo de santidade, mesmo tendo elas maiores barreiras para sua vida e atuação na Igreja e na sociedade.

Na Exortação Apostólica *Christus Vivit* (2019), ele reforça a importância da Igreja reagir, prestando atenção às reivindicações legítimas das mulheres sobre a defesa de seus direitos, pedindo mais justiça e igualdade, contribuindo para uma maior reciprocidade entre homens e mulheres, ainda que não concorde com as reivindicações de todos os grupos feministas, renovando o empenho da Igreja contra discriminações e violências baseadas no sexo.

Noutro ponto, aponta jovens em situação de marginalização e exclusão social, entre elas, mulheres jovens grávidas, com infecções sexualmente transmissíveis e dependências, explicitando que situações de marginalização são mais dolorosas e difíceis para as mulheres. Por fim, o documento mostra a necessidade de se valorizar a riqueza de variedade que compõe a Igreja, mencionando a especificidade das mulheres para uma pastoral juvenil de comunhão, em que não se exclua ninguém. Este documento mostra o atrelamento que se faz da jovem mulher e a vida sexual, sendo aspectos como gravidez e doenças sexualmente transmissíveis ponto de reflexão necessário de ser ressaltado, mostrando a permanência do controle da vida sexual de mulheres, sobretudo jovens mulheres.

Na Igreja do Brasil, a CNBB absorve as orientações papais e aponta, através das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora, ações para a atuação das Igrejas locais (dioceses e Arquidioceses). Para o período de 2011 a 2015, o documento não aponta nenhum desafio ou pista de ação para a superação da desigualdade de gênero. É importante evidenciar que a Exortação Apostólica *Evangelli Gaudium* é publicada em 2013, após o período da publicação das Diretrizes. Já no período de 2015-2019, as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora apontam como marca do contexto a mudança de época, elenca entre outros avanços e conquistas desse período a promoção da mulher, já reflexo dos documentos papais com essa

discussão. Porém, enquanto isso, elencam as mudanças de compreensão do período e uma crise de valores, uma crise cultural que atinge a família, local privilegiado da atuação da mulher enquanto responsável pelo trabalho reprodutivo. “As instituições religiosas reproduzem os mesmos parâmetros de desvalorização das mulheres, muito embora não consigam admiti-lo. Ainda consideram as mulheres apenas como pessoas ‘do lar’” (GEBARA, 2017, p.183). Em seguida, o documento aponta como consequências práticas de banalização da vida, entre elas, o aborto, prática atrelada apenas às mulheres.

Como pista de ação, indica o não aceitação das chamadas práticas que levam a situações de morte, não aceitando e não se omitindo diante de vidas impedidas de nascer, seja através da legalização e despenalização do aborto, ou por decisão individual, envolvendo-se na preservação da vida (DGAE 2015-2019, 65). Assim, a diretriz condena práticas abortivas, assim como o Papa Francisco aponta, colocando-a como banalização da vida no mesmo patamar que ausências de políticas públicas, mas não apresenta nenhuma maneira de lidar com essas situações, nem maneiras preventivas para tal decisão e as práticas abortivas, bem como o sexo antes do casamento e os meios contraceptivos permanecem como um tabu, sendo práticas condenadas, sem apontar outras possibilidades para àquelas que as realizam. Estabelece a postura como característica do discípulo missionário, a que se compromete com o direito à vida, compreendido como o direito a nascer, crescer, constituir família, seguir a vocação, envelhecer e morrer naturalmente, bem como manifestar a fé e crer, um organograma quase linear a ser seguido.

Merece destaque especial o ponto que levanta a necessidade de intensificar a defesa da dignidade das mulheres:

É preciso intensificar o empenho na defesa da dignidade das mulheres, das pessoas com deficiência e dos idosos. A consciência da igualdade de seus direitos e sua plena inclusão na sociedade precisam ser promovidas. Para a Igreja, o apoio a essas causas é um eloquente testemunho de sua fé em Jesus Cristo e de seu compromisso com o Reino de Deus, por Ele anunciado e mostrado presente entre nós. (DGAE 2015-2019, 112).

Este ponto apesar de generalizante, colocando em pé de igualdade mulheres, deficientes e idosos, direciona para a conscientização da igualdade de direitos e inclusão plena desses sujeitos na sociedade, porém também não aponta maneiras efetivas para que isso ocorra e não há também uma leitura de como essas

desigualdades ocorrem. No caso das mulheres, não há direcionamentos concretos para sua inclusão dentro da Igreja e ao menos que o parágrafo refira-se também às instâncias da Igreja, que não aparenta ser o caso, as diretrizes afirmam uma desigualdade na sociedade, mas não dentro da própria instituição.

Podemos através da análise destes documentos confirmar o que Gebara (2017) afirma, quando diz que hoje há mudanças dignas de nota apesar das teorias das décadas de 70 e 80 latino-americanas continuam reproduzindo papéis sociais e a compreensão de ser humano das décadas anteriores. Segundo a autora “a mesma prática e a mesma compreensão ainda se reproduzem nas estruturas da Igreja, que, diferentemente das instituições da sociedade civil, não abre espaço para as mulheres e para a superação da visão misógina das transformações humanas. (GEBARA, 2017, p.181).

2.2 A juventude nos documentos da Igreja

Outra discussão necessária a ser levantada para esta pesquisa é a da participação das juventudes na Igreja, pois é o período em que se consolidam bases de identidade e marcas subjetivas, por isso, é um importante momento para a vida nas comunidades de fé. Por considerar que há as especificidades da condição juvenil será utilizada a ideia da juventude no plural – juventudes.

Nessa perspectiva, em linhas gerais, as juventudes caracterizam-se como uma representação sociocultural e uma situação social. Ou seja, sua composição faz-se, principalmente, de representações simbólicas e situações sociais com formas e conteúdos próprios, que, por conseguinte, têm influência importante nas sociedades modernas e contemporâneas.

De acordo com Rodrigues, Assmar e Jablonski (2010), vivenciamos diversos grupos diferentes em diferentes fases de nosso desenvolvimento pessoal. Alguns deles se mantêm ao longo da vida e outros se fazem presentes em fases específicas de nosso desenvolvimento. Eles exercem importante influência sobre nós, nossas atitudes e comportamentos. Uma das possibilidades de vivência desses grupos é a comunidade paroquial, onde há, desde um ‘subgrupo’ que é o grupo de jovens, até também a própria comunidade paroquial, que é mais extensa e mais diversa. Esta, da mesma forma que o grupo de jovens, sofre a influência da sociedade em geral.

Quanto ao grupo de jovens, considerando-o como espaço de socialização, podemos caracterizá-lo como uma de suas etapas a da descoberta de grupo que, conforme Flávio Sofiati (2012), é o momento em que relações sociais são mais relevantes que as vivências da própria doutrina. Em outras palavras, o grupo ainda não estabeleceu um ideal de coletivo e, portanto, ainda não é de fato grupo constituído, já que nesse período há uma grande rotatividade. É na descoberta da comunidade que grande parte dos jovens encontram uma visão mais ampla da religião e um sentimento de pertencimento à Igreja – elemento fundamental para a dimensão da fé cristã, que tem sua base a experiência comunitária.

De modo geral, na comunidade paroquial, o jovem pode exercer em algum grau sua parte na vivência comunitária, sendo este um dos espaços que dão origem à experiência de multiplicidade das vivências das juventudes no campo eclesial. De acordo com Groppo (2000), a sociedade é constituída além da estrutura de classes e estratificações sociais pelas faixas etárias e pela cronologia do tempo da vida. De forma que essa estrutura tende a valorizar a experiência como sabedoria, o que cria uma hierarquia de valorização dos mais velhos em detrimento dos mais novos. Isso pode causar certa invisibilidade, que se agrava quando se é parte de outras categorias sociais, também invisibilizadas, onde essa não participação configura-se como um processo natural, como é o caso das mulheres. Para entender como tem sido a visão da Igreja quanto a este público, serão analisados novamente as exortações apostólicas, documentos pastorais publicados para todos os membros da Igreja Católica, independente de posição hierárquica.

O documento *Gaudium et Spes*, publicado após o Concílio Vaticano II, inicia com as esperanças e temores do tempo em que é escrito – década de 60 - e aponta, no parágrafo 4, que a Igreja precisa responder às perguntas dos homens acerca do sentido da vida presente e futura, de modo adaptado a cada geração (COMPÊNDIO VATICANO II, 1968, GS, n.4), indicando assim, a abertura ao diálogo entre gerações e o respeito às singularidades de diferentes gerações. Porém, o modo de perceber essas categorias sociais diz da forma com que a Igreja irá lidar com suas questões.

Tratando das transformações referentes à época da escrita, o parágrafo 7 do documento, levanta transformações de mentalidades e estruturas que colocam os valores estabelecidos em questão, principalmente nos jovens (COMPÊNDIO VATICANO II, 1968, GS, n.7). O documento refere-se a eles como frequentemente impacientes e rebeldes, aspirando participação na vida social e que isso traz

desafios na missão de pais e educadores para/com os jovens. Além disso, reconhece que leis, instituições, maneiras de pensar e sentir herdadas do passado não necessariamente estão adaptadas à atualidade, que causa perturbações no comportamento e normas de ação. É importante ressaltar que neste período iniciava-se a concepção de juventude de modo mais estruturado nas décadas anteriores e esta etapa da vida não era considerada de maneira singular.

O oitavo parágrafo apresenta as tensões que têm origem na família dentre pressões de diferentes condições, como questões econômicas e sociais, o texto destaca as diferentes gerações e relações sociais entre mulheres e homens (COMPÊNDIO VATICANO II, 1968, GS, n.8). Aqui aparece o elemento geracional e de gênero, desde já mostrando intersecções possíveis.

Durante o momento em que o documento trata da responsabilidade e participação social, novamente a juventude merece destaque no texto. No parágrafo 31 a educação dos jovens de qualquer origem social é direcionada para uma organização, não apenas para torná-los pessoas mais cultas, mas também com personalidade forte, que é considerada urgente àquele tempo (COMPÊNDIO VATICANO II, 1968, GS, n.31). Interessante perceber que o mesmo texto outrora criticava a rebeldia do jovem, agora o chama para tomada de ação, visão do jovem como autor do desenvolvimento, mas aparenta a visão adultocêntrica que limita a forma com que o jovem deve ser dentro de padrões adultos para ser considerado posicionamento válido.

Ao tratar da configuração familiar, a *Gaudium et Spes* aponta a importância de educar os jovens para a dignidade do exercício do amor conjugal. Neste documento, há avanços ao perceber o casamento como uma construção de laços comunitários e não apenas para procriação. Apesar disso, o documento aponta que os jovens devem ser educados na castidade para que haja um noivado e casamento puro no momento ideal (COMPÊNDIO VATICANO II, 1968, GS, n.49).

Ainda neste tema, o documento aponta a responsabilidade de pais e tutores ao guiar os jovens na constituição de família com conselhos que devem ser recebidos de bom grado por eles e evitar que de modo cuidadoso a pressão à necessidade do casamento ou à escolha do cônjuge (COMPÊNDIO VATICANO II, 1968, GS, n.52). A família, ainda neste parágrafo, é apontada como aquela que congrega diferentes gerações que se ajudam no alcance da sabedoria mais plena e na conciliação de direitos pessoais e outras exigências da vida social e, por

consequente, é fundamento da sociedade. As associações de famílias enquanto obra da sociedade são convocadas a fortalecer, com a doutrina e a ação, jovens e esposos recém-casados, ajudando que eles se formem para uma vida social apostólica.

No capítulo em que o documento trata da remoção de desigualdades econômico-sociais, o parágrafo 66 chama a atenção para a equidade, a justiça, o respeito aos direitos e à cultura dos povos, salientando que a discriminação individual e social agrava as desigualdades. Uma das maneiras de diminuir as desigualdades apontadas é o fortalecimento da agricultura e aqui merecem destaque os jovens agricultores, para que se dediquem ao desenvolvimento da competência profissional para que haja progresso da agricultura (COMPÊNDIO VATICANO II, 1968, GS, n.66), demonstrando uma aposta na geração da época para a manutenção da economia, por um lado, e evidenciando o caráter mercadológico que o jovem tem, por outro.

Ainda neste capítulo, no que se refere à educação cívica e política, também se destaca a necessidade de educar os jovens para a vida comunitária política. O ponto destaca a importância do preparo dos jovens para assumir a política, de modo a não obter vantagens materiais, cuidar de interesses próprios e sim a política em favor de todos (COMPÊNDIO VATICANO II, 1968, GS, n.75). Também neste capítulo, ao tratar da ajuda internacional, destaca-se novamente os jovens, que são muitas vezes voluntários em ações beneficentes de encontro a outros povos (COMPÊNDIO VATICANO II, 1968, GS, n.88).

Por fim, a Exortação trata da presença da Igreja na comunidade internacional, tendo ela como missão levar o evangelho para consolidar a paz no mundo e a solidariedade fraterna entre os povos, reforça a necessidade da presença da Igreja numa comunidade de nações para estimular a cooperação entre os homens, tanto por meio das instituições, quanto pessoalmente através dos cristãos. Portanto, o documento afirma a importância de educar os jovens para a educação religiosa e cívica para que em seu meio de vida desperte o desejo da cooperação com a comunidade internacional (COMPÊNDIO VATICANO II, 1968, GS, n.89).

O documento, portanto, apresenta uma visão adultocêntrica da condição juvenil na sociedade e apesar de considerar a importância do diálogo intergeracional, dá a entender que os jovens estão em uma posição passiva de receberem conhecimentos, direcionamentos, considerando a rebeldia e impaciência

como uma marca para sua participação na vida social. A mesma rebeldia é considerada desafio para essa educação que é posta como necessária aos jovens para um direcionamento para uma organização. A educação destes jovens também se mostra necessária para a constituição familiar de acordo com a visão da igreja da vida em castidade até o casamento e para a constituição familiar para a manutenção das tradições, ou seja, o jovem é visto como um indivíduo a ser moldado conforme uma visão dos adultos de família, participação social para a cooperação internacional, para a vida política e para o mercado de trabalho. Importante ressaltar que a imagem comum de jovem a ser tratada neste documento é a do jovem do sexo masculino, já que para as mulheres, a possibilidade é a de constituição familiar.

Passados 50 anos do Concílio, as exortações apostólicas do Papa Francisco, documentos pastorais destinados a todo Povo de Deus, escritos após a realização de sínodos - isto é, assembleias convocadas pela autoridade eclesiástica, a fim de discutir temas pertinentes de determinada tradição religiosa, trazem menções de modo direto ou indireto em relação às juventudes. Na Exortação *Evangelli Gaudium* sobre o anúncio do Evangelho, encontramos 8 pontos que fazem estas menções. Já no documento que fala sobre o casamento e os relacionamentos, *Amoris Laetitia*, é possível encontrar 30 menções. Na exortação que diz sobre a santidade na política, a *Gaudium et Exultate*, é encontrado apenas 1 ponto. Além destas, recentemente, após o sínodo sobre as vocações e os jovens, há uma Exortação Apostólica que se debruça mais sobre o tema da juventude de modo geral: *Christus Vivit*.

É possível perceber através dos escritos de Francisco que ele tem uma visão do jovem como sujeito em formação. Esta concepção pode ser relacionada com os estudos em juventude que dizem do jovem como etapa preparatória para vida adulta, o que gera um desafio de perceber as vivências da juventude como parte de sua formação e se corre o risco de desconsiderar e invisibilizar os conhecimentos provenientes desta etapa da vida de qualquer pessoa. Esta ideia pode ser percebida em trechos de suas três exortações, *Evangelli Gaudium*, *Gaudium et Exultate* e *Amoris Laetitia*.

Francisco aponta que há uma dificuldade de os adultos ouvirem os jovens que não encontram respostas para seus anseios nas estruturas ordinárias, por isso as propostas educacionais não surtem os efeitos desejados e que é necessário reconhecer movimentos e associações predominantemente juvenis (FRANCISCO, 2013, EG, n.105). O pontífice ainda ressalta que há uma dificuldade de

discernimento na sociedade atual, que sobretudo os jovens têm maior dificuldade desse discernimento (FRANCISCO, 2018, GE, n.167). O atual Papa afirma ainda que faz falta ajudar aos jovens identificar influências positivas, sobretudo ao se tratar da educação sexual, já que os jovens ainda não alcançaram tal maturidade (FRANCISCO, 2016, AL, n.281).

Assim é possível perceber essa visão adultocêntrica de que é necessário que haja um direcionamento dos jovens para uma adequada formação, não considerando suas possibilidades e vivências como experiências válidas por si só, mas apenas quando servem para a manutenção da tradição ou como exemplo da educação que os adultos consideram ideal. Por isso, nas três citações extraídas de diferentes documentos papais, podemos perceber que há uma visão do jovem como objeto da ação evangelizadora, como se o jovem não fosse sujeito e não fosse capaz de discernir no tempo presente, sendo alguém a ser constantemente orientado, uma visão adultocêntrica e pautada pela hierarquia de que os mais velhos são mais sábios. Essa visão de Francisco do jovem como ser em formação, pode levar a interpretações do jovem como um ser incompleto, como um vir a ser sujeito, como se suas escolhas e experiências presentes fossem irracionais, equivocadas ou inválidas pelo fato de ser jovem.

Os documentos e escritos do Papa Francisco de modo geral mencionam sempre em correlação estas duas fases da vida: juventude e velhice. É possível perceber esse traço do papado de Francisco através do seguinte trecho da Exortação Evangelii Gaudium:

Como já disse, não pretendi oferecer um diagnóstico completo, mas convido as comunidades a completarem e a enriquecerem estas perspectivas a partir da consciência dos desafios próprios e das comunidades vizinhas. Espero que, ao fazê-lo, tenham em conta que, todas as vezes que intentamos ler os sinais dos tempos na realidade actual, é conveniente ouvir os jovens e os idosos. Tanto uns como outros são a esperança dos povos. Os idosos fornecem a memória e a sabedoria da experiência, que convida a não repetir tontamente os mesmos erros do passado. Os jovens chamam-nos a despertar e a aumentar a esperança, porque trazem consigo as novas tendências da humanidade e abrem-nos ao futuro, de modo que não fiquemos enclausurados na nostalgia de estruturas e costumes que já não são fonte de vida no mundo actual. (FRANCISCO, 2013, EG, n.108)

O pontífice sempre coloca estes dois momentos de vida em comparação ou em correlação, evidenciando ao mesmo tempo uma visão de peculiaridade para

cada etapa, mas comparando diferentes gerações pode não auxiliar no diálogo intergeracional, já que cada fase de vida tem suas particularidades.

Por outro lado, o Papa Francisco lida com a juventude de maneira positiva, colocando-a como fonte de novidade. Em seus documentos, as particularidades das juventudes são sempre levadas em consideração, pensando em seu processo educativo dentro da Igreja. Suas publicações evidenciam um reconhecimento do jovem como autor da própria vida, com capacidade de discernimento para suas escolhas e como alguém que pode trazer mudanças para a igreja e sociedade:

Aos casais jovens, deve-se animar também a criar os seus próprios hábitos, que proporcionem uma salutar sensação de estabilidade e proteção e que se constroem com uma série de rituais diários compartilhados. (FRANCISCO, 2016, AL, n.226)

Ao mesmo tempo, o Papa Francisco traz uma dimensão do jovem como desafio eclesial e social, dizendo das dificuldades de escutar, compreender ou falar sua linguagem, compreendendo a dificuldade e peculiaridade da relação com as juventudes, relatando em seus documentos a dificuldade de abordar os jovens (FRANCISCO, 2013, EG, n.106), afirmando a importância de realizar acompanhamentos e formações adaptadas às realidades de vida dos jovens tais como linguagem e horários, por exemplo, trazendo uma preocupação de envolvê-los (FRANCISCO, 2016, AL, n.36), porém demarcando que não é algo simples e que requer mudanças no modo que geralmente outras gerações são abordadas, de modo desafiador.

Porém, essa visão de jovem como desafio, remonta à visão de juventude da década de 80, em que o jovem é considerado um problema social, já que naquela época era atribuída à juventude a maioria dos problemas sociais, como as Infecções sexualmente transmissíveis, início do uso abusivo de álcool e outras drogas, concepção de filhos fora da constituição familiar, entre outros. Enquanto há uma visão positiva desses desafios, é possível pensar ações, porém muitas vezes ocorre uma visão fatalista do jovem como irresponsável ou 'perdido', sem rumo na vida.

É a partir desta visão da importância da aproximação e compreensão com as juventudes, mesmo porque a maior parte das vocações sacerdotais e religiosas para a manutenção da Igreja está entre os jovens, que em 2018 o Papa Francisco convocou um sínodo para escuta e estudo do tema: "A fé, os jovens e o

discernimento vocacional”. A partir desse processo de escuta, o Papa Francisco publicou a Exortação Apostólica *Christus Vivit* (2019): para os jovens e para todo o povo de Deus.

Na apresentação do documento, Francisco apresenta-o como sendo um documento “a todos os jovens cristãos [...] ao mesmo tempo a todo o povo de Deus, a seus pastores e fiéis, porque a reflexão sobre os jovens e para os jovens estimula a todos nós” (FRANCISCO, 2019, CV, n.3). Esse movimento demonstra uma preocupação deste papado de um processo de evangelização mais voltado para este público, ajudando todo o povo de Deus a lidar com as peculiaridades dessa etapa da vida, bem como levanta as questões que acomete os jovens e traça pistas para atuação junto a este público. Além disso, o Papa afirma que:

Deixei-me inspirar pela riqueza das reflexões e dos diálogos do Sínodo do ano passado. Não poderei recolher aqui todas as contribuições que vocês poderão ler no Documento Final, mas tratei de assumir na redação destas cartas as propostas que pareceram mais significativas pra mim. Desse modo, minhas palavras estão carregadas de milhares de vozes de fiéis de todo o mundo que fizeram chegar suas opiniões para o Sínodo. Mesmo os jovens não fiéis, que quiseram participar com suas reflexões, propuseram questões que fizeram surgir em mim novas perguntas. (FRANCISCO, 2019, CV, n.4)

Assim, podemos perceber que o documento tem um foco nos jovens cristãos, mas também convoca toda a Igreja, clero e laicato, a refletir sobre os temas que perpassam a vida dos jovens e que no processo foram recolhidos questionamentos e proposições de jovens cristãos e não cristãos. Ainda que não presentes na Exortação todas as contribuições durante o processo o Sínodo apresentou-se bastante plural e aberto à participação. Francisco tentou no documento trazer consensos possíveis para a ação da Igreja Católica.

O documento apresenta 9 capítulos, divididos em 299 parágrafos, iniciando com elementos bíblicos e religiosos sobre os jovens, seguido de uma análise da atual conjuntura que envolve os jovens na Igreja e na sociedade, até chegar na proposta da Igreja Católica para os jovens, abordando o trabalho pastoral, os processos vocacionais, de vida e de comunidade, de maneira integral (não apenas voltado para a Igreja e os processos de formação de sacerdotes e/ou religiosos) e os processos que os envolvem como o discernimento e o acompanhamento.

Merecem destaques alguns aspectos do documento e o modo com que Francisco trabalha elementos presentes nele, como um diferencial de seu papado.

No primeiro capítulo do texto, são destaques as passagens bíblicas que remetem à juventude, importante movimento de Francisco, pois dá base para os trabalhos e reflexões de que o jovem precisa ser reconhecido como protagonista em seu tempo presente e não um vir a ser, já que nas histórias bíblicas, muitos dos modelos apresentados eram jovens à época das histórias.

No antigo testamento, são apresentados como jovens exemplos a seguir: José (Gn 37,2-3), Gedeão (Jz 6,13), Samuel (1Sm 3, 9-10), Rei Saul (1Sm 9,2), o Rei Davi (1Sm 16, 6-13), Salomão (1Rs 3,7b), profeta Jeremias (Jr 1,6-8), entre as mulheres, há uma jovem sem nome, uma moça judia à serviço de Naaman (2Rs 5, 2-6) e Rute (Rt 1, 1-18 e 4, 1-17) (FRANCISCO, 2019, CV, n.6-11). Já no novo testamento, são destaques o filho mais jovem da parábola popularmente conhecida como o filho pródigo (Lc 15, 11-32) e o próprio Jesus Cristo, considerado pelo Papa eternamente jovem (FRANCISCO, 2019, CV, n.12-21).

Francisco aponta que “a verdadeira juventude é ter um coração capaz de amar” (FRANCISCO, 2019, CV, n.13), o que pode gerar um problema interpretativo, que ocorre muitas vezes quando adultos e idosos dizem-se eternamente jovens ou jovens de espírito. Essa convicção pode levar a desconsiderar os jovens como protagonistas, podendo ser considerados também velhos de alma ou outros termos a que se referem aos jovens fora do padrão de disposição e rebeldia, que muitas vezes são colocados para se referir a esse público. Também há uma tentativa de quebra para a hierarquia geracional estabelecida pela sociedade (FRANCISCO, 2019, CV, n.14-6), quando o Papa afirma que a idade não estabelece privilégios e o fato de alguém ter menos idade não significa menor valor ou menor dignidade. Porém, ao tentar colocar que o jovem precisa também considerar os conhecimentos dos mais velhos e o respeito às outras épocas, Francisco utiliza uma citação que pode ser interpretada de forma dúbia: “Sede submissos aos anciãos” (1 Pd 5,5), repetindo aqui a hierarquia das gerações que valoriza a idade como sabedoria.

O segundo capítulo continua o embasamento bíblico e da Igreja para a ação dos jovens como protagonistas, ele inicia apresentando a juventude de Jesus, que serve de iluminação para a ação da Igreja. Neste sentido, aponta que Jesus tinha pouco mais de 30 anos ao morrer na cruz, idade de um jovem adulto, definição esta encontrada nos estudos de juventude e nas políticas públicas para a juventude principalmente no Brasil, demonstrando uma sintonia da Igreja com as discussões na sociedade.

O capítulo aponta que o Evangelho apresenta fatos ocorridos na adolescência e juventude de Jesus e que nesse período “Jesus foi se “formando”, foi se preparando para realizar o projeto do Pai. Sua adolescência e juventude orientaram-no a essa missão suprema” (FRANCISCO, 2019, CV, n.27), evidenciando aqui, apesar de toda a discussão, a visão da etapa de preparação para a vida adulta que pode ser assumida como premissa ao lidar com os jovens, contradizendo tudo que acabara de ser apresentado.

Em seguida, são apresentadas características de Jesus, típicas de sua juventude:

[...]Sua relação com as pessoas era a de um jovem que compartilhava toda a vida de uma família bem integrada na aldeia [...] era um rapaz como os outros na aldeia, e que se relacionava com toda a normalidade. Ninguém o olhava como um jovem estranho ou separado dos outros. [...] Graças à confiança de seus pais, Jesus se move livremente e aprende a caminhar com todos os outros. (FRANCISCO, 2019, CV, n.28-29)

Assim, Francisco aponta pistas de ação para os jovens e para as comunidades para lidar com os jovens como o não isolamento da juventude, por parte deles e/ou da comunidade, a confiança dos pais para que os jovens possam se mover e aprender com os outros e a comunidade. Francisco aponta, por fim, características de Jesus que podem ser reconhecidas nos jovens, a confiança em Deus, a amizade com os discípulos até nos momentos difíceis, nos quais se manteve em fidelidade a eles, na compaixão com os mais necessitados, pobres e doentes, sobretudo, a coragem de enfrentamento às autoridades, a experiência de ser descartado ou não ser compreendido, o medo de sofrer e a fragilidade da paixão. Para Francisco, essas características podem ser reconhecidas pelos jovens na figura de Jesus, que os aproxima e os ajuda a se reconhecerem.

Neste capítulo, Francisco apresenta ainda a juventude da igreja como uma possibilidade da Igreja renovar-se, não ficar fechada em si mesma, que é necessário estar próximo e ouvir os jovens, pois escutá-los “possibilita um intercâmbio de dons” (FRANCISCO, 2019, CV, n.38) e uma Igreja atenta aos sinais dos tempos precisa acolher a visão e as críticas dos jovens. Apresenta Maria como modelo de jovem que se comprometeu, arriscou-se por uma causa maior e se referiu a ela como *influencer* de Deus numa linguagem voltada à realidade dos jovens (FRANCISCO, 2019, CV, n.44). Apresentou santos que deram suas vidas ou sofreram o martírio pelas causas da Igreja (São Sebastião, São Francisco de Assis, Santa Joana D’arc,

Beato André Phû Yên, Santa Catarina Tekakwitha, São Domingos Savio, Santa Teresa do Menino Jesus, Beato Zeferino Namuncurá, Beato Isidoro Bakanja, Beato Pier Giorgio Frassati, Beato Marcel Callo, Beata Chiara Badano, entre outros jovens que viveram e morreram no anonimato) (FRANCISCO, 2019, CV, n.49-63).

No terceiro capítulo, o Papa apresenta o jovem como o agora de Deus: “não podemos dizer apenas que os jovens são o futuro do mundo. São o presente, o estão enriquecendo com a sua contribuição.” (FRANCISCO, 2019, CV, n.64) Relata que a Igreja abre-se à escuta atenta e disponível dos jovens, quando abandona os esquemas rígidos e que tal atitude permite aos jovens contribuir para a comunidade. De modo geral, os adultos fazem listas de defeitos e calamidades da juventude atual, porém essa atitude gera mais distanciamento (FRANCISCO, 2019, CV, n.66).

O capítulo trata ainda da pluralidade de mundos juvenis e utiliza o termo juventudes, no plural, para simbolizar tal característica. Além disso, o Sínodo delimitou a faixa etária entre 16 e 29 anos¹, compreendendo assim que esta faixa é um conjunto homogêneo composto por grupos com suas peculiaridades. O Papa afirma que “a juventude não é algo que se possa analisar de forma abstrata. Na realidade, ‘a juventude’ não existe, existe jovens com suas vidas concretas[...]” (FRANCISCO, 2019, CV, n.71). A partir desta concepção, Francisco apresenta diversas realidades de jovens e apresenta três temas que ele considerou de suma importância e que ainda necessitam de estudos para melhor capacidade de resposta. São eles, o ambiente digital, os migrantes e os diferentes tipos de abusos praticados pela igreja.

Em seu quarto capítulo da Exortação, o pontífice apresenta três grandes verdades que a Igreja quer anunciar aos jovens: Que Deus os ama, que Cristo é o Salvador e que Ele vive, retomando aqui o caráter teologal do documento. Neste capítulo, há várias reflexões a partir das passagens bíblicas que refletem essas verdades que o Papa apresenta (FRANCISCO, 2019, CV, n.111-133).

No quinto capítulo, o Papa apresenta a importância do discernimento vocacional, na busca do caminho pessoal e comunitário na vida dos jovens, de

¹ Esta faixa etária foi estabelecida no documento preparatório da XV Assembleia Geral Ordinária do sínodo dos bispos. Não há justificativa para a adoção desta faixa etária nos documentos sinodais, mas pode ser compreendido como uma forma de consenso entre as diferentes faixas etárias estabelecidas para jovens mundialmente, já que o documento aponta a necessidade de adaptação às realidades locais. No Brasil, o Estatuto da Juventude, bem como os documentos eclesiais apontam a faixa etária entre 15 e 29 anos.

maneira integral (FRANCISCO, 2019, CV, n.134-178). Traz reflexões sobre as escolhas profissionais, espirituais, comunitárias, sociais e religiosa.

O sexto capítulo pede aos jovens que não se desprendam de suas raízes ao buscar seu caminho, não se esqueçam de reconhecer a história, considerar as tradições, respeitar as experiências dos mais velhos e idosos, cuidar para que não caia na superficialidade e numa vida de aparência (FRANCISCO, 2019, CV, n.179-201).

O sétimo capítulo traz apontamentos para o trabalho da pastoral juvenil, sendo que, “seria inútil ficar aqui propondo algum tipo de manual de Pastoral Juvenil ou um guia prático de pastoral”, já que “os próprios jovens são agentes da Pastoral Juvenil” (FRANCISCO, 2019, CV, n.203). O documento aponta que há duas grandes linhas de ação: a primeira se refere a busca, a convocatória e a segunda ao crescimento, o desenvolvimento de um caminho de maturação (FRANCISCO, 2019, CV, n.209). Importante ressaltar que os mais diversos âmbitos do trabalho pastoral também são mencionados convenientemente na Igreja, no meio popular e na escola, além do fomento ao trabalho voluntário e social. Francisco reitera também a importância do acompanhamento através dos adultos, ainda que respeitados em sua liberdade. É importante o acompanhamento da comunidade, de pessoas especializadas e dedicadas ao acompanhamento (FRANCISCO, 2019, CV, n.242-247).

Os dois últimos capítulos do documento debruçam-se sobre os processos de escolhas dos jovens, assim, o capítulo oito trabalha com a vocação, sendo ela para o trabalho, para a constituição de família ou à vida religiosa (FRANCISCO, 2019, CV, n.248-277). Já o último capítulo dá pistas de como realizar o processo de discernimento, importante às escolhas de vida e vocação dos jovens (FRANCISCO, 2019, CV, n.278-299).

Dois pontos são importantes de se ressaltar nesta Exortação, o primeiro é que ela é demasiadamente recente para que a absorção seja feita pelas estruturas da Igreja de modo imediato. Sendo assim, este documento tem pouco ou nenhum impacto às análises dos processos atuais da Igreja no Brasil, já que a publicação da Exortação foi realizada no princípio de 2019. O segundo ponto é que ela é uma síntese de um processo sinodal mais amplo, que tem um Documento Final que inspira a escrita do pontífice. Nela há outros elementos, alguns inclusive polêmicos para o âmbito da Igreja, porém se pode perceber uma visão avançada do pontífice

através da Exortação analisada, que vai de encontro aos Estudos de Juventude atuais.

Tentando perceber como os posicionamentos do pontífice impactam a Igreja no Brasil, foram analisadas as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE) para os anos de 2011 a 2015. Nelas são possíveis encontrar dois pontos de menção sobre os jovens. Sobre o processo de iniciação cristã, compreendendo a juventude como fase de preparação, no parágrafo 41 afirma-se:

A Conferência de Aparecida, além de elevar a iniciação à vida cristã à categoria de urgência, lembra que ela deve acontecer não apenas uma única vez na vida de cada pessoa. A iniciação cristã não se esgota na preparação aos sacramentos do batismo, crisma e eucaristia. Ela se refere à adesão a Jesus Cristo. Esta adesão deve ser feita uma primeira vez, mas refeita, fortalecida e ratificada tantas vezes quantas o cotidiano exigir. Ela acontece, por exemplo, quando chegam os filhos, quando o adolescente busca a sua identidade, quando o jovem prepara suas escolhas futuras, no noivado e no matrimônio, nas experiências de dor e fragilidade. Nossas comunidades precisam ser comunidades diuturnamente mistagógicas, preparadas para permitir que o encontro com Jesus Cristo 46 se faça e se refaça permanentemente (CNBB, DGAE 2011-2015, n.41)

Este parágrafo da diretriz desconsidera o jovem como sujeito, colocando-o numa posição de preparação para o futuro, como se sua vida presente não fosse considerável. Tomando essa perspectiva, a Igreja do Brasil atua apontando diretrizes que o ajudem nessas escolhas, porém não o tratando como sujeito, faz processos para os jovens e não com os jovens, não os envolvendo e posteriormente se questionando de o porquê não haver adesão a muitos desses processos.

Também traz sobre a informatização como risco de excesso de informação e consequente formação inadequada do jovem que tem o desafio de “escutar a voz de Deus no meio de tantas vozes”, desconsiderando assim uma característica do jovem atual, o mundo conectado e da tecnologia (CNBB, DGAE 2011-2015, n.48).

Interessante notar aqui que o documento não coloca no jovem a sobrecarga da inserção na multiplicidade de informações colocada pelo mundo informatizado como é feito muitas vezes e sim dado um destaque, pois é um grupo social que é mais influente nesse meio. Porém, nenhum outro ponto trabalha o jovem como sujeito de sua vida e suas escolhas, dando a impressão de uma concepção da juventude como ingênua e incapaz de refletir criticamente para o momento em que ela vive, revelando a visão adultocêntrica contida no documento e na ação evangelizadora proposta para o quadriênio.

Já as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE) para os anos de 2015 a 2019 traz nove pontos de menção sobre os jovens. Enquanto o quadriênio anterior é motivado pelo Documento de Aparecida, tendo nele seu referencial para pensar as diretrizes, esse documento traz a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* como processo de continuidade da aplicação do Documento de Aparecida e ao mesmo tempo uma revisão à luz da Exortação.

Apenas por esse ponto podemos perceber o quanto o documento de Francisco influencia a concepção de juventudes da Igreja no Brasil, pois são mais menções a esse público de um quadriênio para o outro, tendo um ponto específico para o trabalho de juventudes. O documento ainda afirma que “a recepção da *Evangelii Gaudium* pela Igreja no Brasil reforça e aprofunda as grandes opções da Conferência de Aparecida assumidas pela CNBB em suas diretrizes para ação evangelizadora (CNBB, DGAE 2015-2019, n.2)”.

Enquanto concepções de juventudes, podemos perceber uma preocupação com as novas gerações, porém ainda há presente o adultocentrismo colocando o jovem como alguém a ser influenciado, como se não tivesse possibilidade de ser sujeito da própria história que pode ser percebido em diversos pontos, apresentando as contradições do trabalho com juventude, de querer e esperar a participação do jovem, mas negar seu lugar de sujeito social e de consciente de suas escolhas e responsabilidades, transferindo ao adulto essa parcela da formação, responsabilizar-se pelas escolhas dos jovens.

Para as DGAE 2015-2019, o testemunho do adulto e a influência positiva dos amigos e da comunidade eclesiais são necessárias para que as novas gerações sejam introduzidas na Palavra de Deus (CNBB, DGAE 2015-2019, n.49); bem como a catequese é condição fundamental para a iniciação cristã de jovens (CNBB, DGAE 2015-2019, n.84); a família e a comunidade eclesial são responsáveis pela educação na fé de jovens (CNBB, DGAE 2015-2019, n.90); a pastoral vocacional tem a missão de suscitar e desenvolver uma cultura vocacional na comunidade, especialmente entre os jovens. (CNBB, DGAE 2015-2019, n.106). Em nenhum ponto, as experiências e vivências dos jovens são mencionadas como importantes para a evangelização deles, sendo sempre abordada uma necessidade de certo enquadramento do jovem naquilo que a Igreja pode oferecer, de modo externo à sua vida, numa concepção exclusivista de que só o modo como é ofertado a eles a

iniciação cristã é que rende frutos na evangelização adequada do jovem, eliminando assim experiências vividas por eles próprios em sua trajetória cristã.

Porém, a atuação voltada para o jovem ou em especial para o jovem, também assume o lugar do desafio, ainda que não seja exclusivamente o jovem, podendo tomar aqui a visão pessimista do jovem como problema social.

Dentre os desafios dois se destacam. O primeiro diz respeito aos ambientes marcados por aguda urbanização, para os quais vizinhança geográfica não significa necessariamente convívio, afinidade e solidariedade. O segundo se refere aos ambientes virtuais, onde a rapidez da comunicação e a superação das distâncias geográficas tornam-se grandes atrativos, especialmente aos jovens. É necessária a consciência de que, na ação evangelizadora, estes desafios devem ser seriamente considerados e que nada substitui o contato pessoal. (CNBB, DGAE 2015-2019, n.59)

Por outro lado, há destaque para atuações e incentivo à participação da juventude tanto dentro quanto fora da Igreja e como público de atenção especial para atuação junto às crianças e adolescentes como públicos vulneráveis, também apontados mais de uma vez nas Diretrizes, solicitando à Igreja do Brasil que incentive a atuação de leigos e leigas especialmente de jovens no mundo da política (CNBB, DGAE 2015-2019, n.68); solicitando ainda uma especial atenção à juventude, considerada aqui como futuro da Igreja, na concepção do jovem como vir a ser, citando grandes eventos de massa voltados à juventude como sucesso na evangelização (CNBB, DGAE 2015-2019, n.76); chamando a atenção das comunidades para crianças, adolescentes e jovens como mais susceptíveis ao abandono, violências e explorações das mais diversas, pedindo que seja promovida, dentre outras, a pastoral juvenil (CNBB, DGAE 2015-2019, n.113). Ainda há um chamado para que a Igreja seja presença mais efetiva dentre os jovens em situação de risco como a drogadição e a mulher marginalizada, nas “periferias existenciais, regiões suburbanas e em situação de fratura social tal como as favelas, os cárceres, remoções forçadas, moradores de rua” (CNBB, DGAE 2015-2019, n.126).

Assim, podemos perceber que há um impacto nas proposições da Igreja no Brasil após as reflexões do atual pontífice, aparecendo nas Diretrizes de atuação da Igreja de modo claro. Ainda é necessário perceber como estas dimensões chegam às Igrejas Particulares (Arquidioceses e Dioceses) e se a Pastoral da Juventude no Brasil, fruto da Teologia da Libertação, consegue traçar intersecções entre os processos de gênero no trabalho com as juventudes, e de que maneira isso ocorre.

2.3 Articulações possíveis de Gênero e de Juventude na Pastoral da Juventude

No âmbito nacional, a CNBB publica estudos e documentos oficiais de diretrizes sobre diversos temas. Interessa aqui perceber os documentos publicados que se referem à Juventude, a saber: Estudo 44 Pastoral da juventude no Brasil (1986), Estudo 76 Marco Referencial da pastoral da Juventude no Brasil (1997), Estudo 93 Evangelização da juventude: desafios e perspectivas pastorais (2006) e o documento de diretrizes, Documento 85 Evangelização da Juventude: Desafios e perspectivas pastorais (2007).

O Estudo 44, Pastoral da Juventude no Brasil (1986), originou-se de um pedido dos delegados do 4º Encontro Nacional da Pastoral da Juventude em 1983, para que o tema “juventude” fosse aprofundado em Assembleia Geral do episcopado Brasileiro. Após um processo de contribuições dos Regionais e das dioceses em 1985, a redação final foi aprovada pela Comissão Episcopal Pastoral em 1986, em Brasília (Coleção estudos da CNBB-44, 1986). O estudo divide-se em três partes denominadas por: VER - Marco da Realidade; JULGAR – Marco Doutrinal e AGIR – Marco Operacional.

O marco da realidade apresenta alguns dados sobre juventude à época, como o processo de bônus demográfico que dobrou em duas décadas o número de jovens na sociedade. Além disso, esse marco define a juventude como a etapa de grandes opções para o futuro de suas vidas (Coleção estudos da CNBB-44, 1986, n.3) – concepção essa do jovem como etapa de preparação para a vida adulta que desconsidera suas experiências como válidas para o presente.

Esse marco também apresenta jovens como grandes vítimas de uma estrutura social injusta, correlacionando a juventude com o momento em que se é mais exposto à violência, como o encarceramento, os homicídios, a exploração pelo mundo do trabalho mal remunerado, exclusão do jovem da participação de processos decisórios, ausência de condições de estudo e trabalho dignos, o êxodo rural, os conflitos devido às grandes concentrações de terra e o crescimento dos vícios (jogos, álcool e drogas) que marcam muitos jovens na década de 80. Aponta ainda o papel da família junto à juventude e que sua crise “difunde novos padrões de relacionamentos entre os sexos, padrões que prescindem do vínculo sacramental e

recusam aceitar suas exigências de doação mútua e total, de unicidade e indissolubilidade” (Coleção estudos da CNBB–44, 1986, n.6). Condena a difusão de métodos contraceptivos e o controle da natalidade, bem como a exacerbação do erotismo pela pornografia que afeta o comportamento sexual da juventude.

Apresenta ainda a juventude em uma sociedade de consumo, sobretudo dos jovens nascidos em ambiente de conforto que não oferece perspectivas de uma vida profunda, que por vezes buscam uma vida individualista, pautada no lucro e na competição, ou se refugiam nos vícios, em grupos esotéricos ou em ideologias manipuladoras (Coleção estudos da CNBB–44, 1986, n.7). Porém, a Igreja do Brasil, a partir dos documentos de Medellín e Puebla, aponta os jovens como agentes de transformação da sociedade e da igreja, reafirma essa opção do jovem como agente de transformação social.

Em seguida, o documento apresenta a composição e estrutura da pastoral da juventude no Brasil, dividida em Pastoral da Juventude Geral (PJ), que abarca os grupos de jovens paroquiais e comunitários (estimados à época em torno de 50.000 grupos e 1.000.000 de jovens); Pastoral da Juventude de Meios Específicos, com o objetivo de acompanhar o jovem em processo de militância nos meios em que está inserido, sendo eles: Pastoral Universitária (PU), Pastoral da Juventude Estudantil (PJE), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Pastoral da juventude do Meio Popular (PJMP).

Além disso, são mencionados movimentos de juventude, como o Movimento da Ação Católica Especializada, que abarcavam a Juventude Operária Católica (JOC) e o Movimento de Cristãos Universitários (MCU), inspirados na Juventude Universitária Católica (JUC); o movimento de encontros, que eram inspirados nos Cursilhos da Cristandade, que entram em crise na década de 70 com o nascimento de uma pastoral da juventude orgânica e do novo contexto socioeclesial; os movimentos internacionais, que crescem no Brasil a partir da década de 80, trabalhando alguns mais com os jovens ou mais com os adultos, como o movimento dos Focolares (que tinham a ala jovem GEN), o movimento do Neocatecumenato, o Comunione e Liberazione (com as comunidades universitárias de base), a Opus Dei e os movimentos de juventude ligados às Ordens e Congregações Religiosas.

De certo modo, o estudo aponta a Pastoral da Juventude Geral como a organização de juventude da CNBB, estando ela vinculada diretamente e organicamente às paróquias e instâncias de organização da Igreja no Brasil naquele

momento, além de apontar essa organização dentro da organização Latino-americana – CELAM (Conselho Episcopal Latino-americano), que trabalhava a Pastoral da juventude no continente.

O Estudo 44 (1986), segue apresentando o Marco Doutrinal, à luz das diretrizes gerais da CNBB, explicitando os pontos de referência da PJ, o tipo de homem e mulher, de sociedade e de igreja que deseja ajudar a construir e oferecer elementos para a adesão do jovem, de modo livre e consciente a Jesus Cristo e seu projeto, tornando-se agentes evangelizadores na Igreja e na sociedade. A Igreja quer convocar e acolher os jovens para se sentir jovem e se apresentar ao mundo como sinal de libertação integral, esperança e alegria, evangelizar a partir da realidade dos pobres, identificando-se com eles, sendo uma comunidade de fé, de esperança e caridade, encontrando sua transcendência no Cristo e na Trindade, para o surgimento do homem novo e da nova mulher (Coleção estudos da CNBB-44, 1968, n.38). Aponta a Teologia da libertação como: oportuna, útil e necessária, os objetivos básicos da PJ: ajudar o jovem a se transformar em “homem novo” e o impulsionar a transformar seu meio específico.

Por fim, o Estudo 44 (1986) apresenta o Marco Operacional da PJ, abrangendo: 1 – Formação Integral (que deve responder às três seguintes dimensões da vida do jovem – Psicoafetiva, Mística e Política; 2 – Metodologia (pequenos grupos de base, acompanhamento eficaz que exige uma estrutura organizativa com coordenações de vários níveis; planejamentos, execuções e acompanhamentos; revisões, liberação e capacitação de lideranças e assessores; formações teóricas e celebrações; utiliza o método Ver-Julgar-Agir-Rever para evitar ativismo e participação sem engajamento, garantindo formação na ação); 3 – Opção preferencial pelos jovens pobres (classes populares e os jovens das mesmas como o lugar social de onde se analisa toda a sociedade); 4 - Espiritualidade (dimensão transcendental da vida humana que não permite leitura parcial da realidade); 5 – Organização (articulação entre instâncias e com a Pastoral de Conjunto; sistematização de experiências, organização financeira, caráter dialogal, fraterno, pluralista e democrático; integração com outros setores =, mesmo que não-ecclesiais); 6 - Estratégias para a ação (compromissos assumidos pela Igreja do Brasil face à Pastoral da Juventude).

O Estudo 76 - Marco referencial da PJ do Brasil (1997) surge em 4 anos de trabalho e é publicado em 1997, composto de 5 capítulos. Apresenta os seguintes

Marcos: situacional, histórico, doutrinal, operativo e celebrativo, com o objetivo de trazer elementos para a caminhada de grupos de jovens no Brasil, sendo este um material que precisa ser constantemente revisado, atualizado e adaptado a cada realidade.

O Marco situacional apresenta um olhar sobre a realidade pastoral, provisório e as diversas formas de se compreender a palavra juventude. Além disso, aponta as mudanças na sociedade como desafios pastorais: mudanças demográficas, econômicas, políticas, culturais e éticas e o pluralismo religioso como desafio inesperado para a Igreja no Brasil no limiar do novo milênio.

O Marco histórico aponta um olhar sobre a história da PJB, desde sua origem: com a Ação Católica geral, entre os anos 30 e 50, a Ação Católica especializada entre os anos de 50 a 66, os movimentos de Juventude na década de 70, a Pastoral da Juventude Orgânica na década de 80, os movimentos juvenis, a PJ no Brasil e as frentes novas estimuladas pelo Setor Juventude da CNBB.

O Marco doutrinal da PJ no Brasil aponta aspectos da doutrina junto aos jovens, apontando Deus na história, o Reino de Deus e os jovens, o aspecto trinitário e mariológico da Igreja Católica no Brasil, a evangelização inculturada e o modo ousado e novo de evangelizar da PJ do Brasil.

O Marco operativo aprofunda os meios pelos quais a Pastoral da Juventude no Brasil acontece como: os grupos de jovens, o método ver-julgar-agir, as dimensões da formação integral, a assessoria e os meios de organização da Pastoral da Juventude, as estruturas de apoio e os recursos pedagógicos existentes na época.

Já o Marco celebrativo apresenta as formas de vivência celebrativa e de espiritualidade da PJ no Brasil, que perpassa as atividades e ações e motiva a existência pastoral. Apresenta características, meios de promoção e os eixos da Espiritualidade da Pastoral da Juventude, as formas de se vivenciar a espiritualidade tais como: a liturgia, os ofícios, as romarias, as vigílias, os retiros e o Dia Nacional da Juventude (DNJ), o ecumenismo e o diálogo com o diferente e o novo como elemento constitutivo do Marco Celebrativo da PJ do Brasil.

O Estudo 93 da CNBB (2006), é o estudo da reflexão realizada na 44ª Assembleia Geral da CNBB em 2006, que se debruçou sobre a evangelização da juventude. Ele é o primeiro ensaio de um documento oficial de diretrizes da ação de juventude da Igreja no Brasil. Sua estrutura manteve-se no documento oficial e é

composta por 3 capítulos, seguidos de uma pequena conclusão e 6 anexos, que são orientações importantes para o trabalho com juventude, mas que não houve consenso para ser parte do documento. A primeira parte trabalha com uma análise de conjuntura que trata da realidade dos jovens, apontando as transformações culturais e os jovens, o perfil da juventude brasileira e a experiência acumulada da igreja

A segunda parte do Estudo 93 (2006) apresenta o embasamento a partir da fé para o trabalho de evangelização de juventudes, sendo apresentados modelos de vida de jovens seguidos pela igreja: Jesus Cristo e Maria, documentos que reconhecem a importância dos jovens e do trabalho com as juventudes e pronunciamentos do magistério sobre os jovens. Já a terceira parte do estudo aponta linhas de ação para o trabalho com os jovens: a formação integral; a espiritualidade; a pedagogia de formação; o trabalho missionário; estruturas de acompanhamento; a assessoria; o diálogo fé e razão e o direito à vida.

Os seis anexos dão continuidade às reflexões do estudo, tratando dos impactos da contemporaneidade sobre os jovens, a situação socioeconômica da juventude no Brasil, as experiências com jovens acumuladas pela igreja através das décadas, pronunciamentos do magistério sobre a juventude nas Conferências Episcopais sendo elas Medellín em 1968, Puebla em 1979 e de Santo Domingo em 1992. O anexo 5 apresenta um gráfico da formação integral apresentando as 5 dimensões relacionais do ser humano (com Deus, comigo mesmo, com a sociedade, com a ação e com os outros), e por fim, o anexo 6 apresenta a necessidade de assegurar aos jovens o direito à vida. No ano seguinte, estas reflexões tornaram-se o único documento da CNBB de diretrizes de trabalho com a juventude, aprovado em Assembleia da CNBB, o Documento 85.

Esse documento, publicado em 2007, apresenta desafios e perspectivas pastorais, sintetizando a ação da igreja com a juventude no Brasil. Porém, cabe ressaltar que os três documentos de estudo não fazem menção à relação de gênero, apresentando uns poucos dados sobre a situação das mulheres jovens de modo especial. Há menção, no estudo 76 (1997), ao dizer da realidade do mundo do trabalho e estudo em que as mulheres são minorias, apresentando dados de pesquisas realizadas em Belo Horizonte e em Porto Alegre, porém os dados não são acompanhados por uma reflexão mais aprofundada com enfoque na desigualdade de gênero, apenas apontando os dados de modo generalizado. Aparece como um

desafio a realidade da gravidez na adolescência, refletida mais na vida das mulheres jovens, como um problema/desafio a ser superado na realidade juvenil, porém também sem uma reflexão de gênero que a acompanhe. A reflexão é pautada na diretriz com um viés punitivo da concepção de filhos antes do casamento ou na ausência de um casamento, ignorando as variáveis sociais, a abertura da ciência e os descobrimentos de métodos de prevenção de gravidez. Neste ponto, a Igreja pouco avançou, mantendo a posição de que a relação sexual só deve ocorrer após o casamento com o intuito de reprodução, indo na contramão das pautas feministas.

O documento 85 da CNBB (2007) apresenta de modo oficial para a Igreja do Brasil uma proposta de atuação com a juventude, apontando desafios e perspectivas pastorais. Mantendo a estrutura do Estudo 93 (2006), pouco alterou das reflexões até ali realizadas, podendo ser considerado uma síntese da ação de evangelização da juventude no Brasil até o momento. Em sua introdução, o documento propõe-se a contemplar a realidade juvenil no Brasil e apresentar luzes para o trabalho junto aos jovens e ser referência para os que se propõem ao trabalho de evangelização das juventudes. O documento 85 (2007) contém a mesma linguagem masculinizante que não diferencia os homens e as mulheres, tratando sempre “dos jovens”, mesmo quando a expressão juventude pode ser mais generalizante e inclusiva. A primeira menção de modo exclusivo à mulher ocorre no parágrafo 33, ao mencionar homens e mulheres que não fundam lares estáveis e que isso desestrutura os jovens, podendo ser interpretado com uma demarcação do lugar da mulher, ainda que não tarefa exclusiva dela, o cuidado com o lar e a formação de jovens socialmente estabelecidos (CNBB, Doc. 85, 2007, n.33).

Esse documento apresenta linhas de ação e as relações de gênero são mencionadas na 1ª, Formação Integral do(a) discípulo(a), aparecendo aí, pela primeira vez no documento, a flexão de gênero. O principal desafio desta linha de ação é apresentado como promover um processo de evangelização, considerando as diferentes dimensões do ser humano. Ao dizer a dimensão psicoafetiva, processo de personalização, as perguntas feitas são de autoconhecimento: Quem sou eu? Qual a relação comigo mesmo? Porém, na dimensão psicossocial, as perguntas são relacionais: Quem é o outro? Como me relacionar com ele?

Neste ponto do documento aparece a questão: Como tratar as relações de gênero? Além disso, essa linha de ação aponta questões de vida relacionadas à dimensão espiritual-mística, da técnica e de projeto de vida e da participação social

cidadã. Porém, ao apresentar as linhas de ação para o trabalho com jovens, a única menção prática que se pode perceber quanto às relações de gênero é a elaboração de subsídios que favoreçam o amadurecimento juvenil e trabalhe “temáticas relacionadas à educação para o amor, corporeidade, homossexualidade, questões de gênero, etnia entre outras” (CNBB, Doc. 85, 2007, 114). Como não há dados na leitura da realidade sobre estes assuntos, não há orientação para aqueles que trabalham com jovens para tratar destes temas, sendo assim, a questão de como tratar as relações de gênero fica sem resposta pelo próprio documento. Em todo o restante das linhas de ação não aparecem menções às relações de gênero, sendo interessante perceber que há um esforço para a participação de jovens em espaços de coordenação, protagonismo e serviço na Igreja, porém não há esforços ou menções da necessidade de uma inclusão paritária entre homens e mulheres, apesar de se reconhecer a desigualdade presente nas relações de gênero. Aparece menção da importância da superação das desigualdades apenas no primeiro anexo, que trata do impacto das tendências do mundo contemporâneo sobre os jovens. Ou seja, o documento 85 (2007), reconhece a importância da participação do jovem e o coloca como sujeito da ação, porém, desconsidera as relações de gênero e este tema não aparece de maneira clara no documento e nem em como superar as desigualdades, apesar de reconhecer que elas existem. Um documento que norteia a ação dos diversos atores e organizações de juventudes na Igreja, que já fala de reconhecimento do papel da mulher desde o Vaticano II, porém que ainda não consegue documentar isso como ação prática entre as organizações e os jovens para que ocorra uma real mudança das relações não igualitárias de gênero.

Dentre estas organizações de juventude, encontra-se a Pastoral da juventude no Brasil. Segundo Sofiati (2012), a Pastoral da Juventude no Brasil é compreendida como um segmento da juventude católica, pois assume as diretrizes de ação evangelizadora da CNBB e tem como uma das principais metas organizar os jovens para “assumirem o ponto de vista da Igreja Católica no Brasil” (SOFIATI, 2012, p. 18). A pastoral da Juventude é considerada ainda como uma sessão juvenil do cristianismo da libertação, que passa por mudanças desde a década de 70 até os anos 2000.

Para perceber como a Pastoral da Juventude assume o ponto de vista da Igreja Católica tendo em vista as relações de gênero, serão analisados os documentos produzidos nacionalmente pela Pastoral da juventude no Brasil de 2013

a 2019, considerando seu Subsídio de Estudo, Somos Igreja Jovem: Pastoral da Juventude, um jeito de Ser e de Fazer (2012) e suas Campanhas Nacionais – Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio de Jovens (2009-2015) e Campanha Nacional de Enfrentamento aos Ciclos de Violência Conta a Mulher (2017).

A pastoral da juventude, em nível nacional, define-se em seu subsídio de estudos Somo Igreja Jovem (2012), como um jeito de ser e de fazer, que busca:

respostas às ausências e possibilidades de viver uma formação integral, por intermédio de seguimento de Jesus de Nazaré, contribuindo na construção de um projeto de sociedade que tenha como base a defesa da vida da juventude e de toda a sociedade em seu sentido mais pleno (SILVA; VIEIRA; SILVA, 2012, p.7).

Há uma nota no início da publicação, informando que para facilitar a leitura e por estilística optou-se por não diferenciar o gênero ao longo do texto, mas que a PJ ratifica seu compromisso e respeito a ambos gêneros. Pode-se perceber, ainda assim, que há, em alguns textos do documento, referências a ambos gêneros, de modo diferenciado, como a expressão “leigos” que é ressaltada em leigos e leigas, sempre que o termo é empregado. O subsídio tem como objetivo registrar e sistematizar a caminhada da Pastoral da Juventude para a Ampliada de 2014, realizada em Ribeirão das Neves – MG. Porém, após a publicação deste Subsídio de Estudos, não ocorreu a sistematização e revisão, sendo este o único documento que sintetiza a ação da Pastoral até o momento.

Podemos encontrar neste documento o processo histórico, a identidade, as diretrizes e a atuação da Pastoral da Juventude no Brasil desde sua identidade visual, há elementos que evocam a proposta de relação igualitária a que essa pastoral propõe-se, como o símbolo de identidade visual, uma cruz estilizada contornada por um círculo. Este círculo “é a forma perfeita, em que todos são iguais e têm a mesma importância. É a forma usada nas reuniões de grupos, que não deixa ninguém de fora, em que todos se olham, todos têm voz e vez.” (SILVA; VIEIRA; SILVA, 2012, p.23)

Neste documento, a PJ assume diversos sonhos para o que chama de construção do Reino, entre estes sonhos um destaca-se:

2- Sonhamos em reavivar, no homem e na mulher, a liberdade e a igualdade, em dignidade e direitos, tendo por base os valores do Evangelho. Que nossa vida e nossa fé nos levem a entender as relações de gênero. (SILVA; VIEIRA; SILVA, 2012, p.42).

Além disso, o subsídio apresenta princípios que visam iluminar a prática pastoral dos jovens e assessores, incorporando valores assumidos por quem se identifica com a pastoral. Dentre seus princípios encontram-se:

6 – Valorizar e reconhecer a pessoa em todas as suas dimensões, fazendo emergir a Nova Mulher e o Novo Homem.
7- Enfatizar a gestação da Nova Mulher e do Novo Homem, vivenciando as diferenças e valorizando o que é de cada um. (SILVA; VIEIRA; SILVA, 2012, p.46)

Em janeiro de 2011, a Pastoral da Juventude assumiu seis projetos nacionais como forma de organizar sua ação. Interessa-nos o Projeto Tecendo Relações, que pretende “colaborar na construção da identidade de jovens que desejam aprofundar as temáticas da sexualidade, afetividade, diversidade, corporeidade.” (SILVA; VIEIRA; SILVA, 2012, p.118) Este projeto tem como iniciativas:

1 – Contribuir para a defesa da dignidade da pessoa humana e para a construção de relações respeitadas, amorosas, igualitárias, dialógicas e horizontais.
2 – Promover espaços de diálogo e partilha sobre experiências afetivas.
3- Aprofundar a temática do projeto a partir de documentos da Igreja.
4- Conhecer a história da sexualidade e os diversos estudos sobre a temática.
5- Sistematizar algumas experiências do trabalho sobre questões de gênero e juventude.
6- Aprofundar temas como corporeidade, violência de gênero, a violência contra a mulher e a violência sexual, de forma articulada com as ações da Campanha contra a Violência e o extermínio de jovens.
7- Favorecer para que os jovens pensem seu projeto de vida, considerando a dimensão da afetividade e sexualidade.
8- Estimular o combate aos preconceitos nas diferentes formas em que se manifesta. (SILVA; VIEIRA; SILVA, 2012, p.118)

Através de seu subsídio de estudos, a PJ propõe-se a entender as relações de gênero e tem como horizonte a liberdade e igualdade em dignidade e direitos, respeitando as diferenças e discutindo os temas da afetividade e da sexualidade, bem como as violências de gênero e o combate aos preconceitos. Para além deste documento de estudos, a PJ também produziu em 2016 um roteiro de rodas de conversa para apresentar a Pastoral da Juventude aos Grupos de Jovens. O “Bora

Falar de Pastoral da Juventude”, no entanto, apresenta 10 rodas de conversa que apresentam aos jovens o que é a Pastoral, de onde veio, sua identidade, modo de organização, missão, fala de projetos de vida, porém, não faz menção a estes sonhos e princípios destacados no SIJ, bem como não trabalha os projetos nacionais.

Há de se reconhecer, no entanto, que enquanto o esforço nacional surge após o fim da Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio de Jovens em 2015, teve como objetivo discutir e levar à sociedade a realidade de violência e genocídio da juventude negra e periférica. Em 2017, a Pastoral lança a Campanha de Combate aos Ciclos de Violência Contra a Mulher, em vigência até os dias de hoje, com o intuito de dar visibilidade à realidade de feminicídio e de violências físicas e simbólicas pelas quais as mulheres passam até os dias atuais. Assim, podemos perceber que mesmo que não sejam muitos, há esforços da Pastoral a nível nacional para que essa discussão de gênero e juventude ocorra. O que pretendemos perceber no próximo capítulo é como esses esforços enraízam-se nas realidades diocesanas e, no caso, na Arquidiocese de Belo Horizonte e na Pastoral da Juventude presente nela.

Capítulo 3 Relações de gênero na Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Belo Horizonte

A Pastoral da Juventude na Arquidiocese de Belo Horizonte tem história desde a década de 1980, porém por mais de 20 anos ficou sem organização de coordenação até o ano de 2016. Durante esse tempo, lideranças jovens, adultas, padres, leigos, religiosos e religiosas acreditavam nesse modelo de trabalho com a juventude, mantiveram seu trabalho com grupos de base através de suas metodologias.

Este capítulo pretende apresentar como é dada a organização da Arquidiocese de Belo Horizonte e toda sua complexidade de instâncias, o que é e quem participa das *Assembleias do Povo de Deus*, sua finalidade de propor diretrizes de atuação, projetos e ações para a Arquidiocese. Além disso, apresenta alguns dados da última pesquisa realizada na ocasião da *V Assembleia do Povo de Deus Valores e Religião na Arquidiocese de Belo Horizonte*, que traça uma feição do rosto da arquidiocese.

Em seguida, apresenta a história das *Assembleias do Povo de Deus*, uma das marcas do Concílio Vaticano II na Igreja Local, que surge a partir do participativo e duradouro *Projeto de Pastoral Construir a Esperança*. Apresenta a metodologia em que foram propostas as seis Assembleias que a Arquidiocese já promoveu, como o ‘povo de Deus’ participou em cada uma delas e quais as sínteses foram capazes de produzir.

Olhando para as Diretrizes apresentadas, os programas e ações propostas para Arquidiocese, Regiões, Paróquias, Vicariatos Especiais, o capítulo busca traçar em quais aspectos a opção preferencial pelos jovens, apontada no Concílio Vaticano II e reafirmada pelas Conferências de Medellín e Puebla reverberam na Arquidiocese de Belo Horizonte, como é sua proposta de atuação para as juventudes. Além disso, pretende perceber em que nível de percepção está a questão da desigualdade dos papéis de gênero, se em alguma medida o Vaticano II ou as atuais exortações apostólicas do Papa Francisco, que trazem interessantes chaves de leitura para a questão, realizaram avanços ou mudanças significativas.

Através das publicações arquidiocesanas, como se percebe a linguagem e de que forma são apresentadas as diretrizes para a ação evangelizadora da CNBB, e como são percebidas as ações para a juventude e para as mulheres? É possível

reconhecer a atuação dos jovens e/ou da Pastoral da Juventude nestes documentos? Quanto às mulheres? O que é possível perceber de abertura à equidade de gênero na Arquidiocese, buscando naquilo que sintetiza sua ação? Ela vai para além do laicato que torna a mulher leiga entre os mais leigos ou reforça seu trabalho, peculiaridades e atuação?

Por fim, o texto apresenta breve histórico do processo de rearticulação da Pastoral da Juventude em Belo Horizonte, e como o período sem coordenação tem relação com os acontecimentos latino-americanos, como ocorre a retomada da organização arquidiocesana. Através de materiais publicados pela Pastoral e ata de reuniões realizadas no período de 2009 – 2019, o caminho da pastoral na Arquidiocese é refeito. Olhando para estes materiais, é possível perceber as influências dos processos de Assembleia e diretrizes Arquidiocesanas e das Campanhas Nacionais da Pastoral da Juventude. E como a formação oferecida aos jovens dos grupos de jovens, que se reconhecem ou bebem da fonte da Pastoral da Juventude na arquidiocese, recebem a influência das APDs e da *Campanha Nacionais Contra a Violência e o Extermínio de Jovens e de Enfrentamento aos Ciclos de Violência Contra a Mulher*? Qual a influência na formação dos jovens quanto à desigualdade nos papéis de gênero e a sua percepção enquanto protagonistas da ação evangelizadora? Essas são algumas das questões trabalhadas neste capítulo final da dissertação.

3.1 Perfil da Igreja Particular de BH e das Assembleias do Povo de Deus

A igreja Católica organiza-se através do que se chamam Igrejas particulares, as dioceses. São as bases locais com suas subdivisões territoriais para organização da vida eclesial e eclesiástica. No *site* da Arquidiocese de Belo Horizonte, encontramos a caracterização territorial e eclesial da igreja particular, a divisão com a qual trabalharemos neste capítulo. Assim encontramos a seguinte definição:

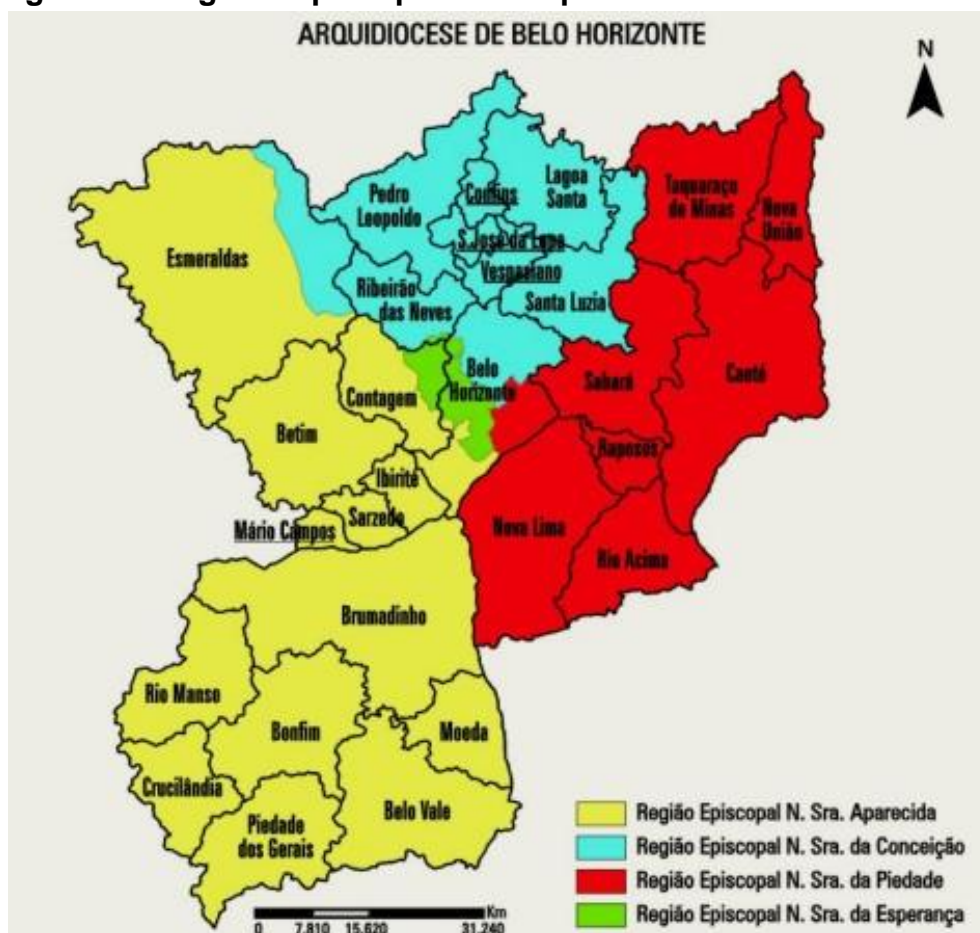
Grande rede de comunidades de fé, formada por quase 300 paróquias e aproximadamente 1500 Igrejas, a Arquidiocese de Belo Horizonte está presente na Capital Mineira e em outros 27 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte: Belo Vale, Betim, Bonfim, Brumadinho, Caeté, Confins, Contagem, Crucilândia, Esmeraldas, Ibirité, Mário Campos, Nova União, Lagoa Santa, Moeda, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Piedade dos Gerais, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e

Vespasiano. Quatro grandes regiões episcopais integram seu território: Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Esperança e Nossa Senhora da Piedade. (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2020).

De acordo com as *Diretrizes e Procedimentos da Cúria Metropolitana*, “a Arquidiocese de Belo Horizonte trabalha com múltiplos instrumentos institucionais de evangelização e missão, construídos ao longo de décadas com o trabalho de muitas pessoas dedicadas” (PINHEIRO, 2009, p.113) como as paróquias que desenvolvem o trabalho pastoral e de evangelização com diversos públicos.

É possível visualizar essa divisão, bem como sua organização interna por Regiões Episcopais através do seguinte mapa (neste mapa ainda não consta a Região criada em 2019):

Figura 2 – Regiões Episcopais da Arquidiocese de Belo Horizonte



Fonte: CATÁLOGO DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2020

A Arquidiocese de Belo Horizonte conta hoje com 287 paróquias divididas em cinco regiões episcopais: **Região Episcopal Nossa Senhora Aparecida**

(Rensa): 69 paróquias em Belo Horizonte, Betim, Contagem, Esmeraldas, Ibirité e Sarzedo; **Região Episcopal Nossa Senhora da Conceição (Rensc):** 83 paróquias em Belo Horizonte, Confins, Esmeraldas, Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano; **Região Episcopal Nossa Senhora da Esperança (Rense):** 48 paróquias em Belo Horizonte e Contagem; e **Região Episcopal Nossa Senhora da Piedade (Rensp):** 68 paróquias em Belo Horizonte, Caeté, Sabará, Santa Luzia, Nova Lima, Nova União, Raposos, Rio Acima e Taquaraçu de Minas. Recentemente foi organizada uma nova Região Episcopal, após a última *Assembleia do Povo de Deus*, em 2019, a **Região Episcopal Nossa Senhora do Rosário (Renser):** compreende as 11 paróquias de cidades e distritos da Região Conhecida como Vale do Paraopeba, Brumadinho, Mario Campos, Piedade do Paraopeba, Moeda, Belo Vale, Aranhas, Bomfim, Piedade dos Gerais, Crucilândia, Rio Manso e Vargem Alegre ².

Assim, a Arquidiocese de Belo Horizonte compreende 28 municípios divididos em 5 Regiões. Suas atividades e atuação também são organizadas através dessa divisão por Regiões Episcopais. Não foi possível encontrar um mapa atual das regiões episcopais, pois a publicação mais recente de catálogo das paróquias apresenta o mapa com apenas 4 regiões, como aparece acima.

Enquanto perfil religioso, em 2012 foi realizada uma pesquisa intitulada *Valores e religião na região metropolitana de Belo Horizonte* pelo instituto Vertex, coordenada pelo Prof. Dr. Malco Camargos:

Participaram da pesquisa 28 cidades da região metropolitana totalizando 2826 pessoas entrevistadas. O universo pesquisado pode ser descrito da seguinte forma: zona rural e urbana, gênero, faixa etária, escolaridade, renda, cor e estado civil. A margem de erro e intervalo de confiança é de 1,8% e 95%, respectivamente (PANASIEWICZ, 2012, p. 1255).

Das pessoas entrevistadas nestes 28 municípios que compõem a Arquidiocese de Belo Horizonte, podem ser observadas no quadro abaixo as divisões de zona de residência, gênero e faixa etária:

² Alguns municípios têm paróquias em diferentes regiões, por isso são citados mais de uma vez.

Quadro 1- Perfil das pessoas residentes na Arquidiocese de Belo Horizonte

Cidades	28
Pessoas	2826
Zona Residencial	Rural: 9%
	Urbana: 91%
Sexo	Mulheres: 52%
	Homens: 48%
Faixa Etária	Jovens (Entre 16 e 24 anos): 15%
	Adultos (Entre 25 e 59 anos): 69%
	Idosos (60 anos ou mais): 16%

Fonte: CAMARGOS, 2012, p.4.

Quanto à religião deste público temos os seguintes dados:

Quadro 2 - Religião atual das pessoas residentes na Arquidiocese de Belo Horizonte

Católica	60%
Pentecostal	9%
Neopentecostal	13%
Protestante histórico	6%
Movimentos religiosos não cristãos	2%
Espíritas	3%
Sem religião	6%
Religiões afro-brasileiras	1%

Fonte: CAMARGOS, 2012, p.4.

Podemos perceber uma real presença de denominações religiosas diversas nos territórios que compreendem a Arquidiocese de Belo Horizonte, porém o catolicismo ainda é a denominação mais presente.

No universo de pessoas residentes da Arquidiocese de Belo Horizonte, na referida pesquisa, dentro de cada um dos seguimentos (região rural/urbana, sexo homem/mulher, faixa etária) tem-se os seguintes percentuais de católicos:

Quadro 3- Presença de fiéis na Igreja Católica na Arquidiocese de Belo Horizonte

Região	Rural: 77%	
	Urbana: 59%	
Sexo	Masculino: 64%	
	Feminino: 57%	
Faixa etária	Até 24 anos: 53%	35 a 44 anos: 60%
	25 a 34 anos: 53%	45 ou mais: 67%

Fonte: CAMARGOS, 2012, p.14

Nota-se, portanto, que entre o público da zona Rural há um percentual elevado de católicos, bem como uma considerável presença de católicos no meio urbano. Quanto ao sexo, há uma presença maior dentro do público masculino, são 64%. Em relação à faixa etária, dentre os adultos, de mais de 45 anos de idade, a presença de católicos é mais significativa que nos outros recortes, sendo um percentual de 67%. Diferentemente da ideia de que o público feminino na igreja Católica tem maior presença que o masculino, a pesquisa mostra que nos territórios da Arquidiocese de Belo Horizonte, isso não se revela, pois dentre as mulheres, o percentual de presença católica é de 57%, sendo um dado significativo, por representar mais da metade de presença católica dentre as mulheres da pesquisa. Também se pode perceber uma presença significativa de católicos dentre os jovens, sendo um percentual de 53% até os 24 anos.

As *Assembleias do Povo de Deus* na Arquidiocese de Belo Horizonte surgem em 1996, fruto do *Projeto Pastoral Construir a Esperança*, com o objetivo de traçar os horizontes de atuação da Igreja local e de discutir o plano de Pastoral para a Arquidiocese com a participação do clero e dos leigos.

Segundo as *Diretrizes e Procedimentos da Cúria Metropolitana*, publicação de 2009 da Arquidiocese de Belo Horizonte, na seção das Assembleias apresenta a *Assembleia do Povo de Deus* como a 'magna assembleia', ou seja, a maior das assembleias ocorridas em âmbito Arquidiocesano. Segundo o mesmo documento, esta assembleia possui um caráter sinodal e é uma assembleia que envolve o clero,

bem como outros fiéis da Igreja Particular que auxiliam o Bispo diocesano para o bem da comunidade (PINHEIRO, 2009, p. 76).

Esta Assembleia ocorre a cada quatro anos, logo que é aprovado pela CNBB o *Projeto Nacional de Evangelização* do quadriênio, sintonizado com o planejamento pastoral da Igreja do Brasil. Sua convocação é responsabilidade do Arcebispo Metropolitano com o parecer dos Conselhos Arquidiocesanos Pastoral, Presbiteral e Episcopal, sendo que não pode ser convocada na ausência ou impossibilidade de presença do Arcebispo Metropolitano. (Ibid.)

Quanto aos participantes da assembleia, segundo as *Diretrizes e Procedimentos da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Belo Horizonte* (2009) são: o Arcebispo Metropolitano, que a preside; Os Bispos auxiliares; o Vigário Geral, os Vigários Episcopais Regionais e Especiais; o Vigário Judicial; O Reitor do Seminário Arquidiocesano; o Assistente Sacerdotal; os membros do Conselho Pastoral Arquidiocesano; os membros do Conselho Presbiteral; os Párocos, Administradores Paroquiais e Vigários Paroquiais; dois leigos/as de cada paróquia da Arquidiocese, de acordo com a proporcionalidade a ser escolhido dentre os membros do Conselho Pastoral Paroquial (CPP); os coordenadores das Pastorais organizadas em âmbito arquidiocesano, de acordo com sua representação nos Conselhos dos Vicariatos Episcopais Regionais e Especiais; dois representantes de cada etapa da formação do Seminário Arquidiocesano Coração Eucarístico de Jesus (Propedêutico, Filosofia e Teologia), por eles escolhidos; os coordenadores das Fundações e Entidades da Arquidiocese de Belo Horizonte: Sociedade Mineira de Cultura, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Diretor do Instituto Dom João Resende Costa, Sistema Arquidiocesano de Ensino, FUMARC, Sociedade do Espírito Santo, Fundação hospitalar N. Sra. de Lourdes.³

Para cada *Assembleia do Povo de Deus* é elaborado um regimento próprio que deverá estabelecer metodologia e cronograma para o funcionamento dela. Esse

³ De acordo com a diretriz, os citados são os que participam “*ex officio*” da Assembleia, para além destes, podem ser convidados a participar como observadores:

- a) O Presidente da Conferência dos Religiosos do Brasil, regional BH.
- b) Os superiores e Superiores Gerais e Provinciais que têm sua sede no território da Arquidiocese de Belo Horizonte.
- c) O Presidente da Associação Nacional das Escolas Católicas Regional Minas Gerais (ANEC).
- d) Os Diretores dos Institutos de Filosofia e Teologia na Arquidiocese de Belo Horizonte (ISTA e FAJE).
- e) Ministros ou membros de outras Igrejas ou Comunidades Eclesiais que fazem parte do CONIC.
- f) Pessoas especialmente convidadas pelo Sr. Arcebispo Metropolitano.

regimento precisa ser aprovado pelo Conselho Episcopal. As conclusões e orientações oriundas das *Assembleias do Povo de Deus* são bases da elaboração do *Projeto Arquidiocesano de Evangelização*.

Durante o período do Concílio Vaticano II, o Arcebispo de Belo Horizonte era Dom João Rezende Costa e como em outras dioceses, abriu-se à novidade que o Concílio apresentava. Como arcebispo no início de 1964, quando já se encerravam as atividades conciliares dirigiu uma mensagem à Igreja Local, conclama os fiéis “para que todos vivessem cheios de esperança”. Na mesma mensagem, convocou o clero para discutir reformas urgentes nas celebrações e práticas de liturgia, incentivou o povo a uma maior participação nas celebrações litúrgicas (RICK; PINTO, 2020, no prelo). Arquidiocese estava em sintonia com a mudança que o Vaticano II apontava, porém Dom João não tomou medidas estruturais imediatas, pois estudos estavam ocorrendo, que poderiam trazer mais elementos para os rumos a tomar. Seria o momento de prudência, pois deveria “haver, por parte dos receptores do Vaticano II, uma modéstia para não ocorrer um divórcio entre doutrina e pastoral.” (OLIVEIRA, 2015, p.88)

Desde seu início, a Arquidiocese de Belo Horizonte sempre foi plural, composta desde grupos conservadores até grupos progressistas de vanguarda litúrgica e militância leiga. Em 1964, devido ao golpe militar, extremos religiosos e políticos evidenciaram-se, mas o trabalho persistente do arcebispo da época construiu unidade na arquidiocese e no clero. Porém, isso ocasionou “um tempo de certo refluxo daquele primeiro momento mais inovador, criador e, por isso mesmo, mais tenso e conflitivo.” (LIBANIO, 1992, p.238)

A Arquidiocese de Belo Horizonte, após o Concílio, com destaque para o protagonismo dos leigos, acolheu as renovações conciliares, enquanto o clero contribuía na prestação do serviço pastoral com iniciativas de interpretação popular da Bíblia e incentivo à participação nas celebrações mais dinâmicas (RICK; PINTO, 2020, no prelo). Dom João, portanto, deixa como legado a capacidade “de fortalecer a unidade do clero e também do laicato, para que a Arquidiocese pudesse conduzir com muita paciência as mudanças provenientes direta ou indiretamente do Vaticano II.” (OLIVEIRA, 2015, p.88) Tais elementos favoreceram o amadurecimento dos processos para a construção do *Projeto Pastoral Construir a Esperança*, que é criado em 1990, sob a idealização e efetivação de Dom Serafim Fernandes de Araújo, Arcebispo à época (RICK; PINTO, 2020, no prelo).

Segundo Libanio (1992),

Com o novo arcebispo, sentiu-se que já se estava no momento de iniciar nova fase. Construída uma base de consenso, podia-se pensar então, de novo, num momento de maior criatividade, novidade, originalidade, sem provocar conflitos dilacerantes. (LIBANIO, 1992, p. 238).

A primeira escolha para o início do projeto foi entre a realização de um Sínodo diocesano ou uma Assembleia, sendo escolhida a segunda possibilidade, que segundo Libanio “permite maior criatividade. Acredita-se mais na vida latente da Igreja; espera-se que de dentro dela se vejam melhor as decisões a serem tomadas.” (LIBANIO, 1992, p. 238) Ainda segundo o autor, tal opção implica uma participação maior de todos os envolvidos na vida da Igreja e já percebendo a mudança do Concílio, essa comunhão eclesial é compreendida como “algo que vem sendo tecido lentamente de baixo para cima. [...] e esta atuação vem sendo captada ao longo do processo, sem pré-definições ou pré-determinações.” (LIBANIO, 1992, p. 238)

Os processos de Assembleia na Arquidiocese de Belo Horizonte nascem, portanto, com o *Projeto Pastoral Construir a Esperança*. A I APD acontece em 1996, partindo do projeto, o primeiro com essa dimensão na Arquidiocese de Belo Horizonte e que tem seu início em 1990. No início, ele teve pouca adesão, mas foi crescendo com o passar dos anos, com a participação das pessoas das comunidades de fé (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2008).

Em agosto de 1990, o arcebispo Dom Serafim Fernandes de Araújo convocou a todos que fazem parte da Igreja a compreender o momento presente, aspirações das pessoas e comunidades, a participarem ativamente da construção dessa nova sociedade (LIBANIO, 1992). A Arquidiocese ofereceu subsídios para a programação de várias homilias dominicais a partir de 26 de agosto até 23 de setembro de 1990, para a criação de um clima de consciência do projeto que “teve data para começar, mas não para terminar.” (LIBANIO, 1992, p. 78)

Segundo Rick e Pinto (2020), o Projeto tinha como objetivo reorganizar a ação pastoral da Arquidiocese de Belo Horizonte diante dos novos tempos, tendo como desafio a realidade presente para pensar as ações futuras. Os autores apontam que a construção seguiu o método VER-JULGAR-AGIR, pensando tanto na missão da atuação social através da Igreja quanto na vida interna (RICK; PINTO,

2020, no prelo). A proposta era que a construção do projeto acontecesse a partir dos primeiros resultados e não tendo num momento específico para esse planejamento. Essa ação aconteceria ao longo da caminhada e de pequenas iniciativas, sendo essa a característica original do projeto, de forma participativa, progressiva e sem término pré-fixado (LIBANIO, 1992).

A partir do método escolhido, foi realizado um processo de “ver” a realidade e, para isso, foram realizadas algumas pesquisas. Entre agosto a novembro de 1990, quatro roteiros serviram de reflexão para diversos grupos, “nos quais se perguntava sobre o apelo do arcebispo a participar no projeto, sobre a consciência da própria missão de batizado, sobre os ‘sinais de vida’ e ‘sinais de morte’ na sociedade atual e sobre a missão da Igreja e do cristão hoje.” (LIBANIO, 1992, p. 78) As reflexões foram enviadas ao secretariado do projeto e, a partir delas, foi apresentado um boletim como os instrumentos (LIBANIO, 1992).

Em novembro do mesmo ano foi realizado um levantamento nas missas das paróquias sobre o perfil dos que frequentavam a igreja. Ocorreu a aplicação de aproximadamente 270.000 fichas com perguntas sobre o perfil das pessoas (idade, sexo, nível de instrução, ocupação, estado civil, moradia), participação na vida da igreja (frequência às missas, tipo de engajamento na Igreja, participação nas individuais e/ou comunitárias), participação sócio-política (engajamento na vida social e política, frequência de audiência na TV, rádio e leitura de jornais) e se haveria maior disposição à dedicação à comunidade (LIBANIO, 1992).

No primeiro semestre de 1991, o *Instituto Opinião, Consultoria e Pesquisa Antônio C. Guimarães* realizou uma pesquisa sobre a *Fé e práticas religiosas* do habitante da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A pesquisa foi realizada por amostragem (LIBANIO, 1992). Já uma terceira pesquisa foi realizada por meio de perguntas abertas em todas as paróquias. Para esta pesquisa Libanio aponta que:

foram entrevistadas 40 pessoas em cada paróquia, assim distribuídas: 10 católicos militantes, 10 católicos praticantes, 10 católicos não-praticantes e 10 não-católicos (sem ou de outras religiões) de diversas faixas etárias acima de 15 anos, homens e mulheres. Somente 9% das paróquias não entregaram os questionários. Somaram-se 6.440 questionários preenchidos. As 4 perguntas feitas foram as seguintes: 1. Para você a religião é importante? Pessoalmente, o que procura na religião? 2. O que lhe satisfaz ou agrada mais na Igreja Católica? 3. O que não lhe satisfaz ou desagradaria mais na Igreja Católica? 4. Que sugestões gostaria de dar à Igreja de Belo Horizonte? O que ela deveria fazer? (LIBANIO, 1992, p. 367).

Libanio (1992) analisa que foi difícil a tabulação dos dados por dificuldade de agrupá-las em palavras-chave, já que “Os termos escolhidos para a tabulação não são unívocos e deixam espaço para muita imprecisão de intelecção. São vagos e se cobrem frequentemente um ao outro em vez de se oporem. Isso quase impossibilita uma análise.” (LIBANIO,1992, p. 368) Por isso, a análise dos dados permitiu diversas interpretações, mas foi possível levantar dúvidas e discussões a partir delas. Porém, tal pesquisa constatou uma deficiência na catequese básica e a partir daí foi lançado um programa de evangelização através de homilias dominicais para as quais foram fornecidos subsídios para os textos bíblicos, no período de 18 de agosto de 1991 até 24 de novembro (LIBANIO, 1992).

A partir do *Projeto Pastoral Construir a Esperança*, a Arquidiocese realizou diversas ações, partindo de grupos de reflexão propostos para estudo da realidade e de perspectivas futuras, nos diversos níveis: paróquia, forania e na Arquidiocese como um todo (à época ainda não havia as regiões episcopais), com a articulação de atividades pastorais (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2008). No nível Arquidiocesano, foram criados cinco grupos com temas estabelecidos para a reflexão, proposta de sugestões e de pistas de ação: Liturgia e vida; Comunicação e Evangelização; Pastoral Social; Formação (sobretudo de leigos e de leigas) e Juventude. Os grupos arquidiocesanos serviam para a análise e reflexão da realidade nesses âmbitos específicos e foram levantados problemas bem como pistas pastorais para a solução (LIBANIO, 1992). Dentre as ações, destacavam-se a articulação entre padres e leigos, propostas formativas numa perspectiva que deu nome ao projeto: de construir a esperança (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2008).

Rick e Pinto (2020) afirmam que os testemunhos, as ações objetivas e o envolvimento das pessoas possibilitaram afirmar que “havia a construção de esperança de novos rumos pastorais para a Igreja e que a internalização do Concílio estava de fato acontecendo.” (RICK; PINTO, 2020, p.4) Além disso, Passos (2013) e Oliveira (2015) apontam que o projeto e seus desdobramentos foram “uma faceta do Concílio Vaticano II na Arquidiocese de Belo Horizonte.”

As metas do projeto eram: a) permitir a participação de todos; b) valorizar a presença do leigo, tornando-o protagonista da evangelização do mundo; c) qualificar a presença pública da Igreja na sociedade, notadamente na grande cidade; d)

renovar as estruturas pastorais da Arquidiocese, adequando-as ao mundo moderno (FRAGOSO FILHO *apud* OLIVEIRA, 2015, p.90).

Foi nessa perspectiva que aconteceu a 1ª APD cujos objetivos principais eram de “envolver a Arquidiocese de Belo Horizonte na preparação para o início do novo milênio, que se aproximava, articular as forças vivas da Igreja e escolher novas urgências a serem trabalhadas.” Como fruto do processo, três grandes eixos agruparam as conclusões da assembleia: “ser uma Igreja cada vez mais participativa, missionária e misericordiosa.” (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2008, p.11)

Sete anos depois, no ano de 2003, ocorreu a II APD, que teve como fruto o *Projeto de Evangelização Igreja Viva, Povo de Deus em Comunhão*. Contou com a participação de cerca de 1.550 pessoas. Seu processo de realização contou com assembleias paroquiais, forâneas e regionais para a reunião de contribuições das comunidades e de fiéis da Igreja Católica através de um processo participativo e dinâmico (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2008).

A partir deste processo muitos programas e ações de evangelização foram criados. “Na conclusão dos trabalhos foram aprovados encaminhamentos que se articulariam entre si, movendo as comunidades eclesiais nas dimensões da espiritualidade, da vida comunitária e da inserção social.” (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, Guia IV APD, 2012, p.18)

O Projeto de Evangelização criado a partir da II APD, intitulado *Igreja Viva: Povo de Deus em Comunhão*, trouxe importantes iniciativas para as três dimensões apontadas como prioritárias, mas indicou que elas não fossem trabalhadas de modo isolado, que fossem dimensões articuladas entre si. Para isso, diversas iniciativas foram apontadas para sua realização. (Ibid.)

No âmbito da Espiritualidade, teve início o projeto de formação *Teologia Viva*, além de organização de retiros, orientações para a ação catequética da Arquidiocese, programas reunidos pela *Rede Catedral de Comunicação Católica*, coordenados pelo *Vicariato Episcopal para a Comunicação e Cultura*, diversas celebrações e a elaboração de um *Diretório Litúrgico Pastoral* (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2008).

Para a dimensão da Vida Comunitária, foi elaborado um instrumental chamado de *Manual dos Conselheiros*, revisto e atualizado para a melhoria dos diversos Conselhos de Pastoral em todos os níveis da Arquidiocese. O *Centro de*

Geoprocessamento de Informações Pastorais e Religiosas (CEGIPAR) foi implementado, os movimentos e Novas Comunidades ganharam um conselho para sua articulação, chamado *Conselho Arquidiocesano de Movimentos e Novas Comunidades (CAMENC)*. (Ibid.)

Para os trabalhos na inserção social foi criado o *Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política (VEASP)*, para o aprofundamento no conhecimento das causas da pobreza, promoção de formação nesta área e para intensificar o serviço aos pobres. Aliados para esta dimensão foi implementado, através da PUC Minas, o *Núcleo de Estudos Sócio-Políticos (NESP)*, e criado o *Fundo Social* entre outras iniciativas no campo sociopolítico. (Ibid.)

A antiga Secretaria Executiva da Arquidiocese dá lugar ao *Vicariato Episcopal para a Pastoral*, ampliando alcance e atributos com a finalidade de coordenar e articular as iniciativas pastorais apontadas pelo Projeto de Evangelização na Arquidiocese. (Ibid.)

O Projeto de Evangelização da Arquidiocese, *Igreja Viva: Povo de Deus em Comunhão* teve a intenção de dar continuidade ao *Projeto Pastoral Construir a Esperança*, mas também iniciar um novo período na história da Arquidiocese de Belo Horizonte. Podemos perceber que as iniciativas advindas do novo projeto têm um caráter organizacional, de articulação e de criação de estruturas e instituições, a fim de fomentar a ação da Igreja Local de Belo Horizonte. Durante o processo da II APD, em 2004, Dom Walmor assume a Arquidiocese como arcebispo e Dom Serafim torna-se emérito (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, Guia IV APD, 2012, p.18).

A III APD foi convocada em 31 de março de 2008 por Dom Walmor Oliveira de Azevedo, de acordo com a previsão de realização das Assembleias a cada 4 anos. Sua abertura aconteceu em maio de 2008, presidida por Dom Walmor e celebrada, simultaneamente, em todas as paróquias da arquidiocese (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2008).

O caminho proposto para a realização da III APD foi uma resposta à Conferência de Aparecida que convocou todas as igrejas da América Latina e Caribe a revisar profundamente sua vida eclesial e “para se lançarem com intrepidez e generosidade à Grande Missão Continental” (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2008, p.7). A assembleia aconteceu em três grandes momentos

chamados de *Etapas Missionárias*, como grandes oficinas de construção do Projeto de Evangelização (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2008).

A primeira *Etapa Missionária* tinha o intuito de escutar e ver a realidade da Arquidiocese naquele momento. Ocorreu entre maio e setembro de 2008 e sinalizou a importância da continuidade do até então Projeto Pastoral em vigor, sendo atualizado à luz das *Diretrizes Gerais da CNBB* e da Conferência de Aparecida, conforme as próprias orientações da III APD. (Ibid.)

Já a segunda etapa missionária tinha como objetivo refletir, discernir e aprovar oficialmente a continuidade nas várias assembleias que foram realizadas. Por fim, a terceira etapa missionária, com a intenção de escolher e celebrar, incorporou ao processo pistas para a ação evangelizadora, adicionando reflexões e um maior discernimento ocorrido durante Oficinas temáticas sobre os vários aspectos da vida da Igreja. (Ibid.)

O maior objetivo desta Assembleia foi avaliar o Projeto de Evangelização elaborado a partir da Assembleia anterior *Igreja Viva: Povo de Deus em Comunhão* e correspondeu à expectativa ao elaborar o novo Projeto Arquidiocesano de Evangelização, sendo este atualizado à luz da Conferência de Aparecida, das DGAE da CNBB e indicações da III APD. (Ibid.)

O novo Projeto de Evangelização elaborado a partir da III Assembleia, por ser uma atualização do projeto anterior, foi intitulado *Igreja viva: sempre em missão* e se desenvolveu através de três capítulos, todos com o título iniciando-se em “Evangelizar”, uma ação que constitui e conduz a Igreja: Capítulo 1 - “*Evangelizar seguindo a história da Arquidiocese de Belo Horizonte*”; Capítulo 2 - “*Evangelizar em sintonia com Aparecida e as Diretrizes da CNBB*”. Tais capítulos apresentam a história, a contextualização e a fundamentação teológico-pastoral do Projeto. (Ibid.) Já o capítulo 3, intitulado “*Evangelizar nos passos da 3ª Assembleia do Povo de Deus*” aponta indicações para a recepção bem como a aplicação do Programa de Evangelização para o próximo quadriênio, formulado a partir do Documento final *Orientações da III APD*, que foi aprovado no dia 09 de novembro de 2008. (Ibid.)

O Projeto Arquidiocesano *Igreja Viva, sempre em Missão* contém “12 programas, divididos em grupos de 4 programas, para as 3 dimensões da Evangelização” da Igreja local e prevê ações de âmbito geral, paroquial, forâneo, regional e arquidiocesano (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, Guia IV APD, 2012, p.18-19).

A IV APD ocorreu em 2012, desde seu início, já enfoca a importância do ano em que ela ocorre: a celebração do jubileu de ouro do Concílio Vaticano II (Ibid.). No espírito do Concílio, o material de preparação para a Assembleia traz resumidas as seguintes ideias para a inspiração do processo: “renovação, adaptação e inculturação, descentralização, comunhão, serviço e participação, e diálogo com a sociedade”. (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, Diretrizes da Ação Evangelizadora da Arquidiocese de Belo Horizonte, 2012, p.67.)

Os primeiros meses do ano de 2012 foram tempo de avaliação do projeto *Igreja Viva, sempre em Missão* e de preparação para a IV APD, convocada por Dom Walmor. Além do jubileu do Concílio Vaticano II, serviram de inspiração para a elaboração da Assembleia as recomendações para a evangelização do *Documento de Aparecida* e pelas *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil (DGAE)* para o quadriênio de 2012 – 2015 (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, Guia da IV APD, 2012).

O processo da V APD durou todo o segundo semestre do ano, iniciando em junho de 2012, com a abertura da *IV Assembleia do Povo de Deus* durante a celebração da *14ª Torcida de Deus*, na festa de Corpus Christi, celebrada na Arquidiocese de Belo Horizonte em uma grande missa no estádio do Mineirinho, envolvendo todas as paróquias da Arquidiocese. Anteriormente, no dia 26 de maio, foi realizado durante a vigília de Pentecostes um momento de oração pela fecundidade da IV APD. (Ibid.)

Foi apresentado ainda um instrumento de trabalho, intitulado Guia da *IV Assembleia do Povo de Deus*, para que fosse discutido e estudado, num processo que começaria em agosto, priorizando a realização de Assembleias nas paróquias da Arquidiocese; em setembro haveria Assembleias nas Foranias. No dia 20 de outubro de 2012, foi realizada a Assembleia Arquidiocesana, a fim de que o processo fosse participativo e conseguisse captar da melhor maneira possível as necessidades e as prioridades comuns de cada paróquia, para a elaboração de um plano pastoral que suprisse essas necessidades.

Durante a Assembleia Arquidiocesana foram elaboradas Diretrizes da Ação Evangelizadora da Arquidiocese. Dando continuidade a um caminho proposto para a ICAR no mundo, no dia 11 de outubro do mesmo ano, a Arquidiocese de Belo Horizonte celebrou a abertura do chamado *Ano da Fé*, que coincidiu com a abertura das celebrações dos 50 anos do Concílio Vaticano II (1962-1965). Posteriormente,

em novembro, foram realizadas novas assembleias regionais para a elaboração de planos pastorais regionais e em 8 de dezembro foram promulgadas as *Diretrizes da Ação Evangelizadora da Arquidiocese e os Planos Pastorais das Regiões*. Objetivou-se que o processo de Assembleia partisse das Paróquias até a Arquidiocese e depois retornasse, enquanto diretrizes gerais Arquidiocesanas e Planos de Pastoral por Região para que os consensos possíveis arquidiocesanos refletissem-se através de ações nas diferentes realidades das Regiões Episcopais (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, Guia da IV APD, 2012).

Esse formato da Assembleia apresentou uma mudança metodológica para a elaboração das diretrizes, num intuito de fortalecer as Regiões Episcopais, bem como os Vicariatos e seus Planos de Pastoral, já que cada Vicariato também realizou o processo de Assembleia própria, bem como apontou encaminhamentos e reflexões para a equipe de elaboração das Diretrizes, e por fim, elaborou plano pastoral próprio para sua atuação em consonância com as diretrizes da Arquidiocese.

Além dos documentos e celebrações voltadas para a Igreja, foram apresentados ainda para uma avaliação da Igreja junto à sociedade e para pensar possíveis interlocuções, a pesquisa *Valores e Religião nos municípios da Arquidiocese de Belo Horizonte*. Para tal, o *Guia da IV Assembleia do Povo de Deus* (2012) foi a ferramenta de trabalho apresentada para as assembleias, trazendo, além dos textos para estudo, orientações para a realização das Assembleias paroquiais, forâneas e Arquidiocesana, retornando depois para que as Regiões elaborem seus Planos Pastorais (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, Guia da IV APD, 2012).

O referido guia apresenta três capítulos, sendo o primeiro um resumo dos frutos das três primeiras Assembleias (APDs), bem como a perspectiva daquele momento. O segundo capítulo apresenta o resultado da Pesquisa *Valores e Religião nos municípios da Arquidiocese de Belo Horizonte*, com dados para uma leitura de realidade e confronto com as práticas pastorais até o momento, num sentido de revisão do caminho feito, busca por novas respostas e posturas diante daquela realidade. Além disso, apresenta os resultados de uma avaliação realizada do Projeto de Evangelização da Arquidiocese: *Igreja viva, sempre em Missão* (2008-2012), reconhecendo os limites amostrais, mas apresentando as práticas das ações

evangelizadoras da Arquidiocese de Belo Horizonte. (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, Guia da IV APD, 2012).

Já o terceiro capítulo apresenta questões a serem trabalhadas no processo das Assembleias, para que através de suas respostas e reflexões fossem encaminhadas e esse conjunto enviado à equipe de elaboração ajudaria a compor as *Diretrizes da Ação Evangelizadora da Arquidiocese* (DAE) e dos “Planos de Pastoral Regionais” para os próximos cinco anos (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, Guia da IV APD, 2012).

Para a *V Assembleia do Povo de Deus* (V APD), que ocorreu em 2016, foram elaborados e publicados um *Texto Base* e uma *Carta Pastoral*, distribuída às paróquias e outras instituições da Arquidiocese, com orientações do processo metodológico e como organizar as assembleias nos diversos níveis. Além disso, as publicações foram disponibilizadas virtualmente, sendo que é possível acessá-los através do site da Arquidiocese de Belo Horizonte.

O *Texto Base* elaborado para a V APD (2016) orienta que sejam proporcionados momentos para o estudo e discussão de seu conteúdo; que as Regiões Episcopais constituam um colegiado para a organização das Assembleias em nível de Região Episcopal e que sejam contempladas as presenças de clérigos e leigos. Existiu, como etapa preparatória, a aplicação de um questionário aberto, de modo virtual no *site* da arquidiocese. Foi destacada a importância da divulgação do mesmo e de se proporcionar modos de participação por meio das respostas ao questionário eletrônico; modos de participação nas etapas que a Assembleia envolve, sendo elas: paroquial, forânea, regional e arquidiocesana, de acordo com a divisão organizacional da Arquidiocese (comunidades < paróquias < foranias < Regiões Episcopais < Arquidiocese).

No capítulo 1 do *Texto Base da V APD* (2016), há um texto motivador para a *Assembleia do Povo de Deus* 2016, que explicita as razões e finalidades de uma Assembleia e traz dados da pesquisa *Valores e Religião nos municípios da Arquidiocese de Belo Horizonte*, de 2011. O capítulo 2 traz os procedimentos para cada uma das etapas supracitadas, além dos procedimentos posteriores à etapa Arquidiocesana de elaboração do *Plano Pastoral pelas Regiões Episcopais*. Por fim, o texto traz anexos com roteiros de celebrações que podem ser utilizados, além do calendário com as datas importantes da Arquidiocese e datas limites para a realização de cada uma das etapas da Assembleia.

Segundo o *site* da Arquidiocese de Belo Horizonte (2016), “a APD é um amplo processo de escuta, quando cada fiel, das muitas comunidades de fé da Arquidiocese, é convidado a indicar quais caminhos a Igreja deve seguir, na missão de evangelizar e de ajudar o mundo a tornar-se mais justo e fraterno”.

O *Texto Base* afirma ainda que toda a Arquidiocese é convidada a participar deste momento para rever os caminhos feitos, planejar as próximas etapas e define a Assembleia como uma grande mobilização, não apenas um grande evento e que tem em vista a “formação de comunidades em redes participativas, nas quais todos tenham consciência da cidadania eclesial e corresponsabilidade batismal” (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, Guia da V APD, 2016 p.9). Além disso, a Assembleia pretende descobrir questões e interpelações para além das apontadas, a partir da escuta “do Povo de Deus”. (Ibid.) Assim, podemos dizer que a Assembleia tem metodologia que pretende oportunizar a muitos a condição de participação, possibilitando várias formas de contribuição por parte de toda a comunidade eclesial, através de escutas presenciais, virtuais, além do envolvimento nos processos de organização e construção das etapas nos vários níveis.

Por fim, a VI APD ocorreu no ano de 2019, iniciando seu processo em agosto do mesmo ano, quando Dom Walmor Oliveira de Azevedo convocou por meio de uma carta pastoral divulgada pelos canais de comunicação arquidiocesanos, de Celebrações Eucarísticas e da Palavra nas comunidades. No mesmo mês, ocorreu o lançamento oficial de um instrumento de trabalho para estudo, reflexão e discussão (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, Instrumento de Trabalho da VI APD, 2019).

Diferente das Assembleias anteriores, o *Instrumento de Trabalho da VI APD* já apresentou indicativos das diretrizes pastorais para os anos seguintes dividido em “Casas”, bem como as *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil* (DGAE 2019-2023): Casa da Palavra, Casa do Pão, Casa da Caridade e Casa da Missão. A proposta desta APD foi de atualizar o *Projeto Proclamar a Palavra* e, para isso, apresentou as propostas para que fossem avaliadas pelas instâncias arquidiocesanas e recolher possíveis mudanças ou sugestões em seu texto, ou seja, não contou com um amplo processo de escuta desde as comunidades, e sim já apresentou as propostas para serem avaliadas. Além disso, a Assembleia em si foi o momento de legitimar os textos, não tendo espaços de trabalho de grupo para a

discussão mais aprofundada do que foi apresentado, pois esse processo foi compreendido anteriormente.

O Instrumento de trabalho faz memória dos anos anteriores, sem resgatar as primeiras APDs, apenas rememorando ações realizadas ou em realização após a V APD, em 2016, através do *Projeto Proclamar a Palavra*. Além disso, o documento apresenta um aprofundamento do que se espera da Igreja local, “ser uma Igreja da Palavra e em estado permanente de missão” (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, Instrumento de Trabalho da VI APD, 2019, p.9). Por fim, apresenta os horizontes para os próximos anos, além de diretrizes pastorais para a atuação da Arquidiocese.

Para que tal proposta ocorresse, foi proposto um cronograma para o mês de setembro, de realização de estudo do instrumento nas paróquias, nas instâncias educacionais (PUC/ Pastoral, Instituto Dom João Rezende Costa e Colégio Católicos), nas assembleias regionais do clero, pelas Casas de formação arquidiocesanas, pela Conferência dos Religiosos e das Religiosas do Brasil, por segmentos pastorais, colaboradores das instituições da Arquidiocese e fosse realizada uma escuta de segmentos da sociedade civil, que ainda no fim do mês as paróquias entregassem suas indicações para a Região Episcopal da qual fazem parte e que as outras instâncias e instituições da Arquidiocese entregassem seus resultados ao Vicariato Episcopal para a Ação Pastoral (VEAP). (Ibid.)

No mês de outubro, cada Região Episcopal criou uma comissão de trabalho para realizar a síntese das propostas enviadas pelas paróquias e realizaram assembleias para a discussão das propostas e definição das indicações pastorais para o *Projeto Proclamar a Palavra*. Além disso, todos os participantes dessas assembleias seriam delegados para a *Assembleia Arquidiocesana do Povo de Deus*, que aconteceu no dia 23 de novembro de 2019. Ainda no mesmo mês, os Vicariatos Episcopais Especiais realizariam as assembleias próprias com os membros que os compõem e indicaram 10 delegados de cada um para a participação na Assembleia Arquidiocesana. Ao final do mês, as Regiões e os Vicariatos entregaram as indicações para o VEAP. (Ibid.)

O mês de novembro foi reservado para a redação da versão atualizada do *Projeto Proclamar a Palavra* a partir das indicações e no dia 23 de novembro aconteceu a Assembleia para a Aprovação do texto final que foi apresentado e houve a celebração do final da VI APD. Em dezembro, foi lançado o novo *Projeto*

Proclamar a Palavra, revisto e atualizado a partir das contribuições ao texto, validados na Assembleia. A partir do texto publicado, as paróquias, Regiões Episcopais, Vicariatos Episcopais Especiais e a Arquidiocese elaboraram seus planos pastorais para o quadriênio de 2019-2023. (Ibid.)

A partir daqui veremos se é possível perceber as preocupações arquidiocesanas através das APD, quanto aos problemas de gênero e de juventude.

3.2 Juventude e Gênero nas *Assembleias do Povo de Deus*

As *Assembleias do Povo de Deus* na Arquidiocese de Belo Horizonte podem ser compreendidas como um reflexo e assimilação do Concílio Vaticano II (1962-1965). De acordo com Rick e Pinto (2020), a CNBB, no intuito de alinhar a Igreja brasileira com as definições do Concílio, apresentou o *Plano de Pastoral de Conjunto* a fim de serem implementadas as ações entre 1966 e 1970 com o objetivo de “criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se ajuste, o mais rápida e plenamente possível, à imagem de Igreja do Vaticano II” (CNBB, 2004, p. 19). Tal documento foi elaborado em Roma, nos três últimos meses da última sessão do Concílio, durante a VII Assembleia Geral Extraordinária da Conferência (RICK; PINTO, 2020, no prelo). Tal Plano apresentou seis grandes linhas de atuação:

- 1) Promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da Igreja Católica;
- 2) Promover a ação missionária;
- 3) Promover a ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica;
- 4) Promover a ação Litúrgica;
- 5) Promover a ação ecumênica;
- 6) Promover a melhor inserção do povo de Deus como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus. (RICK; PINTO, 2020, no prelo, p.2)

A sexta linha de atuação tem como referência a Constituição *Gaudium et Spes* e aponta, naquela realidade brasileira, a importância do protagonismo, especialmente de leigos e de leigas, na transformação da sociedade. Este Plano foi o primeiro instrumento que serviu para o alinhamento da Igreja do Brasil ao Concílio Vaticano II e de unificar a ação da Igreja em diferentes áreas. A CNBB organizou-se através dessas linhas até o ano de 1995, quando as orientações nacionais para cada quadriênio passaram a chamar *Diretrizes da Ação Evangelizadoras no Brasil* (RICK; PINTO, 2020, no prelo).

O Concílio possibilitou a abertura e reorganização da Igreja, mas as *Conferências do Episcopado Latino Americano (CELAM)* trouxeram um conteúdo histórico e político para a atuação da Igreja na área social. Através da Conferência de Medellín, na Colômbia, em 1968, foi possível o fortalecimento do processo de internalização do Concílio Vaticano II, levando em consideração as especificidades locais. Essa era a segunda vez que o episcopado do continente latino-americano encontrava-se, ocorrendo antes apenas em 1955 no Rio de Janeiro, porém à época, as discussões foram sobre a vida interna da Igreja (RICK; PINTO, 2020, no prelo). Já em Medellín, o episcopado tratou dos problemas sociais do continente, principalmente para “a questão política no contexto de restrição democrática em que muitos países se encontravam e a realidade de pobreza e miséria das populações” (RICK; PINTO, 2020, no prelo, p.4).

No ano de 1979, no México, ocorre a II Conferência, na cidade de Puebla. Nesta conferência, ocorre uma compreensão da situação de pobreza do povo latino-americano como algo estrutural e se define quem são os pobres da América Latina: “indígenas e afro-americanos, camponeses sem terra, operários, desempregados e subempregados marginalizados e aglomerados urbanos, jovens frustrados socialmente e desorientados, crianças golpeadas pela pobreza, menores abandonados e carentes, a mulher, os migrantes e as prostitutas” (Documento de Puebla- DP, 1979, n.31 e 42). É também em Puebla, através da leitura da realidade latino-americana, que os bispos reafirmam a opção preferencial apontadas pelo Vaticano II: a opção preferencial pelos pobres e acrescentam ainda a opção preferencial pelos jovens. “A compreensão estrutural das causas da pobreza, a clareza de quem são os pobres e a opção preferencial por eles, foi uma importante contribuição da Conferência de Medellín e Puebla para as diretrizes da atuação social da Igreja no Brasil” (RICK; PINTO, 2020, no prelo, p.5).

No contexto da juventude, de acordo com Siqueira; Baptista e Teodoro-Silva (2018), a situação era de tensão e perseguição devido ao envolvimento de jovens em grupos de resistência às ditaduras e no ambiente cristão não era diferente. Além disso, inicia-se um crescimento de grupos e movimentos com uma linha mais espiritualista, movimentos de encontro nacionais e grupos internacionais (SIQUEIRA; BAPTISTA; TEODORO-SILVA, 2018).

De acordo com esses autores, no Documento de Puebla (DP), os termos ‘jovem’ e ‘juventudes’ aparecem em diversas e várias seções do documento: na

“Mensagem aos Povos da América Latina”, na parte que trata da “Igreja Missionária a serviço da Evangelização na América Latina”. No ponto 6, nos pontos 32 e 33, nos pontos 79 e 95, porém, nestes pontos podemos perceber uma visão negativa do jovem, conforme apontado anteriormente, ligando a imagem do jovem à busca do prazer considerado pecaminoso, à não participação, à improdutividade e à rebeldia em “formas exóticas ou através de exaltações intempestivas” (DP, n.6). Também há uma imagem do jovem incompleto e desorientado que necessita de formação e/ou tutela para se complementar e se tornar indivíduo (DP, n. 32 e 33). E, por fim, associa o jovem ao indiferentismo, à busca de poder e prestígio, generalizando a imagem de uma minoria dos jovens (DP, n.79). Porém, menciona envolvimento dos jovens junto aos pobres (DP, n. 95). O capítulo denominado *Evangelização na Igreja da América Latina*, da terceira parte do documento, ao discutir os Agentes de Comunhão e Participação, não menciona os jovens, eles aparecem nos grupos e movimentos de juventude, atrelados à pastoral vocacional (SIQUEIRA; BAPTISTA; TEODORO-SILVA, 2018).

Porém, é importante destacar que no Documento de Puebla há um capítulo destinado à “opção preferencial pelos jovens”, na 4ª parte do capítulo II (A Igreja Missionária a serviço da Evangelização na América Latina). Há 40 números (1166 a 1205) voltados à realidade juvenil, seu papel social na América Latina, na Igreja, critérios pastorais, o jovem na Igreja e as opções pastorais, com aplicações concretas na comunhão, no compromisso, na formação e na participação. (Ibid.)

Segundo Siqueira; Baptista e Teodoro-Silva (2018), na introdução do capítulo, associa-se os pobres e os jovens afirmando a prioridade em sua evangelização por constituírem a riqueza e a esperança da Igreja na América Latina. Supera a visão de cronologia ao afirmar a representação de “uma atitude frente à vida” (DP, n.1167). Semelhante à Medellín, o documento identifica a juventude como sinal da Igreja, já que a Igreja é chamada a se renovar constantemente, comprometendo a Igreja na atuação com os jovens. Afirma ainda que os jovens são a esperança da Igreja e, por isso, quer oferecer uma pastoral orgânica e diferencial para eles. Porém:

O DP não avança em caracterizar o fenômeno da juventude como realidade plural, ou seja, não fala em juventudes, mas diz que há “diversidade de jovens”, o que não é a mesma coisa (DP, n.1175). [...] Seu papel é “dinamizar o corpo social”, mas a visão do episcopado ainda se revela precária, tratando a juventude com insuficiente “preparação para um claro discernimento” diante das ideologias, produzindo desorientação diante do

“conflito de gerações”, do consumismo, das drogas, do sexo e do ateísmo, manipulada pela política e sobre o seu tempo livre (esporte e meios de comunicação), que pode gerar algo sadio ou alienante (DP, n. 1170, 1171 e 1172). (SIQUEIRA; BAPTISTA; TEODORO-SILVA, 2018, p.1446-1447).

Esses pontos demonstram que apesar de um capítulo específico para tratar dos problemas da juventude, ainda há uma visão negativa da juventude, e que a Igreja, apesar de reconhecer sua falha ao atingir os jovens, não apresentou propostas para a atuação junto deles. Porém, o episcopado “diz, no n. 1184 [que] a Igreja aceita suas críticas, por reconhecer-se limitada em seus membros [...]. É importante que os jovens continuem sublinhando bem esse n. 1184 e lembrando sempre o episcopado do que disseram.” (SIQUEIRA; BAPTISTA; TEODORO-SILVA, 2018, p.1447). Na prática, a ação pastoral não ocorre dessa maneira, o texto do DP é limitado, mas:

Não há dúvida que a recepção desse documento ultrapassou a materialidade do seu texto. E essa opção pelos jovens, apesar dos pesares, fez avançar, como desencadeou, muitas ações na perspectiva de uma pastoral orgânica da juventude. (SIQUEIRA; BAPTISTA; TEODORO-SILVA, 2018, p.1443).

Quanto às mulheres, o documento não trata de suas feições, sendo elas mencionadas apenas no n. 126, em tópico sobre o laicato e, ao abordar a juventude feminina, limita-se ainda mais o texto, pois apesar de se referir ao machismo, trata de “elementos negativos referentes à libertação feminina” (DP, n. 1174) e afirma que há uma crise de identidade com essas jovens sobre a missão da mulher hoje (SIQUEIRA; BAPTISTA; TEODORO-SILVA, 2018), responsabilizando-as por não seguir um organograma considerado natural a elas, desconsiderando totalmente as diversidades, desejos e possibilidades das mulheres, principalmente as jovens.

Segundo Rick e Pinto (2020), as conferências de 1992 em Santo Domingo e em 2007, em Aparecida, “refirmaram a necessidade de seguir internalizando os desafios do Concílio Vaticano II e de traduzir esses desafios em uma atuação pastoral dialogada com a realidade” (RICK; PINTO, 2020, no prelo, p. 5), porém “não tiveram a mesma efervescência social das anteriores” (RICK; PINTO, 2020, no prelo, p. 5). Especificamente, na *V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e Caribenho em Aparecida*, não se pode dizer que a juventude esteve entre as preocupações básicas, mas são citados como vítimas da crise da mudança de época e são pensadas formas de torná-los protagonistas da construção da

sociedade e do próprio futuro (SIGNORELLI, 2014), evidenciando assim, que a opção preferencial pelos jovens, sem propostas mais concretas, perde força entre as preocupações da Igreja.

Voltando à situação das juventudes e das jovens mulheres na Arquidiocese de Belo Horizonte, a criação dos grupos temáticos do *Projeto Pastoral Construir a Esperança*, que tem juventude como um grupo específico, coincide com o ano da *Campanha da Fraternidade sobre a Juventude* (1992).

Esse fato dá maior relevância a este grupo, porém, “a criação dos grupos pode revelar simultaneamente coisas opostas. Pode expressar a vida já existente e que se quer reforçar, mas também pode refletir uma carência, que se quer suprir.” (LIBANIO, 1992, p.243). Quanto ao papel da mulher, só é possível percebê-lo de modo mais específico ao abordarmos o laicato, que o projeto empenhou-se em fortalecer. Obviamente não foi suficiente, pois não trata dos problemas específicos e não auxilia na compreensão das desigualdades de papéis sociais. Os grupos, de acordo com Libanio (1992), refletem maior preocupação com as lacunas da Igreja e tentam apontar soluções.

As pesquisas realizadas para o *Projeto Pastoral Construir a Esperança* ajudam a perceber o perfil católico da Arquidiocese naquele momento. Segundo Libanio (1992), as mulheres são mais frequentes que os homens e as estatísticas evidenciam que os jovens abandonam a igreja na faixa etária de 14- 18 anos e as mulheres, muitas vezes, nem chegam à juventude na Igreja, abandonando-a entre os 10-14 anos. Projetivamente, isso impacta na formação das crianças, adolescentes e jovens, pois a mulher, a mãe, é uma referência importante. Neste último caso, elas tornam a ser novamente frequentes na Igreja depois dos 40 anos e atingem a média máxima entre os 60-69 anos (LIBANIO, 1992).

Em relação aos temas que deveriam ser pertinentes à Igreja, a juventude teve 390 respostas, sendo um campo bastante específico entre os temas, mas também, de certa maneira presente nos outros apontados. Foi constatada à época uma fraca presença de jovens, além de sua migração da igreja, apontando para a necessidade de se criar iniciativas que envolvam os jovens. De acordo com Libanio (1992), a pastoral da juventude tem pouca força na Arquidiocese e há dificuldades nesse setor, evidenciando a necessidade do grupo temático de fomentar projetos para a mudança dessa situação. Como propostas, seriam realizados dois grandes encontros entre os jovens crismados no ano de 1991 e entre os crismados em 1992,

e a perspectiva é que surgissem propostas mais concisas para a atuação pastoral nessas áreas ao longo do Projeto (LIBANIO, 1992).

Passada mais de uma década, a III APD, atendendo aos apelos da *Conferência de Aparecida*, propôs-se a revisar em profundidade a vida eclesial na Arquidiocese. O *Projeto Pastoral Igreja Viva, Sempre em Missão*, elaborou um texto numa estrutura que possibilita a metodologia do VER-JUGAR-AGIR, adotado desde o *Projeto Pastoral Construir a Esperança* (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2008).

O referido Projeto Pastoral apresentou 12 programas de atuação para a Arquidiocese de Belo Horizonte, dentre os quais, nenhum voltado especificamente para a juventude. Os jovens aparecem enquanto menção em 3 deles, o Programa 4: *O rosto de nossa Igreja Viva*; no Programa 9: *Nossa Opção Preferencial Pelos Pobres*; e no Programa 12: *A evangelização pela Rede Catedral de Comunicação Católica*

No Programa 4, o jovem recebe destaque ao mencionar ações específicas com a Catequese, para se comprometer a “promover a evangelização das crianças, adolescentes e jovens, com uma linguagem própria, reorientando o processo catequético de iniciação cristã e inserção na comunidade de fé” (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2008, p.28). Além disso, há uma menção específica de como deve ser esse trabalho com os jovens:

1. Promover uma pastoral da juventude mais missionária, sendo presença nas várias realidades jovens, com uma linguagem adequada, escuta e acolhimento.
2. Concretizar a opção preferencial pela juventude, promovendo um diálogo fecundo entre a Igreja e as juventudes, investindo na formação apropriada das lideranças jovens dos presbíteros e do serviço de assessoria, adotando uma pedagogia de participação, protagonismo profético e integração das várias realidades.
3. Integrar os meios de comunicação na ação pastoral para a juventude definindo, valorizando as várias ações juvenis e promovendo o intercâmbio. (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2008, p.29)

Já no Programa 9, os jovens que são referenciados são os de vilas e favelas, juntamente às crianças e adolescentes, que lutam por estudo, trabalho, lazer e cidadania. O ponto é que essa menção ocorre onde se refere à ação de “assumir sempre as grandes causas da humanidade: a defesa da vida, a superação da miséria, a dignidade das pessoas, a não-violência, a solidariedade com os últimos” (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2008, p. 39).

Por fim, no programa 12, entre as 11 ações com as quais a Arquidiocese deve se comprometer está “integrar os meios de comunicação na ação pastoral **para** a juventude definindo e valorizando as várias ações juvenis e promovendo o intercâmbio” (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2008, p.42). Este ponto demonstra que há uma preocupação em adequar as programações dos meios de comunicação, de forma a atender aos jovens. Também é percebida uma valorização do jovem através de sua ação numa proposta de troca das experiências que ocorrem.

Interessante notar que são pouquíssimas ações e todas em uma posição de transmitir determinado conhecimento para os jovens, seja através da catequese, seja nas ações de comunicação de massa. Ainda que os meios de comunicação valorizem ações juvenis para a promoção de intercâmbio, haverá aí um recorte a ser transmitido. O único ponto que não tem esse caráter é o voltado para os jovens de vilas e favelas, ainda as ações são generalistas. Além disso, nesse período já existem ações de juventude na Arquidiocese, porém são ações de massa, como em agosto, em que ocorre sempre no dia 15 a *Peregrinação da Juventude à Serra da Piedade*, e em outubro, o *Dia Nacional da Juventude*. Começam a surgir atividades em nível de região episcopal voltadas à juventude (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2008).

Também, nessa época, já estava ocorrendo um processo de elaboração de Diretrizes para o *Secretariado Arquidiocesano da Juventude*, envolvendo lideranças e representantes das bases juvenis. O Secretariado é um dos frutos da II APD, que sinalizou a criação do *Setor Juventude Arquidiocesano*, para a organização das ações de juventude na Arquidiocese de Belo Horizonte, que em 2009 apresentou suas diretrizes (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2009).

Quanto às mulheres, em todo o Plano Pastoral, não há nenhuma menção específica sobre a sua atuação. A única possibilidade de atuação é no laicato, que é amplamente mencionado no plano, com um esforço da Arquidiocese para, ao menos textualmente, fortalecer a atuação de leigos e de leigas.

O Plano Pastoral da IV APD, em nível Arquidiocesano, apresenta dentre suas linhas de atuação a de vida comunitária e comprometida com a família e a juventude. Enquanto compromisso para o quadriênio, a Arquidiocese propõe-se:

viver a opção pelos jovens, promovendo um diálogo fecundo entre a Igreja e as juventudes. Que sejam acolhidos e respeitados, segundo os traços que lhes são próprios. Entretanto, não se descuide de lhes assegurar os meios para que possam progredir e amadurecer na fé, como todo cristão, integrando-os à vida da comunidade, para que assumam, progressivamente, as exigências do Evangelho. (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2012, p.21)

Tal opção não poderia ser diferente já que 2013 seria um ano em que a Campanha da Fraternidade abordaria novamente o tema da Juventude e o Brasil receberia no Rio de Janeiro o maior evento de massas voltado à juventude no mundo: a *Jornada Mundial da Juventude*. Além disso, torna a aparecer no *Plano Pastoral Arquidiocesano* uma diretriz quanto ao uso adequado dos *Meios de Comunicação Social*, principalmente para os jovens, numa perspectiva de transmissão da fé, na tentativa de envolvê-los mais nos projetos eclesiais de evangelização (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2012).

Como consequência da opção preferencial pelos jovens, há ações em todos os planos de pastoral de Vicariatos e Regiões Episcopais, com pelo menos uma menção aos jovens. Mesmo que essas menções sejam feitas devido aos eventos de 2013, foi um momento importante de valorização dos jovens da arquidiocese. (Ibid.)

No *Vicariato Episcopal para a Ação Pastoral (VEAP)*, no âmbito da renovação comunitária, a diretriz de vida comunitária compromete-se com a família e juventude, tem como ação a realização da *Semana Missionária* na Arquidiocese, a participação e o envio de jovens para a *Jornada Mundial da Juventude Rio 2013* (Ibid.). Porém não entra em seu plano pastoral as ações do Setor Juventude, evidenciando que não há uma construção específica da juventude em nível arquidiocesano, enquanto plano pastoral.

Novamente no tema da comunicação, o *Vicariato Episcopal para a Comunicação e Cultura* apresenta como proposta, em seu plano pastoral para atuação no nível das paróquias, “tratar o tema família e juventude, de forma transversal, nos programas de rádio e TV, dando-lhes a ênfase no espírito da IV APD” (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2012, p.62). Já no nível da Região episcopal, a ação é de “estudar a criação de um programa sobre a Palavra de Deus (com participação de seminaristas do Curso de Teologia) para jovens” (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2012, p.61).

O Plano Pastoral do *Vicariato Episcopal para a ação Social e Política (VEASP)* aponta para o primeiro semestre de 2014: “incentivo e investimentos a

projetos de esporte, lazer e cultura para a juventude, como forma de prevenção da criminalidade e do uso indevido de drogas, nas comunidades” (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2012, p.55). Já para o segundo semestre, a criação de um setor específico para a juventude no VEASP (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2012).

Os Planos Pastorais das Regiões Episcopais também apresentaram ações de fortalecimento dos trabalhos com a juventude, desde propostas de realização de encontros até a organização para a participação na *Jornada Mundial da Juventude* 2013. Tal qual o objetivo da APD, fortaleceu-se a ação nas Regiões Episcopais em detrimento da Arquidiocese. (Ibid.)

Novamente, quanto à participação da mulher, não há apontamentos em nenhum nível de plano pastoral, nem nas diretrizes arquidiocesanas, demonstrando a questão da desigualdade de papéis de gênero na invisibilidade. A linguagem, ao menos, não é masculinizante, sempre se referindo aos dois gêneros ao se tratar do laicato ou em outras menções referentes ao corpo de fiéis da igreja.

Já a V APD, no que se refere à juventude, já no texto base apresenta, ao longo de suas 40 páginas, apenas um parágrafo, que questiona a diminuição significativa (de mais de 10 pontos percentuais) do número de jovens católicos no período entre 2000 e 2010, no município de Belo Horizonte, mas também em outros quatro maiores municípios da Arquidiocese de Belo Horizonte: Betim, Contagem, Ribeirão das Neves e Santa Luzia. Neste tópico, o texto base traz a seguinte pergunta para reflexão: “Por que a Igreja Católica está sendo menos atraente, especialmente para essa faixa etária que inclui os jovens?” (GUIA V APD, 2016, p. 11). Vale aqui perceber como a Arquidiocese de Belo Horizonte, por meio deste texto e questionamento, vê a juventude numa perspectiva do desenvolvimento, mas não necessariamente como atores dos processos de evangelização, já que a aponta como uma massa que se “perde”, que deixa de ser católica, porém, sobre aquelas e aqueles que estão participando nada se diz.

Ao que se refere às mulheres, a única menção que se faz é relativa a alguns dos compromissos assumidos ao longo da história arquidiocesana, especificamente com “o propósito de reconhecer, organizar e ampliar os ministérios leigos, legitimando, sobretudo, a participação das mulheres” (GUIA V APD, 2016, p. 11). Portanto, no que tange às juventudes e no que tange às mulheres, pouco se discute no processo anterior sobre a presença e a participação na vida católica como atores

dos processos de evangelização, porém, já é mais do que nos anos anteriores, ao menos quanto ao tema da mulher.

A APD das Juventudes, a primeira desde o início dos processos de Assembleia na Arquidiocese, e sua delegação para V APD, é apresentada através de matéria no *site* da Arquidiocese de Belo Horizonte, que diz que a Assembleia da Juventude foi um encontro organizado pelo *Secretariado Arquidiocesano da Juventude (SAJ)*, o *Observatório da Evangelização* e o *Núcleo de Estudos Sociopolíticos (NESP)* da PUC Minas. Participaram da Assembleia das Juventudes, jovens das Regiões Episcopais da Arquidiocese de Belo Horizonte e de organizações juvenis da Igreja, além de referências adultas para a juventude da Arquidiocese, professores da PUC Minas, religiosos e leigos.

O intuito da Assembleia era fazer parte do processo da V APD como uma Assembleia Especial. Segundo o assessor eclesialístico do SAJ, este foi um momento histórico e singular de ouvir a juventude (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2016). Como resultado, foram levantadas prioridades das juventudes, além de nomes de delegados e delegadas para a V APD.

Através da lista de presença da assembleia da juventude, foi possível mensurar variáveis de sexo, faixa etária dos participantes e os municípios de residência. Quanto à faixa etária, houve 54% de participantes com até 25 anos e 43% entre 25 e 59 anos. Do total, 3% não informaram a idade. Numa assembleia voltada para as juventudes, podemos perceber muitos adultos participantes, ainda que estes não sejam a maioria, isso mostra possível desconfiança nas ações dos jovens, ainda que haja espaços voltados para eles, e há sempre uma presença de adultos junto, acompanhando suas ações. Quanto ao município de residência, participaram de Belo Horizonte 51%, de Contagem 10%, de Betim 8%, de Santa Luzia 8%, de Ribeirão das Neves 7%, de Nova Lima 4%, de Lagoa Santa 3%, de Esmeraldas 3%, de Vespasiano 2%, de Nova Contagem 1%, de Ibirité 1%, de Caeté 1 %, de Sarzedo 1%, totalizando 13 municípios, dos 28 que compõem a Arquidiocese de Belo Horizonte. Quanto ao sexo, houve a participação de 52% de homens e de 48% de mulheres. Foram eleitas delegadas para o processo arquidiocesano 41 pessoas, sendo que 63,4% eram homens e 36,6% mulheres. Percebemos aí uma desproporção entre o número de mulheres participantes da assembleia de juventudes e a escolha delas para a representação deste grupo na Assembleia Arquidiocesana Geral como delegadas.

Quanto ao texto final da V APD, apresentaremos a seguir os destaques sobre gênero e sobre juventudes. Um primeiro destaque do texto final da V APD é o uso estilístico da língua, com a utilização da flexão de gênero para a escrita, não utilizando apenas o masculino para representar a totalidade. No *Projeto de Evangelização*, que contém as *Diretrizes Evangelizadoras da Arquidiocese de Belo Horizonte 2017-2020* (2016), podemos perceber isso no seguinte trecho:

A alegria de acolher os irmãos e irmãs em suas necessidades pessoais deve ser a característica dos discípulos e discipulas de Jesus. Quando acolhemos, rompemos com a solidão e com o anonimato desses irmãos e irmãs. (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2016, p.17)

Tal atitude valoriza a presença das mulheres na Igreja, reconhecendo-as através da linguagem. Para além do reconhecimento escrito, a 6ª diretriz do *Projeto de Evangelização Proclamar a Palavra* (2016), que se refere ao protagonismo de leigos e de leigas, expressa de maneira explícita a importância de valorizar o papel da mulher nas comunidades de fé:

Legitimar o papel e a participação dos leigos e das leigas na comunidade de fé, reconhecendo, de modo especial, a importância do protagonismo das mulheres na Igreja, a fim de que leigos e leigas atuem efetivamente na proposição, na articulação, na decisão e na avaliação das ações pastorais, como critério fundamental para a vida comunitária e para a desclericalização da Igreja arquidiocesana (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2016, p.20).

No que tange às juventudes, foi definida uma diretriz específica do *Projeto de Evangelização Proclamar a Palavra* (2016), denominada “opção preferencial pelas juventudes”, que orienta a valorizar as juventudes, reconhecendo-as como sujeitos; promover acompanhamento a iniciativas que inspirem o protagonismo juvenil e fomente estruturas eclesiais para tal e fomentar a formação das juventudes integrando fé e vida. Para além de diretriz específica, as juventudes são citadas em outras partes do documento como na diretriz que orienta sobre Fé, Política e Cidadania:

b) No nível da COMUNIDADE
Criar e fortalecer os grupos de Fé e Política, bem como outros organismos eclesiais, como consciência da transversalidade da Política, que propiciem a articulação política dos cristãos e das cristãs, sobretudo das juventudes,

como indispensável compromisso social e político, fruto da fé, que supera o assistencialismo e transforma a sociedade; (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2016, p.18).

Esta diretriz abre uma discussão na preocupação da organização e na formação de jovens nas temáticas que envolvem fé e política e revela a ausência de iniciativas nesse campo para o envolvimento de jovens, já que as juventudes merecem destaque em uma diretriz voltada para a atuação na comunidade. Ainda, da diretriz que orienta a Comunicação e Cultura, também são mencionados os jovens:

c) No nível da SOCIEDADE:

Modernizar e qualificar, em diversas dimensões, os Meios de Comunicação da Arquidiocese, para que favoreçam, permanentemente, a transmissão da fé cristã, por meio de uma eficaz educação espiritual, bíblica, social, política, ecológica e cidadã das pessoas, com especial atenção às juventudes, em sintonia com o Projeto de Evangelização da Arquidiocese. (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2016, p.22).

As diretrizes aprovadas na assembleia revelam que os meios de comunicação da Arquidiocese não têm favorecido a transmissão da fé cristã, ou que sua linguagem é antiquada e não dialoga com esse público, tanto que é dado destaque novamente para as juventudes numa diretriz do âmbito da sociedade. Além disso, do público que menos respondeu à pesquisa virtual proposta como etapa preparatória da V APD, foi os jovens que de acordo com o Pré-Relatório da Pesquisa da V APD (2016), representaram apenas 12% das respostas, dos 5.257 questionários respondidos até abril de 2016.

Por fim, dentre as diretrizes da VI APD, a única que apresenta referência à juventude pede o investimento que contemple a formação integral, espiritualidade, articulação e missão (porém, a Formação Integral já contemplaria estes outros âmbitos). Tal ação se daria através de acompanhamento de grupos de jovens como grupos de vivência e de partilha, que respeite a psicologia e a pedagogia das juventudes, que utilize subsídios adequados com o apoio do Secretariado Arquidiocesano das Juventudes - SAJ (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, Projeto Pastoral Proclamar a Palavra, 2019). É somente na quarta Assembleia, depois de sua criação, que o Setor Juventude é mencionado como ator para a evangelização da Juventude. Além disso, não há manutenção da opção preferencial

pelos jovens pela Arquidiocese de Belo Horizonte, o que pode ser percebido através de seus Planos Pastorais.

Conceitualmente podemos perceber que há um passo na valorização da participação das mulheres, tanto em documentos mais globais quanto em documentos de igrejas locais, como no caso da Arquidiocese de Belo Horizonte, porém de modo muito tímido. Porém, quais são as ações reais e concretas para que essa valorização aconteça efetivamente?

Olhando para o processo das APDs, é possível perceber mecanismos para a inclusão das mulheres? Não houve, em nenhuma orientação, uma tentativa de busca de paridade de participação entre os sexos, nem mesmo orientações no processo de preparação para a valorização da participação da mulher, de suas indicações para representação de paróquias e outras instâncias – o que não significa que não tenha havido esse movimento por parte de paróquias, por exemplo. O fato é que se escreve em documentos sobre a valorização e a participação da mulher nos espaços, mas como essa inclusão é realizada na prática?

Do mesmo modo, o Papa Francisco (2013), na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, apesar de afirmar a necessidade da presença feminina mais incisiva na igreja e na sociedade, reforça que o sacerdócio é reservado aos homens e que não é algo discutível, que administrar o sacramento da Eucaristia não deve ser entendido como poder de domínio, mas sua autoridade de serviço ao povo. Ou seja, este é um dos serviços ao povo que é reservado apenas aos homens. Porém, nas igrejas particulares, é possível perceber que, para além da administração da Eucaristia, poucos são os espaços de decisão destinados às mulheres, seja como representantes ou porta-vozes de decisões coletivas, como nas APDs, no caso da Arquidiocese de Belo Horizonte ou em outros espaços deliberativos.

Como sinal de abertura, o documento conclusivo do Sínodo da Amazônia, aponta a inclusão das mulheres. O texto do Papa pede todos para lerem o documento final, mesmo repetindo da doutrina do sacerdócio masculino, há uma chave de leitura interessante nos primeiros parágrafos de *Querida Amazônia (QA)*:

Ouvi as intervenções ao longo do Sínodo e li, com interesse, as contribuições dos Círculos Menores. Com esta Exortação, quero expressar as ressonâncias que provocou em mim este percurso de diálogo e discernimento. Aqui, não vou desenvolver todas as questões amplamente tratadas no Documento conclusivo; não pretendo substituí-lo nem repeti-lo. Desejo apenas oferecer um breve quadro de reflexão que encarne na

realidade amazônica uma *síntese* de algumas grandes preocupações já manifestadas por mim em documentos anteriores, que ajude e oriente para uma recepção harmoniosa, criativa e frutuosa de todo o caminho sinodal. Ao mesmo tempo, quero apresentar de maneira oficial o citado Documento, que nos oferece as conclusões do Sínodo e no qual colaboraram muitas pessoas que conhecem melhor do que eu e do que a Cúria Romana a problemática da Amazônia, porque vivem lá, por ela sofrem e a amam apaixonadamente. Nesta Exortação, preferi não citar o Documento, convidando a lê-lo integralmente (FRANCISCO, QA, 2019, n. 2-3)

Não é pretensão aqui eximir a mulher de seu papel neste processo, mas é preciso ainda lembrar a condição de subalternidade em que a mulher é colocada na sociedade e, conseqüentemente, nos espaços eclesiais. Muitas mulheres, através de seus processos de socialização, percebem-se como secundarizadas nestes espaços, ainda que estejam em posições de poder. Não conseguem se apropriar de instâncias de representação e a partir deles apontar novos paradigmas.

O espaço da Igreja, partindo de sua hierarquia, é um *lócus* predominantemente masculino, as ações da sociedade e da Igreja reforçam que é necessário evitar conflitos e que, em nome da unidade, a mulher precisa permanecer dócil, assim, as mulheres também veem esses espaços no sentido de servir, uma tarefa secundária e não um exercício de tomada de decisão.

As mulheres ficam então relegadas a um lugar de subalternidade, mesmo que possamos estar em espaços deliberativos e decisivos. A estrutura hierárquica piramidal da Igreja reforça essa lógica e a própria composição da APD geral mostra que há dois meios de participação: através das instâncias representativas ou pelas delegações paroquiais. Quanto às instâncias representativas, ainda que esteja nesses espaços, não significa que elas de fato participem ativamente e de modo equitativo com os homens. Muito provavelmente a participação nesses espaços dá-se de forma desigual, o que merece verificação mais detalhada das composições de Conselhos e Coordenações de Pastorais, a participação das mulheres nesses lugares é decisiva.

Quanto às paróquias, elas refletem a lógica social de que espaços de representação são tradicionalmente herdados pelos homens, assim, as mulheres muitas vezes também não se apropriam desses espaços ou não são para eles indicadas, logo, de modo geral, para as delegações acabam por serem indicados mais homens que mulheres.

Reflexão semelhante pode ser feita quanto à participação das juventudes nos espaços eclesiais. A entrada nessa participação dá-se, em geral, através da

comunidade paroquial, através dos grupos de jovens que, num primeiro momento, têm como mais relevante as relações sociais, mais do que as vivências da doutrina, o que proporciona um sentimento de pertença à Igreja, elemento fundamental para a fé cristã com base na experiência comunitária.

Esses espaços, porém, também sofrem a influência da sociedade em geral, que tem diferentes concepções de juventudes. No geral, valorizam-se as experiências, vivências, como sabedoria, criando uma hierarquia em que os mais velhos têm mais valor que os mais novos. Além disso, há concepções de juventude como momento de preparação, o que faz com que suas opiniões e conhecimentos sejam desconsiderados, porque estão ainda aprendendo. Ainda há a concepção de juventude como problema, que deslegitima seus questionamentos, colocando os jovens como transgressores e criando uma concepção de que suas ações não são confiáveis.

Há ainda a ideia do protagonismo juvenil, que por vezes é tomado de forma seletiva, apenas quando interessa aos interesses dos adultos. Todas essas concepções colocam o jovem numa posição de subalternidade, não sendo percebidos como sujeitos da ação e não sendo valorizados como sujeitos nos espaços eclesiais de decisão.

Quanto ao conceito e experiência de subalternidade, é preciso pensar nas mulheres jovens, que têm sua condição subalterna maximizada, se considerarmos a formação teológica e a posição de laicidade na Igreja, existem aí mais duas clivagens de subalternidade. Considerando a subalternidade como a condição do sujeito marginalizado, a qual a voz não se pode ouvir, podemos afirmar que as jovens mulheres e leigas estão em posições perpassadas por mais de um nível de subalternidade e, considerando que a Igreja local é parte de sua constituição social, sua subjetividade é forjada também por este espaço, que a coloca também nessa posição.

Portanto, faz-se necessário refletir: qual a legitimidade dada à voz das mulheres jovens? De modo geral, fala-se por elas. A Arquidiocese de Belo Horizonte tem possibilitado o protagonismo desse segmento? Para além dos documentos, quais são as ações que refletem essa opção? E ainda, as mulheres que ocupam os espaços de decisão da hierarquia da Igreja Católica, como, por exemplo, nos Conselhos Pastorais ou as Coordenações de Pastorais, como se dá a interação

entre os sexos e as gerações, e como é possível perceber-se refletida nas ações a valorização de sua voz?

Tomando como exemplo as APDs, o formato que o processo metodológico está configurado ao longo dos anos, tem revelado pouca participação da realidade rural da Arquidiocese. A orientação do processo não garante que a Assembleia de fato seja representativa, também não há garantias de que o processo é seguido conforme as orientações. Apesar disso, é necessário reconhecer que há uma tentativa de tornar esses processos cada vez mais representativos, como por exemplo, realizando a distribuição de Guias de orientação a todas as paróquias e, ao mesmo tempo, disponibilizando-os *on-line* para que qualquer pessoa possa acessar através da *internet*.

Da mesma forma, podemos questionar se as *Assembleias do Povo de Deus* têm pretensão de ser um amplo processo de escuta, se realmente têm conseguido alcançar a todos. Tem escutado que perfil de pessoas? Essa escuta tem sido acompanhada do poder de decisão? Se observarmos os textos preparatórios, podemos perceber que o protagonismo da mulher tem sido colocado como diretriz importante, mas se não vier acompanhada de ações, pouco vai refletir nas relações de gênero. Se é um compromisso assumido desde outras assembleias da arquidiocese, ele pode ser percebido como assumido na prática? No que tange à juventude, a preocupação que aparece no texto preparatório, reflete-se na diminuição do número de jovens no catolicismo, mas não se faz mais questionamentos sobre a dinâmica de envolvimento destes jovens nos processos eclesiais e de vivência da religiosidade.

Quanto à juventude, nas duas últimas edições da APD, aconteceram Assembleias especiais das juventudes. Podemos perceber esse movimento como um meio das juventudes organizarem-se na busca de espaço nas Assembleias, já que é um espaço dificultoso nos outros meios de participação. Da parte da Arquidiocese, percebe-se um movimento de acolhida, legitimando delegados desta assembleia e prioridades levadas em consideração na Assembleia Arquidiocesana. Ao mesmo tempo, podemos perceber o reflexo da subalternidade feminina na Assembleia da Juventude, que deliberou um quantitativo consideravelmente menor de mulheres que de homens como delegadas da juventude na Assembleia Arquidiocesana, na ocasião da V APD.

Qual a saída para que seja efetivada a opção pelo protagonismo feminino? Um caminho talvez fosse a realização de uma Assembleia especial de mulheres para que elas possam ter sua voz refletida nestes espaços Arquidiocesano. Do mesmo modo, em outros espaços de participação, não seria interessante que sejam construídos espaços de diálogos entre esses públicos que acabam por ter suas vozes diluídas nos processos de diálogos?

Quanto às perspectivas futuras, os destaques de gênero e juventude do texto do Projeto de Evangelização precisam ser aplicados na prática. É necessário um movimento por parte das instâncias de valorização das organizações desses segmentos, bem como instaurar uma cultura de organização entre estes segmentos que se vejam como protagonistas e sujeitos da Evangelização.

3.3 A Pastoral da juventude na Arquidiocese de Belo Horizonte: teorias e práticas sobre as relações de gênero

A Pastoral da Juventude no Brasil completará 50 anos de sua existência em 2023 e na Arquidiocese de Belo Horizonte existe desde a década de 80. De acordo com a Ata de reunião da coordenação da Pastoral da Juventude, ocorrida em fevereiro de 2018, encontra-se um relato de que a época em que existiu a última coordenação da Pastoral da Juventude na Arquidiocese de Belo Horizonte, antes de 2016, foi em 1987. Porém, mesmo sem uma coordenação a nível de arquidiocese, a pastoral da juventude manteve-se presente nos grupos paroquiais.

Podemos perceber a estrita relação entre esse fato com o que ocorria no mundo no período de restrição democrática das ditaduras na América Latina, que reverbera no Brasil e na Arquidiocese. Segundo Siqueira; Baptista e Teodoro-Silva (2018) atingindo católicos e protestantes de diferentes denominações, com a Ação Católica Especializada (JAC, JEC, JIC, JOC e JUC) não foi diferente. Aconteceu em Piracicaba no ano de 1968 a última reunião da JUC e a JOC e se manteve em grupos dispersos. Alguns grupos mantiveram-se seguindo uma visão de esquerda.

De acordo com Löwy (2012), em prefácio da obra de Flávio Sofiati (*Juventude Católica: O novo discurso da teologia da libertação*), a Pastoral da Juventude no Brasil (PJB) tem origem através da renovação da JUC, que ao não contar com o apoio das instâncias superiores da Igreja, a militância cristã sofre repressão depois de 1964. A Pastoral da Juventude surge já na década de 70 quando a CNBB

posiciona-se contra o regime ditatorial. Sofiati afirma que “a PJB é a reatualização de uma corrente histórica da IC que teve seu início nos anos 1950 com a Ação Católica Especializada, que contribui para o surgimento da TL (Teologia da Libertação) e, nos dias de hoje, está presente nas pastorais sociais” (SOFIATI, 2012, p.19).

Com o grande crescimento de movimentos espiritualistas nacionais -Cursilhos de Cristandade, Encontro de Jovens com Cristo (EJC), Comunidade Shalom, entre outros – e internacionais como a Renovação Carismática Católica – RCC e a JUFRA (Juventude Franciscana), apesar de uma boa recepção do Documento de Puebla e o desencadear de muitas ações numa perspectiva orgânica de juventude, “os problemas sociais, econômicos, políticos, culturais e religiosos, inclusive eclesiais, advindos nas décadas seguintes, aos poucos transformaram os cenários em todos os setores” (SIQUEIRA; BAPTISTA; TEODORO-SILVA, 2018 p. 1447). Somado a uma adesão de jovens e opção diocesanas ao estio carismático, percebe-se um crescimento de jovens sem-religião, que desistiram das instituições sem perder a fé.

Em 2003, ocorreu nova reforma no estatuto da CNBB e ao invés de um crescimento na opção preferencial pelos pobres, passa-se a assistir a um desmonte da Pastoral da Juventude e outras pastorais “atribuindo-lhe o status de movimento, quando não a combatiam” (SIQUEIRA; BAPTISTA; TEODORO-SILVA, 2018, p. 1447). Todos esses fatores incidiram na história da Pastoral da Juventude na Arquidiocese de Belo Horizonte.

Em 2009, a Pastoral da Juventude Nacional publica um primeiro subsídio de estudo denominado *Pastoral da Juventude – um jeito de ser e fazer - Orientações para a Caminhada: um corpo em construção*, que faz memória da caminhada e apresenta sua metodologia de trabalho, como forma a registrar o trabalho da Pastoral da Juventude, frente às resistências encontradas em sua atuação em muitas dioceses (SILVA, 2009).

Este material preocupa-se em utilizar a linguagem abrangente, usando a flexão de gênero, garantindo possibilidade de pertença feminina na leitura do texto, apresenta a possibilidade da construção de igualdade de gêneros, material anterior ao Somos Igreja Jovem, já mencionado anteriormente. Aponta que “sonhamos em reavivar, no homem e na mulher, a liberdade e a igualdade, em dignidade e direitos, tendo por base os valores do Evangelho. Que nossa vida e nossa fé levem-nos a

entender as relações de gênero” (SILVA, 2009, p.9). Porém, além disso, não há propostas de inclusão das mulheres, apenas menção da possibilidade de indicação de um/a jovem nos espaços de coordenação, não havendo reflexão sobre a importância de valorização da mulher neste espaço de decisão. Também, entre os projetos nacionais, não há ainda o Projeto Tecendo Relações, que discute afetividade, sexualidade e relações, espaço de abertura para uma discussão das relações de gênero. Portanto, podemos afirmar que em nível nacional, não há, nesta época, proposições sobre a inserção da mulher de forma prática. Fica ainda na dimensão de sonho de entender as relações de gênero, demonstrando que era assunto ainda a refletir mais.

Em outra perspectiva, a Arquidiocese de Belo Horizonte publica uma diretriz de funcionamento do Setor Juventude, como forma de atender as metas do *Projeto de Evangelização Igreja Viva Sempre em missão* e do *Projeto de Evangelização Igreja Viva, Povo de Deus em comunhão*, bem como a indicação do Documento 85 (2007): “Organizar uma articulação mais ampla – Setor Juventude - que envolva todas as forças que trabalham com os jovens” (CNBB, Doc 85, 2007, 186). Segundo Silva (2009), ao tratar da Articulação da Pastoral da Juventude, ele ressalta que “em alguns lugares foi organizado o Setor Juventude, na tentativa de ter uma caminhada com as demais PJ’s e alguns movimentos que trabalham com os jovens” (SILVA, 2009, p.23).

Ao invés de um Setor, espaço de trocas entre os trabalhos de juventude, a Arquidiocese cria um secretariado, com ações, composição, critérios de participação, coordenação e equipes de trabalho (formação, comunicação e eventos). A abertura aos movimentos e a tentativa de organizar sua ação junto à igreja local, evidencia-se nos Planos Pastorais da Arquidiocese de Belo Horizonte, primeiro na criação do CAMENC, na II APD, a partir de 2003 e na posterior organização do Secretariado, em 2009, que reserva vaga para o CAMENC, abrindo possibilidades de mais vagas “segundo o número de Associações, Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades que desenvolvam trabalhos significativos com os jovens” (ARQUIDIOCESE, 2009, p.10). Apesar destes movimentos não se organizarem junto à Igreja local, mas com organogramas próprios, tanto a CNBB, quanto a Arquidiocese tentam a aproximação com eles, numa tentativa até mesmo de institucionalizá-los, já que são expressões que abarcam grande número de jovens em seus encontros. O risco da criação de um secretariado executivo e não um setor de partilha de trabalhos é que ele pode,

ao invés de reunir as forças de juventude existentes, unificar um modo da juventude ser igreja na arquidiocese.

Paralelamente a Pastoral da Juventude na Arquidiocese que teve sua coordenação arquidiocesana destituída na década de 80 pelo Arcebispo Dom Serafim permanece atuante em grupos, sobretudo na Região Episcopal Nossa Senhora Aparecida, com algumas articulações e coordenações em foranias e regiões. Belo Horizonte também contava na época com o Centro Marista de Juventude (CMJ), que tinha ações voltadas para a formação dos grupos de jovens presentes na Arquidiocese, através da Congregação dos Irmãos Maristas, que também organizavam a Peregrinação Mariana à Serra da Piedade.

Além do CMJ, o Instituto de Pastoral da Juventude (IPJ) oferecia formações para jovens de dioceses do Regional Leste 2 da CNBB (Minas Gerais e Espírito Santo) com sede em Belo Horizonte. Além do Centro e do Instituto, algumas congregações religiosas realizavam atividades de formação com metodologia de Pastoral da Juventude, colaborando para a manutenção da Pastoral da Juventude na Arquidiocese (Ata de reunião da PJBH, 2016).

Ainda no ano de 2009, o Encontro Regional da Pastoral da Juventude do Leste 2 ocorreu em Betim e lideranças dos grupos presentes no encontro iniciaram uma discussão sobre articular a Pastoral da Juventude novamente na Arquidiocese. Convocou-se uma reunião para o dia 13 de junho de 2009, para a partilha de experiências e elaboração de um projeto de articulação. O projeto consistia em um mapeamento das lideranças jovens a partir do segundo semestre de 2009 e um processo formativo para lideranças no próximo triênio, com o fim de constituir uma coordenação para a Arquidiocese. A reunião contou com a presença de lideranças de jovens e de assessores (PASTORAL DA JUVENTUDE, Projeto Teias Jovens, 2011).

Ao ler a ata do Encontro da PJ, organizado em 2017, o processo de articulação envolveu jovens homens e mulheres, porém, naquele momento, isso não ocorreu de maneira refletida, e sim, por serem as pessoas disponíveis para o processo, o que por um lado, oferece possibilidades para a atuação das mulheres e, por outro, pode ocorrer de, através de processos de não visibilizar sua importância ou de silenciar seus questionamentos e reflexões, ainda que não propositalmente, pode afastar as mulheres destes espaços. Ou ainda, ao não perceber as

particularidades que o 'ser mulher' nestes espaços inclui, pode não considerar as peculiaridades desta participação.

Como parte do projeto de articulação, em 2010 ocorrem oficinas apoiadas pelo CMJ e IPJ e na Arquidiocese pelo Vicariato para a Ação Pastoral. A partir do material *Na Trilha dos Grupos de Jovens*, publicado pelos Centros Brasileiros de Juventude, e partindo de uma experiência realizada em Betim, foram oferecidas oficinas simultâneas regionalizadas para conseguir atingir mais jovens. Foram formados 250 jovens das paróquias. (Ibid.) Novamente, este processo contou com a organização e participação de homens e mulheres, porém alguns homens a mais do que mulheres, jovens e adultos, mas sem a reflexão necessária sobre as peculiaridades da participação e os papéis das mulheres nestes espaços. É possível ainda que as mulheres estivessem em papéis secundários neste período, mas não é possível mensurar tal situação com o material disponível. (PASTORAL DA JUVENTUDE, Projeto Teias Jovens, 2011).

No ano seguinte, seguindo a programação feita pelo projeto de articulação, foi realizado um processo denominado *Formação de Lideranças*, que contou com a presença de 26 jovens da Arquidiocese, contando com o apoio do IPJ e CMJ e realizado na já extinta Escola Social Marista em Contagem. Além disso, em preparação ao *Dia Nacional da Juventude*, que já ocorria em Belo Horizonte, organizado pela Arquidiocese através do Setor Juventude, o grupo da articulação promoveu um encontro chamado *PJ no Horizonte de DNJ*. (Ibid.)

A proposta era que esses jovens fossem acompanhados para dar continuidade ao processo de articulação e organização da coordenação da Arquidiocese. Para este acompanhamento entre os módulos do processo de formação de lideranças, foram elencados nomes, e dentre eles, praticamente o mesmo número de homens e mulheres, porém vale ressaltar que entre as mulheres, havia mais religiosas do que leigas, o que não acontece da mesma forma com os homens. É possível que haja menos mulheres disponíveis para assumir funções fora do cotidiano de suas casas devido à sua função reprodutiva na divisão sexual do trabalho, de cuidar do ambiente privado. A menor disponibilidade de assumir funções de coordenação ou de assessoria e acompanhamento de jovens, projetos e grupos também pode influir em uma participação menor de jovens mulheres, por não se perceberem representadas e não ter muitos modelos em que se espelhar nos processos de encantamento que ocorrem nas atividades pastorais.

Alguns jovens da Arquidiocese de Belo Horizonte, também participam do *Encontro Nacional da Pastoral da Juventude* em Maringá, PR, financiados pelos Centros e Institutos, que junto de congregações religiosas não deixaram que os processos de pastoral na Arquidiocese se extinguissem. Porém não houve adesão de jovens e alguns religiosos tiveram que deixar Belo Horizonte pelos compromissos congregacionais, assim não se consolidou uma equipe para assumir a coordenação dos processos na Arquidiocese. (Ibid.) Nesta época, a equipe de assessoria disponível para acompanhar a articulação, que tinha mais mulheres do que homens, era composta só por homens, o que dificulta a interlocução com as jovens mulheres a partir de suas vivências peculiares nestes espaços. Possivelmente suas dificuldades, angústias e experiências não eram percebidas ou valorizadas, mas novamente não é possível mensurar tal situação através das fontes consultadas.

A interlocução da articulação da Pastoral da Juventude da arquidiocese com a Pastoral da Juventude Nacional fez com que a *Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio de Jovens* chegasse à Igreja Local e ao fim de 2011, algumas jovens lideranças escrevem um projeto para arrecadar recursos para a realização de Seminários formativos e o lançamento da Campanha em Belo Horizonte e Região Metropolitana (PASTORAL DA JUVENTUDE, Projeto Teias Jovens, 2011).

O projeto financeiro foi aprovado e a partir de novembro de 2011 inicia-se o processo de divulgação e mobilização para 3 pré-seminários de formação sobre a Campanha nas cidades com maior índice de violência da Arquidiocese: Betim, Contagem e Ribeirão das Neves, e um seminário Arquidiocesano. Naquele momento, o grupo de articulação da Pastoral da Juventude tem a saída de membros religiosos devido às outras demandas de sua congregação, mas principalmente de mulheres, estando à frente deste processo apenas homens. As atividades do projeto aprovado ocorreram no primeiro semestre de 2012 e participaram do processo cerca de 300 jovens e adultos. Ao final do processo, foi publicado um subsídio de formação para grupos de jovens. (Ibid.)

Foi previsto ainda um processo de continuidade do tema e formação em grupos de jovens e o processo contou novamente com o apoio do CMJ e IPJ. Este processo favoreceu que a articulação continuasse se reunindo e realizasse ao final do projeto um Encontro Arquidiocesano da Pastoral da Juventude em Belo Horizonte. O projeto por ter temática de cunho social e político possibilitou uma

visibilidade da Pastoral tanto interna quanto externamente da Igreja, tendo a participação de vários públicos como de universidades, movimentos sociais, obras sociais e agentes de segurança pública (PASTORAL DA JUVENTUDE, Projeto Celebração 40 anos da PJ no Brasil, 2013). Ao final deste processo, temos novamente a presença de mais mulheres do que homens para auxiliar nas atividades de continuidade sendo em sua maioria leigas.

A Pastoral, bem como o Centro Marista de Juventude e o Instituto de Pastoral da Juventude, já tinham desde 2009, uma vaga cada para compor o Secretariado Arquidiocesano da Juventude e sempre contribuiu com as propostas Arquidiocesanas de formação, eventos como o DNJ, a Jornada Arquidiocesana da Juventude e a Peregrinação da Juventude à Serra da Piedade, que no ano que completou 10 anos (ano de 2005), foi assumido pela Arquidiocese como atividade do Secretariado Arquidiocesano de Juventude (ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2009).

No ano de 2013, quando o Brasil recebera a Jornada Mundial da juventude, a Pastoral da Juventude foi convidada a realizar um processo de formação em preparação para a Semana Missionária e fica responsável pela realização de algumas atividades. A Arquidiocese receberia cerca de 30 mil estrangeiros para a participação da Semana Missionária que posteriormente iriam para o Rio de Janeiro para a Jornada Mundial da Juventude (PASTORAL DA JUVENTUDE, Projeto Celebração 40 anos da PJ no Brasil, 2013).

Com este caminho já consolidado e reconhecido, o grupo de articulação da Pastoral da Juventude, em interlocução com o Arcebispo Dom Walmor e o Bispo Referencial pela Juventude Dom João Justino, participa de um processo de candidatura para acolher a *Ampliada Nacional da Pastoral da Juventude*, no ano em que seriam celebrados ainda os 40 anos da PJ no Brasil. A candidatura da arquidiocese é acolhida pela PJ Nacional e a cidade de Ribeirão das Neves recebe as atividades em preparação para a Assembleia, as reuniões da articulação da PJBH junto à Coordenação Nacional da Pastoral da Juventude, o *Encontro Regional da Pastoral da Juventude de Minas e Espírito Santo*, em Belo Horizonte acontece o *Encontro Arquidiocesano da PJ*. (Ibid.) Este encontro contou com a participação de mais de 200 pessoas, em sua maioria jovens, e a presença de homens e mulheres foi bem próxima, evidenciando que nos espaços possibilitados de formação e partilha, estão em número equitativo, mas não nos espaços de coordenação. Este

encontro contou com oficinas, com os temas dos projetos nacionais da Pastoral da Juventude, e entre elas, ocorreu uma oficina do projeto “tecendo relações”. Enquanto ementa, a oficina ofereceu “formação nas Relações Humanas Interpessoais” e, como objetivo específico a proposta era a de “colaborar na construção da identidade de jovens que desejam aprofundar as temáticas de sexualidade, afetividade, diversidade e corporeidade” (PASTORAL DA JUVENTUDE, Relatório Encontro Arquidiocesano da PJ, 2013, p.3). Pode-se perceber que, através de uma influência da PJ nacional, a Arquidiocese de Belo Horizonte, inicia um processo de reflexão, de modo mais institucionalizado e organizado no que se refere às relações humanas e abre possibilidades para a discussão das relações de gênero. Ainda assim, é apenas um primeiro passo num processo de compreender e modificar as relações de gênero para promoção da equidade.

Como abertura da *Ampliada Nacional da Pastoral da Juventude*, aconteceu em janeiro uma celebração na praça da Assembleia Legislativa de Belo Horizonte que reuniu jovens de todo o Brasil e de diversas gerações que fizeram parte da PJ na Arquidiocese, Regional e Nacionalmente. A *Ampliada Nacional da Pastoral da Juventude* aconteceu em janeiro, no *Recanto Marista – REMAR*, em Ribeirão das Neves. (Ibid.)

Após um período de mega eventos, as lideranças dispersaram-se e evidenciaram o desafio de apresentar a proposta da PJ às novas gerações, numa pluralidade de expressões de juventude com diferentes propostas e formas de vivenciar a espiritualidade. Muitos grupos de jovens formam-se durante o processo de organização para a ida à *Jornada Mundial da Juventude* e se mantêm encontrando.

Danièle Hervieu-Léger (2015), ao analisar a religião em movimento, apresenta a imagem do peregrino como característica dessa modernidade religiosa, que apesar de ser uma imagem própria da tradição cristã, já que a prática de peregrinação aparece há muito tempo no cristianismo. Aponta como exemplo os jovens peregrinos da *Jornada Mundial da Juventude* e os jovens que participam do Movimento Mundial de *Taizé*.

A autora afirma que o peregrino é aquele com uma prática pessoal e voluntária, com baixo grau de controle institucional, em que as experiências são de maior intensidade, em detrimento de práticas cotidianas do perfil que ela aponta

como praticante, que é aquele que participa ordinariamente das atividades eclesiais. Dessa forma, as instituições acabam por tentar ajustar suas práticas à forma de sociabilidade peregrina. Essa modulação pode ser percebida na história da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Belo Horizonte, que apesar de ter apresentado propostas de processos de trabalho sem adesão, não consolidaram uma coordenação como proposta para 2012, mantendo-se ativa através de atividades “evento”, que conseguiam reunir muitos jovens, mas não consolidar processos organizativos.

Conforme aborda Hilário Dick, “a única forma de construir protagonismo, empoderamento e autonomia é por meio da organização. [...] por isso, é muito importante quando se fala de pastoral, especialmente da Pastoral da Juventude, pois possibilita o protagonismo do jovem” (DICK, 2013, p.27), por isso, a Pastoral na arquidiocese continua seu processo de articulação na tentativa de se organizar e realiza uma reunião em 2014, apresentando jovens e assessores que querem contribuir com o processo voluntariamente e os convida a participar de uma reunião aberta em julho de 2014.

Nesta época, fruto dos processos do *Seminário da Campanha Contra a Violência e Extermínio de Jovens*, a Pastoral da Juventude está próxima também do *Vicariato Episcopal para a Ação Social e Política* e colabora com diversas atividades promovidas ou articuladas junto a ele (Grito dos excluídos, Missa dos Trabalhadores, Circuitos Socioculturais, Aberturas das Campanhas da Fraternidade, entre outros).

Foi elaborado por este grupo de voluntários um projeto que tinha como tripé a organização dos grupos de jovens, a formação e a participação social. A organização seria feita através de mapeamento de jovens de grupos de PJ já conhecidos e contato com coordenadores dos grupos de base que não se identificavam com as identidades organizadas na arquidiocese, para apresentar a proposta da pastoral, visitas às paróquias, encontros formativos e encontros deliberativos para a consolidação de uma coordenação arquidiocesana com representatividade nas regiões episcopais. A formação através de processos formativos abertos aos jovens nas regiões e um Encontro Arquidiocesano para partilhas de experiências e a participação social, através de inserção nos *Conselhos Municipais de Juventude*, manter e aprofundar a aproximação com o VEASP e colaborar com as pastorais sociais. A proposta é que as ações fossem

implementadas em até dois anos. Ao final desse processo, avaliou-se pertinente a realização de uma Assembleia Arquidiocesana que elegeria uma coordenação por um ano para continuidade das ações.

A *Assembleia Arquidiocesana da Pastoral da Juventude*, contou com um material formativo para grupos de jovens, elaborado por jovens e assessores voluntários e esteve em sintonia com a *V Assembleia do Povo de Deus*. Foram convocados para a participação da Assembleia dois representantes de cada grupo de jovens existentes nas paróquias que desejassem caminhar junto à PJ. A Assembleia aconteceu em setembro de 2016 e elegeu sua primeira coordenação depois de quase 20 anos. Destaque importante faz-se para a seguinte orientação no subsídio de preparação para a Assembleia:

é importante se atentar para a participação das mulheres sobretudo nos espaços de decisão e representação. As mulheres têm muito a contribuir e muitas vezes suas vozes ou presenças são silenciadas e apagadas por nós mesmos/as. Que se leve em consideração a paridade entre mulheres e homens quando o grupo for escolher as pessoas que terão a capacidade de representar o grupo na Assembleia Arquidiocesana da Pastoral da Juventude (PASTORAL DA JUVENTUDE, 2016, p.9).

A reflexão da participação das mulheres aparece como uma orientação para os grupos, no mesmo ano em que a V APD reflete, ainda que não tenha se efetivado enquanto Diretriz, o incentivo à participação das mulheres. Ainda três anos depois do Papa Francisco afirmar a importância dessa reparação histórica em sua Exortação *Evangelii Gaudium*.

Em 2017, a PJ inicia o ano com um encontro com o objetivo de reunir referências da PJ na Arquidiocese para preparação do ano de 2017 e teve como proposta a realização de *Encontros Arquidiocesanos de Formação*, um 'Encontrão' dos grupos de Jovens da PJBH e a Assembleia da PJ, assumidas como ações na Assembleia de 2016. De acordo com a lista de presença, participaram deste encontro 51 pessoas, sendo 27 mulheres e 21 homens. O planejamento apontou Grupos de Trabalhos (GTs) para o ano sendo um GT para as formações, um GT para o encontrão, um GT para a Assembleia e um GT para finanças. Cada GT tinha participação de jovens e um/a jovem de referência para articular as atividades em andamento.

Em outubro de 2017 ocorreu nova *Assembleia Arquidiocesana da Pastoral da Juventude*, o processo preparatório contou com iluminação bíblica da vida de Maria,

uma jovem mulher, que deu seu 'sim' ao conceber Jesus. A Assembleia definiu um tempo de dois anos de coordenação, com uma avaliação ao final de cada ano. O processo definiu ainda uma assembleia composta por 4 pessoas, observando a possibilidade da paridade de gênero e mais um representante por região episcopal, que seria escolhido através das regiões em processo posterior à Assembleia. Foi ainda escolhida Assessoria para acompanhamento da Coordenação e que pós-assembleia poderiam ser convidadas outras pessoas para compor uma equipe, foram definidas como atividades anuais um encontro que articule a dimensão espiritual e a arte (PJ ARTES), um Encontro Arquidiocesano, processo de formação continuada para jovens, formação para assessores, processos de intercâmbios e trocas de experiências com outras dioceses com PJ articulada (Ata da Assembleia Arquidiocesana da Pastoral da Juventude, 2017).

O ano de 2019 contou com mais uma Assembleia Arquidiocesana e, em consonância com a Pastoral da Juventude Nacional, trabalhou a campanha de enfrentamento aos Ciclos de Violência Conta a Mulher. O tema da Assembleia *Na ciranda da vida, na luta popular, e pela vida das companheiras* evidencia a abertura para as discussões dos papéis de gênero, que se verifica ao longo dos encontros do subsídio de preparação lançado pela pastoral. Já na apresentação, o tema abordado é apresentado como momento de rever atitudes e formas de agir, coloca no grupo de jovens o papel de realizar este debate, para “propor ações que empoderem as nossas mulheres para que possam reconhecer e superar a violência em seu cotidiano” (PASTORAL DA JUVENTUDE, 2019, p.5). O subsídio ainda propõe solidariedade às mulheres que sofrem violências diversas (físicas, psicológicas, simbólicas e morais) e propõe uma iniciativa de 'sororidade', termo utilizado pra substituir fraternidade, que tem caráter masculinizante, significa apoio, solidariedade, empatia, entre mulheres. Ainda incentiva a denúncia para a superação da violência.

A apresentação do subsídio aponta ainda que:

o machismo é algo construído dentro de cada um de nós e que não adianta apenas empoderarmos as mulheres, mas que a luta vai muito mais além é preciso trazer os garotos para debater também a figura de masculinidade que lhes é ensinada a todo momento. (PASTORAL DA JUVENTUDE, 2019, p.5)

Dividido em três partes, o subsídio propõe um encontro para discutir a construção da masculinidade e tem como tema “um papo sobre masculinidade”, refletindo sobre o

papel dos homens para o debate de gênero, através do modo como a masculinidade é construída e como essa construção associa-se à violência.

O segundo encontro reflete a partir do relato bíblico de Rute, busca o que a PJBH pode fazer para encontrar a felicidade plena para as mulheres, como Rute e Noemi fizeram ao lutar por seus direitos. Além disso, apresenta a Lei Maria da Penha, considerada pela ONU, uma das três melhores legislações do mundo ao tratar o enfrentamento à violência doméstica. O material apresenta ainda os possíveis tipos de violência contra a mulher no intuito de facilitar sua percepção e o combate no cotidiano.

O terceiro e último encontro é um Ofício Divino da Juventude com motivação “pela vida das companheiras”. Durante o momento celebrativo, é proposta a leitura de um texto de duas jovens autoras que fazem parte da Pastoral da Juventude de Sorocaba intitulado “Superação da violência: enfrentamento aos ciclos de violência contra a mulher”.

É possível perceber que nos três últimos anos, a Pastoral da Juventude internalizou de diversas formas as referências apresentadas pelo Papa Francisco, da Pastoral da Juventude Nacional, das reflexões Arquidiocesanas da V APD, sobre a inserção das mulheres e a desconstrução do machismo, aprofundando ainda mais o tema que foi debatido ao longo de todo um processo de Assembleia. A PJ da arquidiocese tem demonstrado trabalhar a temática do enfrentamento dos ciclos de violência contra a mulher e se propõe a refletir sobre o machismo e sobre a importância de efetivar processos equitativos de participação entre os gêneros. Além disso, seus materiais cuidam para que a linguagem não seja excludente e contemple aos dois gêneros.

CONCLUSÃO

Este trabalho pretendeu perceber como a Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Belo Horizonte (PJBH) tem apreendido a importância dos processos de visibilidade e participação das mulheres nos espaços de decisão, como se pode auxiliar em processos de empoderamento e de desconstrução da subalternidade feminina. Essa visão é defendida pela Pastoral da Juventude Nacional: propõe “reavivar no homem e na mulher, a liberdade e igualdade, em dignidade e direitos, tendo por base os valores do Evangelho” e “a entender as relações de gênero (SILVA; VIEIRA; SILVA, 2012, p.42)”.

Porém, a Igreja Católica é perpassada pelos dilemas da sociedade e através de seu episcopado posiciona-se diante deles. Assim, as pastorais podem ser perpassadas também por esses dilemas e assumir ou questionar os posicionamentos do episcopado.

Em princípio, tratando do tema da juventude, foi possível perceber diversas concepções que somadas ou utilizadas ora uma, ora outra, formam o ideário que se tem dos jovens. O momento de vida da juventude é único e ele é a expectativa de um desejo de futuro, como sempre é colocado aos jovens: de serem o futuro da sociedade. Entretanto, a diversidade de contextos nos quais se encontram os jovens faz com que esta parcela da sociedade seja também diversa, diferente de um ideário comum que se tem na sociedade, tratando-se assim de juventudes, no plural.

Na pesquisa, defendeu-se que juventude não é um estado de espírito, que qualquer um pode alcançar. Os jovens são sujeitos de sua própria história e, apesar de serem importantes sim para o futuro, suas vivências e experiências precisam ser valorizadas e reconhecidas como experiências singulares no presente, pois se trata de um importante período de formação e consolidação de bases em sua vida. O jovem está, numa comparação com o plantio, como que numa entressafra, aguardando algo que está para nascer, que de alguma forma vai nascer também a partir dele, mas tem também algo já velho, que passou ou está passando, que ainda não morreu e está ali presente junto dele.

É ainda importante mencionar que os problemas da sociedade que, de forma geral, são atribuídas aos jovens, na realidade são reflexos da sociedade como um todo, que podem ser percebidas primeiramente nos jovens, como uma lupa que amplia e intensifica determinada parcela: os jovens ampliam e intensificam as

grandes questões da sociedade. Aos jovens são atribuídos extremos: a ousadia, a rebeldia, o problema, o progresso, o novo, o risco, o prazer, a liberdade, a irresponsabilidade, o exótico e a novidade.

Identificou-se, quanto à religião, o modo como os jovens posicionam-se diante do religioso pode ser dividido em três grupos. Os de posição fundamentalista, até de fanatismo, que muitas vezes assumem posições políticas conservadoras e até reacionárias. Estes se organizam em movimentos que dividem a vida social em sagrada ou profana numa postura de proteger os jovens “do mundo”, considerado profano, numa perspectiva exclusivista de religião na qual só a Igreja, representando Deus, pode salvar. Realizam movimentos de massa e têm grande foco na afetividade. Os grandes encontros promovidos dão sensação de grandiosidade aos participantes e grande é a presença de boa parte da mídia católica para reforçar os seus movimentos. Seus encontros têm um ápice numa espécie de catarse emocional, que faz com que esses jovens pós-encontros sintam-se aliviados, porém necessitados sempre de novos encontros, pois não necessariamente aprofundam seus problemas que tornam a aparecer.

Um segundo grupo é daqueles jovens que entram em crises religiosas ao confrontar fé e ciência, especialmente quando entram em espaços universitários e não têm sua fé devidamente fundamentada e amadurecida. Eles têm origens em ambientes familiares religiosos e não conseguem dar sentido à sua fé neste novo ambiente sem conseguir distinguir que esses espaços têm bases muito distintas. Por vezes, não abandonam a fé, mas se distanciam das práticas religiosas e até da instituição. Também vivenciam experiências afetivo-sexuais que os leva a não compreensão das exigências de renúncia, nesse âmbito que a religião lhes pede, o que os leva à repulsa, ao ceticismo ou à indiferença diante da religião.

Um terceiro grupo é o daqueles que trabalham junto às comunidades, exercendo diversos serviços junto a outros jovens. Eles exercem sua fé através da atuação e para eles é necessário formação tanto de cunho espiritual, quanto de cunho sócio-político e intelectual. Dentre os trabalhos de juventude no âmbito eclesial, pode-se encontrar diversas propostas e metodologias. A escolhida para análise, que faz parte deste terceiro grupo, foi a Pastoral da Juventude.

Com quase 50 anos de articulações nacionais com presença na Arquidiocese de Belo Horizonte, que remonta a aproximadamente 40 anos. A PJBH, além de assimilar as proposições da PJ Nacional, sempre buscou confrontar essas

proposições com sua realidade próxima e os processos da Igreja Local, dos Documentos da Igreja do Brasil e da realidade sócio-histórica em que está inserida. Ela ainda é perpassada por posicionamentos do episcopado Latino Americano e do próprio Papa.

Nesse quadro, o trabalho de pesquisa pretendeu perceber como as variáveis de gênero e de juventude aparecem nos processos pastorais locais. A juventude é protagonista na Arquidiocese? E as jovens mulheres? Proporcionou também uma possível leitura de como as relações de gênero dão-se nestes âmbitos em relação à valorização da mulher e seu papel na Igreja e na sociedade.

Em princípio, através de elaboração do referencial teórico e concepções de gênero e de juventude, foi possível perceber como o lugar da mulher na sociedade e, conseqüentemente na Igreja, é de certa maneira pré-determinado. Partindo de uma lógica econômica da divisão sexual do trabalho, delega às mulheres o lugar do cuidado com o trabalho reprodutivo, que, para além de sua função biológica de reprodução da espécie, tem na gestação e cuidados com a prole, um papel quase que exclusivamente da mulher. Isso repercute como algo que é natural na vida das mulheres e que elas têm por essência manter-se nesse ciclo.

Para as mulheres são determinados todo tipo de trabalho que envolve o cuidado e o que se refere ao doméstico. Tudo que se assemelha a tais fatores acaba sendo “trabalho de mulher”, que muitas vezes não é valorizado ou contabilizado. Tomamos como exemplo as mulheres que, mesmo ao alcançar o mercado de trabalho, antes não acessível a elas, mantém-se como responsáveis pela maior parte do cuidado com os filhos e outros parentes próximos, com os enfermos e com as tarefas domésticas.

O mercado de trabalho mesmo determina funções específicas para mulheres e, quando acessam aquelas que não são determinadas a elas há uma desigualdade salarial. Há empresas ainda que não contratam mulheres, pois entendem que, por elas potencialmente terem filhos, não poderão se dedicar exclusivamente à carreira. Situação semelhante dá-se na dedicação da mulher aos estudos e/ou vida acadêmica, quando a mulher consegue alcançar esses espaços. Por suas atribuições domésticas e de trabalho muitas vezes não podem se dedicar de modo mais exclusivo à sua formação. Claro que exceções existem, mas em sua maioria as mulheres quando estudam e se colocam no mercado de trabalho estão em sua maioria nos cursos e empregos relativos ao cuidado.

Quanto às mulheres jovens, desde a infância sua educação é perpassada pelos estereótipos de gênero, a partir das brincadeiras ditas femininas e do que se espera que elas respondam. São elas que têm que dar conta da limpeza e organização da casa e, ao mesmo tempo, há uma preocupação de que encontrem “um bom marido”. Para tal, precisam cuidar da aparência, sendo este um apelo às adolescentes e jovens que ganham itens como maquiagens ou outros itens referentes à beleza.

Por outro lado, enquanto os jovens homens têm sua sexualidade incentivada, para as mulheres fica o lugar do recato e da pureza. Sua sexualidade é vigiada, apesar de os esforços para que ela se case e tenha filhos seja algo desejado e cobrado pela sociedade. Somada à cobrança dos estudos, que geralmente são direcionados para uma vida profissional também voltada aos cuidados, quando essa jovem tem irmãos, principalmente os mais novos, é também esperado que ela auxilie a mãe nos cuidados com eles, para além dos cuidados com a casa.

Assim, todo o processo de incentivo às jovens mulheres é centrado em reprodução da espécie através do casamento e dos filhos e aos cuidados que essa reprodução pede, cuidados com beleza, cuidados com o parentesco, profissões do cuidado, repetindo a lógica do trabalho reprodutivo. Se essa jovem tem a possibilidade de, num processo de transição para a vida adulta, sair da casa dos pais, tal movimento só é socialmente aceito e legitimado em ocasião de estudos ou de trabalho. Quando uma jovem mulher sai da casa dos pais sem ter se casado, numa aspiração de liberdade, tal decisão é socialmente questionada e não legitimada, como se fosse um erro.

É possível perceber aí uma dominação masculina, que vai repercutir em vários momentos da vida da mulher, mas que se intensifica em sua juventude, já que é o período em que se inicia a puberdade e a possibilidade de ter filhos. Período em que terminam também os estudos básicos no Brasil e se busca formação profissional ou trabalho. Toda a linha de vida da mulher é traçada socialmente para que se siga a lógica da dominação masculina, baseada num sistema sexo/gênero, pois as mulheres pertencem aos pais e em seguida aos maridos, essa lógica é esperada socialmente das mulheres, vista como natural, quando na verdade é dada através dos processos histórico-sociais.

No âmbito religioso, encontramos essa reprodução de outros modos, quanto às mulheres são solicitados serviços como: ornamentação, limpeza e organização

de espaços, além dos trabalhos culinários, todos são trabalhos no âmbito do cuidado. Há congregações religiosas dedicadas ao cuidado com a vida do episcopado, rouparias e sacristias. No laicato, percebe-se que há grande participação das mulheres, pois é o único lugar em que elas conseguem participação, quando não nas congregações, através das ações pastorais e obras sociais.

No entanto, uma mulher pode ter sua voz silenciada nesses espaços por simplesmente ser mulher, já que o domínio dos espaços públicos é dado aos homens, também por ser jovem, já que na maioria das vezes não se considera as experiências dos jovens no presente, eles são sempre aqueles que estão em aprendizagem e não têm suas opiniões levadas em consideração, sendo silenciados. Logo, uma jovem, mulher e leiga, nos espaços eclesiais, é perpassada pela subalternidade de modo triplo: nos espaços de debates, nas construções político-pastorais e na participação social, já que estes são espaços considerados públicos.

Algo que precisa ser levado em consideração na atualidade são as diversidades de configurações familiares e a Igreja ainda tem como modelo a configuração de marido, esposa e filhos, já que não reconhece o divórcio e as “mães solo” não são o modelo de família dita “estruturada”. Cresce o número de divórcios, de filhos que não têm a paternidade reconhecida, tendo mães solo, e outras configurações como casamentos entre pessoas que já têm filhos, recasamentos e uniões homoafetivas. As configurações familiares são cada vez mais complexas e o ideário de família estruturada tradicional perde cada vez mais força na sociedade.

A Igreja precisa rever suas posições no que se refere às mulheres, pois elas são perpassadas por posicionamentos machistas, que não correspondem ao atual momento social. Para muitas mulheres, a relação com a Igreja acaba se desgastando devido à visão ultrapassada sobre seu papel e suas possibilidades. Muitas podem acabar por se afastar e a Igreja sem as mulheres tem muito a perder.

Ao analisar alguns documentos pastorais que são destinados a todo o povo de Deus e não só à hierarquia. A pesquisa analisou que há uma abertura para a juventude, mas com ressalvas. Fato que ainda não é tão relevante em relação às mulheres. O Concílio Vaticano II possibilitou a participação de mulheres apenas com direito à voz e, ainda assim, as poucas mulheres convocadas não tinham acesso a alguns espaços junto aos homens e à hierarquia da Igreja.

No documento *Gaudium et Spes*, encontra-se a lógica da mulher enquanto responsável pelo trabalho reprodutivo. Apesar de alguns avanços para a época no que se refere à constituição familiar e à reprodução, ainda coloca as mulheres no lugar de mães, esposas e filhas. Reconhece as mazelas que atingem principalmente as mulheres, como a exploração sexual e a violência doméstica, mas continua a reproduzir uma lógica de dominação masculina, desde a linguagem do documento, que exclui as mulheres em termos generalizantes, tratando como “homens” a espécie humana. Ainda que na sociedade houvesse abertura à época para a não obrigatoriedade do matrimônio e maternidade, o Concílio não consegue avançar nesse ponto e solicita mais tempo de reflexão sobre o tema.

Já referente aos jovens, através das Conferências Episcopais em Medellín e Puebla, a Igreja latino-americana assume uma “opção preferencial pelos jovens” (DP, 1979), mas sua visão de juventude ainda é do jovem como promessa para um futuro e renovação da Igreja. Ainda é atrelada à necessidade de vocações para a Igreja e a vida religiosa, não como um sujeito. Mostra ainda uma visão negativa, do jovem como irresponsável e causa de problemas e leviandade, numa postura de que ele é importante dentro de um padrão a ser seguido e que é estabelecido pela igreja. Há um modo específico de ser jovem aceito. Mas é importante considerar que, apesar disso tudo, para o momento em que se vivia, possibilitou frutos futuros, como aparecerá no continente latino-americano.

Vimos que a América Latina, em suas Conferências de Medellín, Puebla, Aparecida e Santo Domingo, reafirma e até define uma opção preferencial pelos jovens (DP, 1979), mas ainda permanece uma visão negativa, de tutela, de alguém em formação e não vê a totalidade do jovem. A Conferência de Puebla dedica todo um capítulo para tratar dessa opção. Ainda que para aqueles que trabalham com jovens, o documento não expressou a reflexão do protagonismo juvenil, a opção pelos jovens possibilitou aflorar trabalhos com a juventude e a abertura da Igreja a esse público realmente aconteceu.

Mesmo passados mais de 50 anos da abertura propiciada pelo Concílio, a Igreja ainda mantém a visão da mulher como responsável pelo trabalho reprodutivo. Porém, é possível perceber aberturas com o Papado de Francisco. O pontífice reconhece que há algo a ser reparado na história das mulheres na Igreja, mas ainda determina que o sacerdócio é destinado apenas aos homens. Diz que o sacerdócio

é um serviço, mas se para as mulheres são delegados os lugares do serviço, há serviços que ainda não são acessíveis a elas.

Em seus documentos pastorais, o papa possibilita uma leitura diversa das composições familiares, ainda que a Igreja só reconheça um modelo. Trata de temas difíceis que atinge as mulheres como a exploração, o feminicídio e até considera algumas posições feministas. Por fim, ainda que não houvesse consensos possíveis, como da ordenação feminina, como se lê na Exortação Apostólica *Querida Amazônia*, Francisco abre uma chave de leitura inédita nesse documento. Ele não editou o documento final, mas pede que seja lido e conhecido: “não pretendo substituí-lo nem repeti-lo”. Fala de uma recepção “criativa e frutuosa de todo o caminho sinodal”. Ainda pede que ele seja lido integralmente. O Sínodo diz que “é urgente que se promovam e se confirmem ministérios para homens e mulheres de maneira equitativa para a Igreja na Amazônia” (SÍNODO DA AMAZÓNIA, n. 95) e trata do diaconato permanente para as mulheres, em discussão numa Comissão Pontifícia.

Já o jovem parece ter lugar especial nas palavras do Pontífice, que sempre menciona os jovens e os idosos em seus documentos. Francisco reconhece a dificuldade e o desafio de trabalho com os jovens, mas não se fecha às possibilidades. Ainda apresenta uma visão de que o jovem é alguém que precisa ser formado, orientado e conduzido, mas realizou um processo profundo de escuta desse público, promovendo para os jovens um sínodo próprio, não obstante estivesse mais voltado ao discernimento vocacional, já que as perdas de jovens atualmente na Igreja são muitas e cresce o número dos sem-religião. Tal visibilidade e reconhecimento favorecem aqueles que já realizam trabalhos com jovens, como é o caso da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Além dos documentos mencionados, a pesquisa debruçou-se sobre as *Assembleias do Povo de Deus* na Arquidiocese de Belo Horizonte. Podemos perceber como esta igreja local recepcionou o Concílio Vaticano II, realizando um processo amplo e participativo de construção do projeto pastoral, mas em contrapartida, ou contraditoriamente, também foi neste período em que a Pastoral da juventude na Arquidiocese perde forças, porque teve sua coordenação destituída. Assim, não se percebe uma repercussão da opção preferencial pelos jovens com a pastoral organizada. Não se pode negar que havia propostas e que, devido a elas, foi possível manter os trabalhos em nível paroquial, forâneo e de região. A pesquisa

não conseguiu analisar de modo mais profundo as causas dessa contradição. Certamente o contexto conservador na Igreja, que se inicia com o pontificado de João Paulo II (1978), mas que atinge o mundo político, com perseguição e críticas à Teologia da Libertação, ao lado do apoio e crescimento dos movimentos carismáticos, pode ter contribuído para isso.

É somente com a criação do *Secretariado Arquidiocesano de Juventude (2009)*, numa abertura também para as Novas Comunidades e os Movimentos neopentecostais, com o intuito de realização de comunhão na diversidade, que a pastoral volta a ter certa visibilidade na arquidiocese, porém, num movimento de constante articulação e pouca adesão, sem um grupo que coordenasse os trabalhos. A visibilidade da PJBH ganha força com a realização do *Seminário da Campanha Contra a Violência e o Extermínio de Jovens (2012)*, como ação pioneira, com propostas concretas de atuação e articulação de diversos segmentos, episcopais e sociais.

Com a *V Assembleia do povo de Deus (2016)*, as expressões de juventude organizam-se para suas assembleias próprias, o que é acolhido pela Arquidiocese, porém se percebe através da VI APD (2019), que há um desconhecimento dos trabalhos de juventude na Arquidiocese, já que a única ação com juventudes assinalada pelo Instrumento de trabalho é a criação do SAJ, que já estava criado e atuante desde o ano de 2009, para além das ações próprias das organizações de juventude que as compõe. A VI APD também foi a que teve um processo participativo mais fraco, que não envolveu as pessoas na construção e sim na validação de propostas já construídas.

No que tange à participação das jovens mulheres, não há registros anteriores a 2009 da Pastoral da Juventude disponíveis para que se possa avaliar, no entanto, a partir de 2009 não havia reflexão evidente sobre a participação e valorização das mulheres. Ao contrário, fica evidente que há uma não permanência das mulheres nas instâncias arquidiocesanas, fator que precisa ser mais bem avaliado para se compreender os motivos de tal saída.

A partir do ano de 2012, a Pastoral da Juventude Nacional cria um projeto nacional destinado à discussão de afetividade, sexualidade e relações de gênero. Em 2015, promove mesa com tal temática e em 2016 lança uma *Campanha Nacional de Enfrentamento aos Ciclos de Violência Contra a Mulher*.

Paralelamente, na Arquidiocese de Belo Horizonte, em 2016 é lançado o *Projeto Pastoral Proclamar a Palavra* que traz pequenos avanços quanto à reflexão de gênero, desde o instrumento de preparação para a V APD que o elaborou. Também em 2016 se pode perceber uma primeira evidência de como a PJBH assimilou tais avanços da PJ Nacional e dos processos arquidiocesanos. Além de realizar um processo de assembleia inspirado na V APD, depois de anos sem a realização de uma assembleia arquidiocesana, há uma reflexão sobre a importância de não silenciar, não invisibilizar as mulheres e uma tentativa de equidade de gêneros na indicação das paróquias para representação dos jovens, possibilitando assim que as mulheres protagonizassem nos espaços de participação.

Esta reflexão aprofunda-se nos anos seguintes e em 2017 apresenta uma coordenação paritária, tratando de gênero e de serviços 4 jovens, sendo 2 homens e 2 mulheres, assumem serviços de igual importância para a coordenação da pastoral. O tema da assembleia em questão também evidencia uma leitura da valorização da mulher, ao trazer Maria como uma figura jovem e que ousou à sua época por ser mulher, aceitar uma missão de grande importância como a de conceber o filho de Deus.

Por fim, na Assembleia de 2019, pode-se perceber uma proposta de reflexão da temática da *Campanha de Enfrentamento aos Ciclos de Violência Contra a Mulher*, perpassando todo o processo da Assembleia, evidenciando que este é um importante tema a ser tratado na Pastoral da Juventude. O material preparatório para a Assembleia coloca ainda a importância de desconstrução da masculinidade sob o aspecto da violência e do empoderamento das mulheres.

Como é um tema ainda muito recentemente trabalhado pela pastoral, pode-se afirmar que ainda há um caminho a percorrer nos processos de equidade de gênero, porém, há maiores possibilidades que esses processos aconteçam, pois há elementos que confirmam que esta reflexão está presente entre os jovens da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Belo Horizonte.

A pesquisa limita-se a uma análise de documentos da PJ em BH a partir de 2009, não abordando as histórias das mulheres que fizeram parte desta trajetória. Também não reúne documentos do período anterior ao processo de rearticulação e seria importante prosseguir em pesquisas para a reconstituição histórica de como se deu esse processo. Seria importante também, investigar as comunidades, paróquias, centros e institutos, congregações religiosas que auxiliaram na

manutenção dos trabalhos pastorais entre a destituição da coordenação arquidiocesana e o processo de rearticulação para compreender os desafios e possibilidades que houve no período. Além disso, perceber quais os resultados futuros na *Campanha Nacional de Enfrentamentos ao Ciclo de Violência Contra a Mulher* e como este movimento irá repercutir na vida das jovens que hoje fazem parte da Pastoral da Juventude.

Quanto à história das *Assembleias do Povo de Deus*, seria relevante pesquisar como os processos de participação mudaram desde o Projeto Pastoral Construir a Esperança até a VI APD. A construção saiu de um processo plural e participativo, para uma metodologia, apresentada na VI APD, de apresentação de propostas a serem validadas. Através de pessoas que estiveram presentes nestes dois momentos arquidiocesanos pode-se levantar pistas sobre o quanto essas assembleias são realmente “do povo de Deus”, e o quanto as pessoas nas comunidades se interessam em participar e se sentem contempladas e ouvidas na construção dos Planos Pastorais atuais.

Esta pesquisa possibilitou que além da investigação da abordagem de gênero pela PJBH fosse analisada, fossem reunidos materiais que contam a história e assim, é possível pensar na continuidade de retomada histórica e de publicização do movimento realizado, dando visibilidade à história e ao caminho percorrido por ela. Também possibilitou reunir a história de como os processos pastorais na Arquidiocese de Belo Horizonte são pensados, construídos ao longo dos anos. Deixa ainda muitas perguntas e possibilidades de permanência da investigação.

A Pastoral da Juventude na Arquidiocese de Belo Horizonte, longe de ser perfeita, possibilita reflexões e processos de revisão da masculinidade e de empoderamento feminino, auxiliando assim na formação de jovens mais abertos a novas construções das relações de gênero. Este pode ser um dos caminhos para uma maior visibilidade e escuta das mulheres numa história futura e, juntamente a uma abertura do episcopado pode trazer inovações futuras à vida na Igreja. A reflexão do enfrentamento dos ciclos de violência contra a mulher pode possibilitar relações de gênero mais igualitárias e relacionamentos afetivos e conjugais menos violentos, pois, tanto homens quanto mulheres, são convidados a perceber essa violência na construção de suas vidas e pensar novas possibilidades de futuro.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. **Condição juvenil no Brasil contemporâneo**. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P.P. **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-73.
- ABRAMO, H. **O Uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. In: Freitas, M. V. (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo. Ação Educativa, 2005. P.19-39
- ABRAMO, H. & BRANCO, P.P. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo, Instituto da Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Juventude, juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006.
- AGAMBEN, G. O que é o contemporâneo? In: **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009, p. 55-73.
- ALMEIDA, S. **Prefácio – Apresentando Spivak**. In: SPIVAK, G. C. **Pode o Subalterno Falar?** Editora UFMG. Belo Horizonte. 2014.
- ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **5ª APD: Jovens participam de assembleia**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: http://www.arquidiocesebh.org.br/site/noticias.php?id_noticia=13756. Acesso em: 17 mar. 2020.
- ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **5ª Assembleia do Povo de Deus: fiéis são convidados a participar de pesquisa**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: http://www.arquidiocesebh.org.br/site/noticias.php?id_noticia=12387. Acesso em: 17 mar. 2020.
- ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Catálogo de Paróquias**. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.arquidiocesebh.org.br/catalogo/paroquias.php>. Acesso em: 17 jul. 2020.
- ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE, 2012 – **Diretrizes da Ação Evangelizadora da Arquidiocese de Belo Horizonte (DAE-ABH) e Planos de Ação Pastoral 2013-2016**. Belo Horizonte. 2012
- ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Guia IV Assembleia do Povo de Deus. Belo Horizonte**. 2012
- ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Guia V APD: Subsídio para as Assembleias Paroquiais, Forâneas, Arquidiocesana e Regionais**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: http://www.arquidiocesebh.org.br/site/admin/funcoes/imgs_upload/image/Guia_da_VAPD.pdf. Acesso em: 25 jul. 2020.

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Instrumento de Trabalho da VI Assembleia do Povo de Deus**. Belo Horizonte. 2019

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Pré-Relatório da Pesquisa da V APD**. Belo Horizonte. 2016.

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Projeto de Evangelização Igreja Viva, sempre em missão**. Belo Horizonte. 2008.

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Projeto de Evangelização Proclamar a Palavra: Diretrizes da Ação Evangelizadora 2017-2020**. Belo Horizonte, 2016.

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE. **Projeto de Evangelização Proclamar a Palavra: Diretrizes da Ação Evangelizadora 2020-2023**. Belo Horizonte, 2019.

ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE – **Secretariado Arquidiocesano da Juventude (SAJ): Diretrizes**. Belo Horizonte. 2009

ASSEMBLEIA ESPECIAL DO SÍNODO DOS BISPOS PARA A REGIÃO PAN-AMAZÔNICA. **Documento Final – Amazônia: Novos Caminhos Para a Igreja e Para uma Ecologia Integral**. Vaticano, Roma. 2019.

AUGUSTO, M. H. O. **Retomada de um legado intelectual: Marialice Foracchi e a Sociologia da Juventude**. Tempo Social, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 11-33, 2005.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1949.

BERQUÓ, E. **Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica**. em: Lilian Schwarz (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução da CNBB. Editora Canção Nova. 10 ed. São Paulo, 2010.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2005

BOZON, M. **Sexualidade e conjugalidade: A redefinição das relações de gênero na França contemporânea**. *Cadernos Pagu*, 20, 131-156. 2003.

BOZON, M. **Sociologia da Sexualidade**. Rio de Janeiro. FGV Editora. 2004.

BUCK, N.; SCOTT, J. **She`s leaving home: but why? An analysis of young people leaving the parental home**. *Journal of Marriage and the Family*, v. 55, n. 4, p. 863–874, 1993.

CAMARGOS, M. **Pesquisa Valores e religião na região metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte. Instituto Vertex. 2012

CANESCHI, L. **A saída da casa dos pais na transição para a vida adulta: trajetórias de jovens no Rio de Janeiro. 2015.** Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientadora: Simone Ouvinha Peres

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Banco de dados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 19 jun. 2018.

CARMO, P. S. do. **Culturas da Rebeldia: a juventude em questão.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

CARRANZA, B.; SOFIATI, F. Culturas juvenis católicas: aproximações teóricas às performances institucionalizadas. *In: Interseções*. Rio de Janeiro, v.20, n.2, p.330-350, dez 2018.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. Constituições, Decretos, Declarações. **Constituição Dogmática *Lumen Gentium***. 3ª ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 1968.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. Constituições, Decretos, Declarações. **Constituição Dogmática *Gaudium et Spes***. 3ª ed. Vozes. Petrópolis, RJ. 1968.

CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Conclusões da Conferência de Puebla.** Evangelização no presente e futuro da América Latina. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE) 2011-2015.** Paulinas. São Paulo. 2011.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE) 2015-2019.** Paulinas. São Paulo. 2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. – **Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE) 2019-2023.** Paulinas. São Paulo. 2015.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Documentos da CNBB nº 85: Evangelização da Juventude – Perspectivas e Desafios Pastorais.** Paulinas. São Paulo. 2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Estudos da CNBB nº 44. Pastoral da Juventude do Brasil.** Paulus. São Paulo. 1986.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Estudos da CNBB nº 76. Marco referencial da Pastoral da Juventude do Brasil.** Paulus. São Paulo. 1997.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Estudos da CNBB nº 93. Evangelização da juventude. Desafios e perspectivas pastorais.** Paulus. São Paulo. 2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Plano de Pastoral de Conjunto – 1966-1970.** Brasília: Edições CNBB, 2004.

- CRUZ, M. I. **Mulheres na Igreja e na Política**. Outras Expressões. São Paulo. 2013
- DALLA-DÉA, P. **Ensaio sobre o preconceito contra a juventude**. In. Dalla-Déa (org.) *Preconceitos com a Juventude*. Editora Prismas. Curitiba. 2016. P. 15-34.
- DAYRELL, J.; GOMES, N. L. **A juventude no Brasil**. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/objuventude>>. Acesso em: 28 jun. 2020
- DEBERT, G. G. **A dissolução da vida adulta e a juventude como valor**. *Horizontes Antropológicos*, 16(34), 2010. 49–70.
- DICK, H. **Mínimo do mínimo para anunciar uma boa nova à juventude**. *Cadernos Ciência e Fé*. Editora Universitária Champagnat. Curitiba. 2013.
- DOMEZI, M.C. **Mulheres do Concílio Vaticano II**. Coleção Marco Conciliar. Paulus. São Paulo. 2016.
- FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- FIGUEIREDO, L. C. **Sobre pais e irmãos – Mazelas da democracia no Brasil**. In. Kehl, M.R. (Org.) **Função Fraternal**. Rio de Janeiro. Reume-Dumará, 2000. p.132-156.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade: A vontade de saber**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1993
- FRANCISCO. **Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*, sobre o amor na família**; Canção Nova. Cachoeira Paulista, 2016.
- FRANCISCO. **Exortação Apostólica *Christus Vivit*, para os jovens e passa todo o povo de Deus**. Paulus. Coleção Magistério. São Paulo. 2019.
- FRANCISCO. **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual**. Paulinas. São Paulo, 2013.
- FRANCISCO. **Exortação Apostólica *Gaudium et Exultate*, sobre o chamado à santidade no mundo atual**. Loyola. São Paulo, 2018.
- FRANCISCO. **Exortação Apostólica *Querida Amazônia***. Edições CNBB. Brasília. 2019.
- FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Editora Boitempo. São Paulo. 2019
- FRIEDAN, B. **Mística Feminina**. Vozes. Petrópolis, RJ. 1971.
- FURLONG, A.; CARTMEL, F. **Young people and social change**. 2ed. ed. London: Open University Press, 2007.

GEBARA I. **Mulheres, Igreja e Poder: ensaios feministas**. Edições Terceira Via. São Paulo. 2017.

GOLDSCHIEDER, F. K.; DAVANZO, J. **Pathways to independent living in early adulthood: marriage, semiautonomy, and premarital residential independence**. *Demography*, v. 26, n. 4, p. 597–614, nov. 1989.

GONÇALVES, H. S., & COUTINHO, L. G. **Juventude e família: expectativas, ideais e suas repercussões sociais**. *Estudos E Pesquisas Em Psicologia*, (3), 597–611, 2008.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. São Paulo: Difel, 2000.

GROPPO, L. A. **Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil Contemporâneo**. *Revista Políticas Públicas*, São Luís, v. 20, n 1, p. 383-402, jan./jun. 2016

GROPPO, L.A. **Juventudes e Políticas Públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude**. *DESIDADES - Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude*. número 14 . ano 5 . mar 2017.

GUIMARÃES, E. **Pesquisa VAPD**

HEILBORN, M.L., In: **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça | GPP – GeR: módulo II / Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andreia Barreto**. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

HERVIEU- LÉGER, H. **O Peregrino e o Convertido. A religião em movimento**. 2ª Edição. Editora Vozes. 2015.

IBGE. **Censo 2018**. Rio de Janeiro: IBGE/Departamento de População e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018

JOÃO XXIII. **Contituição Apostólica *Pacem in Terris***. Tipografia Poliglota Vaticana, 1963.

JONES, G. **Leaving home**. Bristol: Open University Press, 1995.

KEHL, M. R. **Em defesa da família tentacular**. Disponível em <<http://www.mariarita.kehl.psc.br/PDF/emdefesadafamiliatentacular.pdf>> Acessado em junho de 2020. 2003.

KOSELLECK, R. **Estratos do tempo**. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC Rio, 2014, p. 19-25.

LIBANIO, J. B. **A Igreja e sua capacidade de satisfazer às demandas religiosas Projeto "Construir a Esperança"**. Revista Perspectiva Teológica. Número 24. Belo Horizonte. 1992. p. 367-374

LIBANIO, J. B. **Projeto pastoral "Construir a Esperança"**. Revista Perspectiva Teológica. Número 24. Belo Horizonte. 1992. p. 77-94

LIBANIO, J. B. **Rosto da Igreja de Belo Horizonte a partir do projeto "Construir a Esperança"**. Revista Perspectiva Teológica. Número 24. Belo Horizonte. 1992. p. 237-246

LIBANIO, J. B. **Jovens em tempos de pós-modernidade: considerações socioculturais e pastorais**. São Paulo: Loyola, 2004.

LIBANIO, J.B. **Concílio Vaticano II. Em busca de uma primeira compreensão**. Loyola. São Paulo. 2005.

LÖWY, M. **Prefácio**. In: SOFIATI, F. M. **Juventude Católica: o novo discurso da teologia da libertação**. São Carlos: EdUFSCar: 2012.

MOTA, C. **A Construção da Identidade de Jovens. Contribuições da Pastoral da Juventude**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Campus São Gabriel. Orientadora: Betânia Diniz Gonçalves.

NUNES, M. J. R. **Freiras no Brasil**. In: DEL PRIORE, M. História das Mulheres no Brasil. 7. Ed. São Paulo. Contexto, 2004.

OLIVEIRA, J. B. C. **I Assembleia do Povo de Deus: Renovação na Igreja de Belo Horizonte**. Appris Editora. Curitiba. 2015.

PANASIEWICZ, R. **Religião e Catolicismo em Belo Horizonte: dados de pesquisa e leitura teológico-pastoral**. Revista Horizonte. Dossiê: Religião e o CENSO IBGE 2010. Belo Horizonte. v.10 N.28. out/dez 2012, p. 1255-1279.

PASSOS, J.D. (org.). **Sujeitos no Mundo e na Igreja: reflexões sobre o laicato a partir do Concílio Vaticano II**. Coleção Comunidade e Missão. Paulus. São Paulo. 2014.

PASSOS, M. A Arquidiocese de Belo Horizonte e o Concílio Vaticano II nos caminhos da construção da esperança. IN: BOSCHI, Caio Cesar; PINHEIRO, Luiz Antônio (Coords.). **A Arquidiocese de Belo Horizonte e a Contemporaneidade**. História da Arquidiocese de Belo Horizonte, Vol.1, Belo Horizonte: Editora Puc Minas, 2013.

PASTORAL DA JUVENTUDE. **Bora Falar de Pastoral da Juventude? Roteiros de Rodas de Conversa para apresentar e falar da Pastoral da Juventude aos grupos de jovens.** Editora CCJ. São Paulo. 2016.

PASTORAL DA JUVENTUDE. **Projeto Celebração dos 40 anos da Pastoral da Juventude Nacional em Belo Horizonte.** Belo Horizonte. 2013.

PASTORAL DA JUVENTUDE. **Projeto Teias Jovens.** Belo Horizonte. 2011.

PASTORAL DA JUVENTUDE. **Relatório de Atividades do Encontro Arquidiocesano da Pastoral da Juventude.** Belo Horizonte. 2013.

PASTORAL DA JUVENTUDE. **Subsídio de preparação para a Assembleia Arquidiocesana de 2016.** Belo Horizonte. 2016.

PASTORAL DA JUVENTUDE. **Subsídio de Preparação para a Assembleia Arquidiocesana da Pastoral da Juventude de 2019.** Belo Horizonte. 2019.

PAULO VI. **Mensagem do Papa Paulo VI na conclusão do Concílio Vaticano II às mulheres.** Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/paulvi/pt/speeches/1965/documents/hf_pvi_spe_19651208_epilogoconciliodonne.html>

PINHEIRO, L. A. **Diretrizes e procedimentos da cúria metropolitana.** Belo Horizonte, 2009.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. Notícias do Brasil. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relatorio-de-desenvolvimento-humano-do-pnud-destaca-altos-indices-de-desigualdade-no-brasil/amp/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

RICK, F. PINTO, L. **Pastorais Sociais: A opção preferencial pelos pobres na Arquidiocese de Belo Horizonte.** 2020. no prelo.

RODRIGUES A., ASSMAR, E. e JABLONSKI B. **Psicologia Social.** 28 ed. Petrópolis, RJ. Vozes. 2010.

RUBIN, G. **The traffic in women: notes on the political economy of sex** In: Rayna Reiter (org), *Toward an anthropology of women.* New York, Monthly View Press, 1975 (Trad. Bras. Jamille Pinheiro Dias. In: *Políticas do sexo*, São Paulo, Ubu, 2017)

SAFFIOTI, H.I.B. **Mulher na Sociedade de Classes, Mito e Realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, J. – **Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history.** New York, Columbia University Press. 1989 Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/Gênero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso: 15 maio 2020.

SILVA, L. (org.) **Pastoral da Juventude um jeito de ser e fazer: Orientações para a caminhada: um CORPO em construção**. São Paulo: CCJ - Centro de Capacitação da Juventude. 2009.

SILVA, J.A.A.; VIEIRA, L.D.; SILVA, R.A. (Org.). Subsídio de Estudos **Somos Igreja Jovem**. Pastoral da Juventude: um jeito de ser e fazer. Brasília, DF. Editora FTD. 2012.

SIGNORELLI, C. **“O hoje do Concílio Vaticano II”**. In: **PASSOS, J.D. (org.)** **Sujeitos no mundo e na Igreja**. Paulus. São Paulo. 2014, p.189-232.

SIQUEIRA, G. P.; BAPTISTA, P. A. N; TEODORO-SILVA, W. A Conferência de Medellín: contexto político-eclesial e a posição sobre a Educação e a Juventude. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, Belo Horizonte, v. 16, n. 50, p. 648-676, ago. 2018. ISSN 2175-5841. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2018v16n50p648/13557>. Acesso em: 10 jun. 2020

SOFIATI, F. M. **Juventude Católica: o novo discurso da teologia da libertação**. São Carlos: EdUFSCar: 2012.

SPIVAK, G. C. **Pode o Subalterno Falar?** Editora UFMG. Belo Horizonte. 2014.

WOOLF, N. **O Mito da Beleza. Como as Imagens de Beleza são usadas contra as Mulheres**. Tradução de Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro. Ed. Rocco, 1992.

ANEXOS

ANEXO 1 – ATA DE REUNIÃO DA PJBH DE FEVEREIRO DE 2018

Reunião da Coordenação da PJBH – 02/02/2018 No dia 2 de fevereiro de 2018, ocorreu uma reunião da PJBH, das 16:00 às 19:00, no Centro de Referência de Juventudes, na Praça Rui Barbosa, 50, Centro, Belo Horizonte. Estiveram presentes Tiago, coordenador da PJBH, Ana Carolini, coordenadora da PJBH para o SAJ, Camila, coordenadora da PJBH para a CRPJ, Deyvison, secretário da PJBH, Edmar, assessor da PJBH, Ir. Isabela, assessora da PJBH, Laisa, assessora da PJBH, e Pe. Marcos, assessor religioso da PJBH. O Tiago apresentou a pauta: 1) Oração Inicial 2) Apresentação da Caminhada da PJBH 3) Avaliação das Atividades 4) Ajuda Financeira à Camila 5) Roda de Conversa da RENSA 6) Tarde de Formação 7) Escola Popular de Assessores 8) CF 2018 9) CEB's RENSA 10)PJ Artes 11)Parcerias 12)Próxima Reunião 2. Apresentação da Caminhada Tiago apresenta como foi a caminhada da PJBH desde a Assembleia de 2016. A Laísa diz como funciona o SAJ e qual a sua função dentro da arquidiocese. O Pe. Marcos questiona como foi feita a escolha para que fosse assessor da PJBH. A Laísa diz que o Pe. Rafael, responsável pelo SAJ, pensou em possíveis padres para assumir a assessoria, e passou os nomes destes padres para o Dom Walmor, e este escolheu o Pe. Marcos. Pe. Marcos se apresenta dizendo que participou da PJBH de 1982 a 1987, e que foi quando existiu a última coordenação da PJBH, antes da coordenação de 2017. Ele também diz que o papel dele é mais de ser uma ponte da PJBH com o clero da arquidiocese, sendo assim um assessor eclesial ou religioso. Sugere também uma maior participação nas coordenações de juventudes das regiões episcopais. 3. Avaliação das Atividades O Edmar diz que foi ruim não ter conseguido ensaiar a celebração antes, pois faltou a celebração ser mais poética. Diz também para dividirmos melhor as tarefas, para não sobrecarregar ninguém. O Pe. Marcos diz que sentiu que a celebração foi muito romana, e que precisava ter mais o rosto da PJ. Tiago diz que houve dificuldade em conseguir o local para a celebração de abertura. Diz também que legal abrir espaço para que jovens pudessem ajudar na celebração. Com relação a roda de conversa, foi dito que faltou mais diálogo entre jovens, e que em alguns momentos apenas a coordenação falou. 4. Ajuda Financeira à Camila A Camila fala sobre a reunião ordinária da CRPJ que ocorrerá em Rio Novo do Sul no Espírito Santo. Diz que a passagem de ônibus de ida e volta custaria em torno de R\$ 220,00, mas que a CRPJ está organizando uma van para levar jovens e que custará R\$ 190,00 a passagem. Além deste valor tem o valor da hospedagem de R\$ 70,00, logo caso o valor total é R\$ 260,00 (R\$

190,00 + R\$ 70,00). A Ana Carolini diz que irá ver com o SAJ, se é possível ajudar com este valor, e que entrará em contato com o Pe. Rafael. A Laisa salienta a necessidade desta ajuda por parte do SAJ, pois a Camila está indo a reunião representando a PJ da Arquidiocese.

5. Roda de Conversa da RENSA Foi conversado sobre uma nova estrutura para a roda de conversa. A nova estrutura ficou da seguinte forma: • Oração Inicial – Jovens da Paróquia São Tarcísio, Ir Isabela e Edmar; • Dinâmica do Barbante (Apresentação) – Tiago e Laisa; • Caminhada dos Olhares (Partilha) – Tiago e Laisa; • Dinâmica do Mapa – Tiago e Ana Carolini; • Dinâmica da Linha do Tempo (2014 – 2018) – Camila e Deyvison; • Dinâmica dos Grupos – Ana Carolini; • Dinâmica do Castelo de Cartas • Oração Final – Jovens da Paróquia São Tarcísio, Ir Isabela e Edmar;

6. Tarde de Formação Tiago diz que nenhum dos nomes sugeridos na reunião do dia 06/01/2018 poderia estar na tarde de formação. Por este motivo Tiago chamou o Alessandro (“Lelé”) para conduzir a tarde de formação. O Tiago ficou de olhar com o Alessandro em qual estrutura ele está pensando para a tarde de formação, e diz que precisaremos construir as orações inicial e final.

7. Escola Popular de Assessores É apresentada mudança do nome de Escola de Assessores para Escola Popular de Assessores, proposta pela Carol.

8. Abertura Campanha da Fraternidade 2018 Durante a conversa foi analisado que é necessário ver como será possível participar da abertura da Campanha da Fraternidade.

9. CEB’s RENSA Carol apresenta o tema do encontro da CEB’s que é: “Como Ser Igreja nos Tempos de Perda”. A Carol disse também que precisávamos escolher nomes para ser assessores do encontro de CEB’s com a Juventude, foram sugeridos dois nomes: Laísa e Caio.

10. PJ Artes Foi pensado em possíveis locais para ocorrer o PJ Artes: Paróquias Cura Dars, Coração de Maria, Mãe dos Missionários e São Gaspar Bertoni, e locais como o Remar, Colégio Dom Silvério, e a Casa do Betânia junto com uma escola próxima.

11. Parcerias Não houve tempo para conversar sobre as parcerias

12. Próxima Reunião A próxima reunião foi marcada para o dia 22/02/2018, para terminar de organizar a estrutura e os momentos da roda de conversa da RENSA

ANEXO 2 – ATA DE REUNIÃO DA PJBH EM JULHO 2016

Belo Horizonte, 28 de julho de 2014 Reunião da Coordenação da Articulação – PJBH Esta Reunião aconteceu no espaço IPJ, às 19 horas, e estiveram presentes: Cinthia dos Santos Frederico Augusto Laísa Silva Guilherme Gutierrez Definições: 1. Organização Arquidiocesana: • Mapeamento dos Grupos de Base: ♣ Ligação Para as Paróquias; ♣ Contato com os Coordenadores dos grupos; ♣ Seleção das identidades dos grupos; ♣ Contato com os grupos de Pastoral de Juventude e afins ♣ Elaboração de um mapa físico para melhor identificação das regiões. • Visitas nos grupos de base das regiões: ♣ Contará com a participação das pessoas expoentes do grupo de articulação, que participarão previamente por um encontro de formação de identidade: o Sabrina (Rensp) o Mariaclaudiana (Rensp) o Ramon (Rensa) o Juliana (Rensa) o Guilherme Ribas (Rensc) o Silvânia (Rensc) • Encontros Regionais de Espiritualidade formativa: ♣ Acontecerá em 3 dias; ♣ A missão (visita a alguma realidade social da região que reafirme as propostas da Pastoral da Juventude) deverá constar no cronograma deste encontro e deverá ser conduzida pelos respectivos coordenadores ou participantes do movimento, organização ou pastoral; ♣ A acolhida dos participantes, se possível, acontecerá nas casas da comunidade local; ♣ Participação de encontristas no desenvolvimento do encontro (cozinha, banheiro, organização); ♣ Selecionar assessoria de acordo com a necessidade. • Primeira Ampliada Arquidiocesana: ♣ Avaliação do andamento dos trabalhos • Segunda Ampliada Arquidiocesana: ♣ Promulgação do Estatuto; ♣ Definição da Coordenação Arquidiocesana. 2. Formação Integral: • Encontros Regionais: ♣ Desenvolvimento do material Na Trilha; ♣ Acontecerão 06 encontros por região; ♣ Definição de Assessoria. ♣ Encontro Arquidiocesano: ♣ Participação dos grupos de base integrados à rede de articulação da PJBH das diversas regiões; ♣ Desenvolvimento da Mística E Metodologia da PJ; ♣ Apresentação da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Belo Horizonte aos grupos de base. 3. Participação Social: • Inserção nos Conselhos Municipais; • Aproximação do Vicariato; • Co-laboração com as Pastorais Sociais; --- não avançar esta linha ---

ANEXO 3- ATA DE REINÃI DA PJBH EM JULHO DE 2014

Belo Horizonte, 28 de julho de 2014 Ata do 3º Encontro de Articulação – PJBH A reunião, com 28 participantes, iniciou-se às 9h30, com a mística conduzida por Cinthia, Laísa e Guilherme. Após a mística, Helder apresenta a definição dos grupos de jovens. Em seguida, sob a condução da Claudiana o grupo em subgrupos para a produção das respostas das seguintes perguntas, após a apresentação das fotos dos grupos de base de cada integrante: QUANTOS JOVENS EXISTEM EM SEU GRUPO?, QUAL A FAIXA-ETÁRIA DO GRUPO?, O QUE É MAIS LEGAL NO GRUPO? QUAL A RELAÇÃO DO GRUPO COM A COMUNIDADE PAROQUIAL?, O QUE É FEITO NO GRUPO?, QUAL O DESEMPENHO PARA A FORMAÇÃO DO GRUPO? QUAL A PARTICIPAÇÃO DO GRUPO NO BAIRRO, NA SOCIEDADE? QUAIS TEMAS DE RELAÇÕES PESSOAIS E INTERPESSOAIS TRABALHADOS NOS GRUPOS? O QUE VOCÊS ESPERAM DA ARTICULAÇÃO DA PASTORAL DE BELO HORIZONTE? Fora apresentadas as respectivas respostas das questões produzidas pelos grupos e contrastadas com as definições do Subsídio Somos Igreja Jovem. E em seguida, apresentada a programação das atividades arquidiocesanas e sociais, de interesse da PJBH. * As respostas dos grupos estão com o Helder; ** A programação apresentada está com a Laísa. Relator: Guilherme Gutierrez --- não avançar esta linha --

ANEXO 4 – ATA DE REUNIÃO DA PJBH EM NOVEMBRO DE 2016

Reunião da Coordenação da PJBH 13 de novembro de 2016 Residência Oficial do Remo. Frei Kauê, Betim – MG Estivemos reunidos na casa do Frei Kauê a coordenação arquidiocesana da Pastoral da Juventude de BH: Cícera, Frei Kauê, Marilson, Junio, Deyvison e Helder Com partilha e contribuições feitas durante a avaliação da Assembleia (avaliação feita na casa do Helder dia 15/11/16): Maria Claudiana, Camila, Alessandro Seara (Lelé). 10/11- Reunião com o Fred, VEASP 13/11 – Coord. da PJBH e Helder 15/11 - Avaliação da Assembleia 2016 e Planejamento 2017 Pauta 1. Oração inicial 2. Avaliação da Assembleia dia 15/11/2016 3. Calendário de 2017 da PJBH 4. Atualização e inclusão de novos contatos para a Articulação da PJBH 5. Grupo de Whatsapp e outras ferramentas virtuais de comunicação 6. Secretariado Arquidiocesano de Juventude – SAJ 7. Encontro da Pastoral da Juventude do regional Leste 2 da CNBB – ERPJL2 8. Ampliada Nacional da Pastoral da Juventude – ANPJ 9. Rifas 10. Avisos 1. Oração inicial O Frei Kauê conduziu muito bem a oração inicial. 2. Avaliação da Assembleia dia 15/11/2016 Reafirmamos a importância de avaliarmos nossas ações. Avaliar para ter a noção de como estamos caminhando e de nossos objetivos na caminhada. Nos encontraremos na Igreja São José, dia 15/11/16, às 9h. De lá seguiremos juntos para o Parque das Mangabeiras. Se estiver chovendo decidiremos outro plano. 3. Calendário de 2017 da PJBH Estivemos conversando com o Bruno Márcio (Vespasiano - MG). Ele já montou um calendário com sugestões de datas da PJBH, para apresentar ao conselho paroquial. Podemos olhar esse calendário para nos ajudar a montarmos o calendário da PJ na Arquidiocese. 2 Antes de apresentarmos o calendário necessitamos organizar um folder para divulgação sobre a Identidade da Pastoral da Juventude aqui na Arquidiocese. Podemos utilizar o subsídio “Somos Igreja Jovem” e também o “Guia dos/as delegados/as” como base para definirmos um texto objetivo de apresentação. Cuidar da diagramação e das imagens utilizadas para ficar atrativo e claro. O folder pode ser distribuído para divulgação da Pastoral da Juventude em todos os ambientes onde encontrarmos oportunidades de contatos, parcerias e articulação na Arquidiocese. O Frei Kauê olhará a possibilidade de impressão dos folders. Com a parceria VEASP e NESP desejamos emitir um certificado para quem participar dos quatro momentos dos cursos de formação da PJBH em 2017. Colocar um nome no projeto geral da PJBH para 2017: Projeto Pelos caminhos da Pastoral da Juventude Arquidiocese de Belo Horizonte 2017 Apresentamos uma sugestão de calendário da PJBH para 2017 22 a 29/01 ANPJ - Crato 12/02 “PJ Tecendo Relações” Encontro para Articulação da PJ na Arquidiocese Faremos um encontro para reunirmos todas as pessoas de referência da articulação da PJBH. Duas pessoas

por grupos de jovens que desejam caminhar conosco, a coordenação e a equipe de assessoria. Planejando e organizando a caminhada do ano de 2017. As pessoas ajudarem a preparar para se sentirem parte na caminhada e assumirem juntos os encontros de formação, o encontro e a assembleia. 04/03 Lançamento da CF 2017 Atividade arquidiocesana. 12/03 1ª Etapa: Escola de Formação da Pastoral da Juventude: “Com Jesus, nossa vida em missão” Tema: Constituição e Integração do grupo Estudo do Documento 85 da CNBB Assessoria: (ISTA) – Dom João Justino Comprar o DOC 85 para os participantes 14/04 Caminhada penitencial da juventude em Betim Atividade da PJ de Betim que poderá receber a participação de outros grupos da Arquidiocese. 01/05 Missa dos Trabalhadores Praça da CEMIG 07/05 Encontro Arquidiocesano da PJBH Título: Dinâmica: Programação: Oficinas com as 5 dimensões da PJ: Personalização Integração Política Teológico-teologal Capacitação Técnica 11/06 2ª Etapa: Escola de Formação da Pastoral da Juventude: “Com Jesus, nossa vida em missão” Tema: As Juventudes e a Política Robson Sávio / Fred do VEASP 05/08 Seminário de preparação do Grito dos Excluídos Para Belo Horizonte 3 15/08 Peregrinação da Juventude à Serra da Piedade Piquenique mais articulado. Intervenções durante a caminhada com a cara da PJ 03/09 3ª Etapa: Escola de Formação da Pastoral da Juventude: “Com Jesus, nossa vida em missão” Tema: Nossa Espiritualidade, a Mística e a Liturgia. Assessoria: Joaquim Mol; Edward 07/09 Grito dos Excluídos 28 e 29/ 10 Assembleia da PJBH 22/10 DNJ 25/11 Seminário de formação para a CF 2018 Incluir o Curso de Inverno do IPJ no calendário desse seminário. 03/12 4ª Etapa: Escola de Formação da Pastoral da Juventude: “Com Jesus, nossa vida em missão” Tema: Como fazer Pastoral da Juventude. Capacitação Técnica para Lideranças de grupos de Jovens Assessoria: Não foi sugerida no dia, mas podemos pensar nomes como os da Aline Ogliari; Vinícius Borges Confraternização do final do ano com a Articulação da PJ, coordenação e assessoria Celebrando a caminhada Uma Missa com confraternização Escola de Formação da Pastoral da Juventude: “Com Jesus, nossa vida em missão” Nossa escola de formação terá quatro temas que serão realizados em nível arquidiocesano, com certificado de participação. E elaboraremos em conjunto oficinas e palestras itinerantes para grupos de jovens na Arquidiocese. Nas paróquias onde temos os jovens e os padres apoiadores da Pastoral da Juventude levaremos a formação através de oficinas e palestras previamente organizadas, adaptada de acordo com a realidade e as demandas dos grupos de jovens. Enviar para o Fred Tema do curso e datas – Fazer um projeto Arte: Nomes: Assessoria: 09h às 17h Local: Santo Agostinho Nos dias de estudo como vamos fazer alimentação e comida – colocar isso no projeto. Cobrar Inscrição de cada um Contato com a PASCOM para divulgar o calendário. Dom João Justino está preocupado com a

formação. 4 4. Atualização e inclusão de novos contatos para a Articulação da PJBH Sem grupos de jovens não há processos de PJ. Decidimos rever e ampliar o grupo da Articulação da PJBH, tanto nas ferramentas virtuais, quanto nas reuniões presenciais. Temos que criar um grupo de apoio para a PJ nas diferentes regiões episcopais. Para isso podemos convidar as pessoas que já estiveram conosco na caminhada e ainda desejam ajudar. Marcar uma conversa com Dom Joaquim Mol. Rede de apoio não deve ser só por amizades, mas pessoas que poderiam ajudar na caminhada. Não é colocar muita gente, mas pessoas que somem na caminhada e que tenham grupos de jovens de referência. Nomes: RENSA: Cesar, Marilza, Carlos, RENSC: Welbert, A Cícera passou os nomes de pessoas que estão em grupos de jovens na Arquidiocese. Atualmente temos contato com 30 grupos, mas nem todos caminham em conjunto com nossa articulação. 5. Grupo de Whatsapp e outras ferramentas virtuais de comunicação Adicionar pessoas no whatsapp a partir do dia 15/11/16. A Cícera fará isso. Critérios: Amigos e Amigas da PJBH; na reunião da coordenação, realizada na casa do Frei kauê e também na avaliação da Assembleia da PJBH de 2016 achamos uma ótima ideia colocar mais pessoas nesse grupo de whats para que nossa aproximação ajude a caminhada dos grupos da PJ. Para orientarmos nossas postagens sugerimos algumas referências norteadoras: • A inclusão nesse grupo, de pessoas que desejam caminhar com a Pastoral da Juventude deverá ser feita mediante uma conversa prévia com a pessoa a ser incluída. Nessa conversa, que poderá ser virtual, explicaremos a finalidade do grupo e perguntaremos se a pessoa deseja ser adicionada. • Como uma rede social ela é livre e aberta, todos/as podemos comentar no grupo. Isso todos/as já sabemos. Usaremos sempre nosso bom senso. • Nas postagens feitas pensar sempre nos grupos de jovens que são as referências da PJBH. • Fazer postagens que ajudem a *articulação* da Pastoral da Juventude na Arquidiocese. • Na escolha dos assuntos manter o foco desse grupo no que se relaciona com a PJ em suas diversas dimensões. • Não utilizar o grupo para decidir coisas complexas. As decisões serão feitas nas reuniões presenciais. • Como sair desse grupo? Cada pessoa pode sair do grupo por espontânea vontade. Isso tb já sabemos. • Pessoas que não ajudam mais a caminhada da PJ podem ficar, mas podem sair. • Serão retiradas do grupo pessoas que usarem palavras ofensivas, machistas, homofóbicas e que atrapalhem a caminhada. 5 Facebook – Reativar o grupo do facebook da Pastoral da juventude. A impressão é que não temos muitas pessoas utilizando esse grupo. Também utilizar o e-mail da PJ para os comunicados oficiais. As outras ferramentas virtuais estão com as senhas de acesso postadas no google docs da PJBH. 6. Secretariado Arquidiocesano de Juventude – SAJ 03 e 04/12/16 – Recolhimento do SAJ com

planejamento para 2017 7. Encontro da Pastoral da Juventude do regional Leste 2 da CNBB – ERPJL2 08 a 11 – Frei Kauê, Deyvison, Cícera, Marilson, Laísa, Helder, O que podemos ajudar? Chegar antes; Fazer umas placas indicativas; Conversar com a Raquel. 8. Ampliada Nacional da Pastoral da Juventude – ANPJ Fizemos o pagamento da inscrição. Estamos vendo como comprar a passagem de avião. Existe um grupo de whatsapp com as pessoas que irão do nosso Regional Leste 2. 9. Rifas Vender e depositar o dinheiro até dia 09/12. Esse dinheiro será integralmente gasto nas despesas da PJ com a assembleia de 2016 e com a caminhada da PJ em BH. 10. Avisos: Reunião com Dom João Justino será dia 14/12 às 19h no Palácio Episcopal. Ir ao DNJ em Taquaraçu de Minas – 4 Encontrão da Juventude. Dia 20/11, dia todo. Junio (não irá), Morha, Lelé, Cícera e Helder

ANEXO 5 – ATA DA ASSEMBLEIA ARQUIDIOCESANA DA PASTORAL DA JUVENTUDE DE 2017

ATA 27/10/2017 As atividades da assembleia arquidiocesana da Pastoral da Juventude (PJ) começaram neste dia a partir das 20:00. Na medida em que os grupos foram chegando a equipe foi fazendo o credenciamento e acolhida dos carteiros (Termo que utilizamos para chamar os delegados) e convidados. Estavam presentes na assembleia: • Thais Jeniffer de Oliveira Carvalho - Como carteira representando a Paróquia São Judas Tadeu – RENSC • Denis William R. Trancoso e Mateus Eva Moreira como carteiros representando a Paróquia São João Batista – RENSC. • Cecília Camargo Pires e Karoline Soares dos Santos estavam como carteiros representando a Paróquia Santa Clara e São Francisco - RENSA, Thais Oliveira Paraguai estava como convidada. • Jeniffer Lorene Oliveira de Almeida e Amanda Sheridan da Silva estavam como carteiros representando a Paróquia São Gaspar Betoni – RENSC. • André da Silva Souza e Tatiane Antunes da Silva estavam como carteiros representando a Paróquia Nossa Senhora Aparecida – RENSP. • Camila Cristina dos Santos Meloncinni e Jefferson Santos de Assis Silva estavam como carteiros representando a Paróquia São Domingos de Gusmão – RENSA. Pe. Vicent estava como ouvinte. • Ana Caroline Pereira Barreto e Alexander estavam como carteiros representando a Paróquia Jesus Cristo Libertador – RENSA. Mais Jovens da paróquia estavam presentes como convidados e equipe de trabalho. • Francinaiara Assis Ferreira e Wallison Araújo de oliveira estavam como carteiros representando a Paróquia Nossa Senhora Aparecida – RENSA. • Heron Feitosa Pires estava como carteiro representando a Paróquia Coração de Maria Mãe dos Missionários – RENSA. Representando os grupos de trabalho estavam como carteiros: • Bruno Márcio de Castro Reis – GT Formação • Maicon Vinícius dos Santos – GT Encontrão • Tiago de Carvalho Santos – GT Assembleia Tatiane e Helder que fazem parte do GT Financeiro estavam na assembleia, mas, representando a paróquia e a assessoria respectivamente. Representando a equipe de coordenação arquidiocesana da PJBH estavam: • Cícera Botelho Frazão • Deyvison Rodrigo Medeiros Da Silva • Marilson Alves • Kauê Roque De Souza Lima Ofm • Helder S. S. Pinto • Edmar Basílio • Alessandro Seara • Laísa Silva Campos (Chegou no domingo à tarde devido a um compromisso de trabalho) A mística de boas-vindas foi conduzida por Mariana e Tiago, onde os participantes foram convidados a ficar descalços e fazer parte de uma experimentação teatral com exercícios corporais. Reconhecendo o espaço e o corpo, buscando o olhar do outro e construindo junto um espaço de contato físico. Em

seguida foi colocado um trem no centro do círculo, e pedimos para que os participantes se identificarem na história nos vagões (2015, 2016 e 2017). Após o lanche Edmar conduziu a mística utilizando a ludodanza, propondo um espaço de reconhecimento de si e do outro. Em seguida as famílias vieram buscar os participantes para dormir. EU TIAGO DE CARVALHO SANTOS, ACRESCENTO A OBSERVAÇÃO DE QUE ALGUMAS PESSOAS CHEGARAM DEPOIS DAS MÍSTICAS E APENAS NO OUTRO DIA, MAS A MAIORIA CHEGOU NO DIA 27. SEM MAIS LAVRO ESTA ATA DO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2017. ATA 28/10/2017 A mística da manhã foi conduzida por Cícera e Tiago, que trouxeram a proposta da leitura orante da bíblia. Utilizaram os quatro elementos para construção do ambiente. Em seguida, Hugo (assessor da assembleia escolhido pelo grupo de trabalho) deu início as atividades do ver, falando um pouco da estrutura da PJ Nacional e da CRPJ, trazendo exemplos e discussões para a assembleia. Hugo achou importante trazer essa estrutura porque muitas pessoas ali não entendiam como a PJ se organiza. Foi aberto um espaço de formação/discussão onde o Matheus Salvino trouxe uma reflexão sobre a realidade da juventude hoje e o Pe. José Adilson falou um pouco sobre a estrutura da Igreja nos tempos de Papa Francisco. Fala do Matheus Salvino: Falou brevemente sobre estarmos imersos entre várias juventudes e essa fragmentação que se faz presente na igreja, seja em organização para evangelização, ou seja, tal pluralidade, presente diretamente nos diversos grupos que se formam nas comunidades. Após caracterizar "juventude", destacou as incoerências de um "ideal jovem" versus 'uma realidade de vulnerabilidade', que coloca diversas juventudes marginais, vulneráveis e dignas da atenção evangelizadora, sobretudo de sua saída em missão. Fala do zé Adilson: Diz que por falta da dificuldade da experiência Jesus e Mundo, por não saber conectar isso, a gente se depara com a quantidade de cristãos vivendo modelos de igreja antagônicos e opostos, um dos grandes problemas é conseguir juntar o comprometimento com a comunidade de fé com os 4 modelos de igreja sendo. •1º modelo tradicional do sec. XVI, estrutura patriarcal, autoritária e piramidal. Vindo de bispos para leigos que só ouve. Neste modelo o mundo é do pecado e a salvação está na igreja e com isso a fé não tem nada a dizer para o mundo. Nós temos que ir para a igreja, pregação moralista, teologia do medo e castigo, Deus pune e o demônio pode nos acolher a qualquer momento. Para se libertar do pecado tenho que passar pelo rito, se libertar pela igreja. • 2º modelo conselho vaticano II, modelo que entra tendo de dialogar com o mundo moderno que está nascendo, tentando trazer a igreja com o mundo, ser sal da terra e luz do mundo, conceito mudado de poder dar um sabor diferente de mundo. Se tornando uma igreja povo de Deus, onde todos são responsáveis pelo anuncio do evangelho, horizontalmente, cai a ideia de medo e vem a misericórdia, igreja deixa

de jogar e começa a acolher. • 3º modelo neopentecostal, vindo dos EUA esse modelo é quase um retorno a igreja tradicional no seu discurso, porém com os recursos modernos, cura, louvor, exorcismo, individualismo, sentimentalismo, retoma a questão do bem e do mal, Deus e diabo. Muito forte a teologia da prosperidade, Deus está a meu serviço, não eu a ele. Difundido no Brasil com a renovação carismática e a canção nova. Nesse modelo a felicidade está no mundo, mas eu não preciso transformar o mundo. • 4º modelo (retoma o conselho II) igreja que vai para o mundo, difundida pelo Papa Francisco, acata as questões do mundo enfrentando-as questionando e dando pistas propondo coisas novas. Papa critica o capitalismo, retoma a opção pelos pobres, o leigo como protagonista de sua fé, repensa o conceito de família e questionadora, abre espaço para conversas com as questões e gênero, não é uma igreja fora do mundo, nem mundana. É uma igreja no mundo, que faz a experiência de Jesus, denuncia os equívocos, e propõe um caminho alternativo. Padre Adilson propõe aos jovens. Em quais modelos vocês estão inseridos? Após uma breve discussão, José Adilson retomou a fala trazendo que a questão não é escolher um modelo, mas sim, qual é o modelo de igreja que responde a proposta de Jesus. Não se bastando a minha opinião, mas sim o que Jesus faria. É importante que eu esteja conectado com o mundo. Seguimos para o café e a divisão dos grupos, Hugo lembrou a dinâmica de sexta. Ouvimos o momento marcante de cada jovem, enquanto se identificava o tempo de PJ. Experiências, ceb's, na trilha, ampliada, encontro arquidiocesano pela paz, Foranias. Após a divisão dos grupos e a discussão dos mesmos enquanto foi servido o lanche, voltamos, com Cícera lendo uma mensagem de Sarah Suzan e Vinicius Borges. Fizemos uma plenária com os relatores de cada grupo trazendo as discussões e mostrando como um todo a discussão feita nos pequenos grupos. Hugo partilha que durante essa semana tentou entender o processo da assembleia, a aplicação dos subsídios. A assembleia colou o GT assembleia em diálogo com cerca de 50 paróquias para chegar aqui no dia de hoje, Tiago contou o caso que foi chamado de “capeta” por ser da PJ. Resistência das paróquias quanto ao liberalismo da PJ enquanto igreja, e o modelo escolhido. Cícera toma a fala e pede para que as pessoas falem de como foi o processo de aplicação dos subsídios, Heron, traz como ele se sente no processo de aplicação e como isso deu mais motivação para o processo, a Tatiane do grupo alfa, mostrou quanto foi importante para eles a aplicação do subsídio que foi adaptado para um encontro só. A Cecília mostra o cuidado e carinho com o subsídio. Vespasiano, fala que não conseguiram produzir a colcha ou almofada e foi adaptado em forma de reunião. Thais fala do quanto a aplicação do subsídio reaproximou o grupo de jovens. O grupo fusca, traz a particularidade do grupo e que a escrita do subsídio foi bem leve, e a importância de escritas da arquidiocese. Tirol conta o quanto estão envolvidos no

processo e se sentiram parte do todo. São Gaspar fala também a particularidade deles e que foi um processo que ajudou muito esse reinício da pastoral da juventude. Camila Cristina trouxe que a proposta do material, conectou o as diferentes lideranças. Denis e Mateus acrescentam o quanto esse processo de assembleia fortaleceu o grupo de jovens da Paróquia São João Batista, e também os fez crescer como pessoas. Hugo, costura a fala dizendo que o material, serve mais como desculpa para trazer para perto a juventude. Falamos dos grupos de jovens que estabeleceram contatos via subsídio e que isso mostra um terreno para trazer junto. Eles trazem a partilha dos GT's e espaços de mobilização. Cícera, pede para que os GT's apresentem o processo. Trouxeram os pontos positivos e negativos. E do cuidado em que se deve ter com esses espaços. Os jovens saíram para o almoço 12h45 – 14h30. Hugo retoma com a Partilha coletiva do que foi discutido nos grupos: Lucas: serviço; troca de experiência; ação social. Ana Carolini: partilhas e vivências construtivas. Tiago: a organização enquanto grupo, articulação, expectativas. Hugo retoma a palavra falando das expectativas associadas a práticas. Caminho duplo, pessoas em sintonia para construir. Expectativas, o que espera na prática da PJBH: Alex/Carol: diálogo entre regiões e bases como forma de multiplicar a identidade. Tiago: convivência e entrosamento. Apoio/Assessoria. Apresentação da coordenação atual (eleita em 2016) e explicaram o processo: Cícera: 5 prioridades a partir da coordenação, articulação regiões episcopais. 5 articuladores: Frei Kauê: Coordenação Leste 2, Marilson: Coordenador SAJ, Deyvison: referência na RENSA, Júnior: referência RENS. 5 assessores: Laísa, Alessandro Seara, Matheus Salvino, Edmar e Helder. Hugo retoma, PJ em organização: Relações da base que se fortificam criam articulações e contatos com outros espaços, vivências. Fluxo de rede, núcleos de referência se constituem aos poucos. Outras formas de uma vivência pastoral. 2 condições a nível arquidiocesano: região (partilha dioceses). Ocupar espaço arquidiocesano. Hugo fez a leitura de uma carta escrita em março/2017 – explica o setor juventude na arquidiocese. Após essa parte fomos para um momento de relaxamento com Frei Kauê: meditação. Fechar os olhos, perceber, observar a respiração, “esquecer os pensamentos”. Após esse momento fomos para o lanche e iniciamos o momento do JULGAR. Irmã Bella, começou se apresentando, sua congregação, história na PJ. Foi pedido para que fizesse uma reflexão sobre o ano mariano. Leitura Lc 1, 26-38. A primeira reflexão foi que Maria é capaz de acolher o desafio de gerar Deus para a humanidade, dando sua vida ao verbo encarnado. Conseguimos nos recordar a história de João Batista, onde Zacarias não acredita que Isabel poderia gerar um filho, uma vez que era estéril, e Maria uma jovem, mulher, sem casamento que recebe a visita de um anjo, anunciando a vinda de Jesus, topando esse desafio. Muitas vezes imaginamos Maria “bobinha”, visão

equivocada, pois ela era uma mulher de clareza muito grande, e é esse o primeiro convite que trago para julgar, a ousadia de Maria, o segundo passo, quais são as perguntas que devemos fazer enquanto PJ a partir do ver, quais conflitos ainda existem. Grupo 1: Setor da juventude, o que isso tem a ver com a PJ, com a paróquia e como articular? O que é igreja em saída? E o que é a nova evangelização? Respostas: • Setor juventude não tem relação direta com a paróquia, os padres e os bispos não conhecem a ideia do setor, vale a pena ocupar o espaço para que ele não ficar sem representatividade, e tomar cuidado para não nos subordinar. A coordenação arquidiocesana da PJ acompanha o SAJ até hoje, temos representatividade (Marilson), PJ tem que apoiá-lo e acompanhar seu trabalho, e nós enquanto grupo precisamos reportar o problema. Dando opiniões. Avaliar qual a função do setor na paróquia e se funciona igual na arquidiocese, afinal não há clareza na descrição do setor, identificar o que é de fato. • Igreja em saída é aquela que vai até o mundo e não se restringe ao vem a mim. Nova evangelização é a inserção dos fiéis a novos espaços, e nessa ida mostrar a diferença de Jesus em sua misericórdia e não na doutrinação. Grupo 2: a partir do ver qual a posição da PJ enquanto movimento social? Qual é a medida para ser orgânica? Como lidar com as expectativas? Se já é difícil trabalhar na base, como chegar no espaço arquidiocesano? Respostas: • movimento social. Não é necessário ser partidário para ser PJ, o que não pode confundir é ser partidário e participar de movimentos sociais, são coisas distintas. O que mais mobilizou a PJ foi a campanha chega de violência e extermínio de jovens. • A alegria, tristeza e sofrimento do mundo têm que ser as alegrias, tristezas e sofrimentos da igreja. • a vida do jovem tem que se relacionar com a PJ. • a juventude vive com expectativas, é necessário saber delegar tarefas e ter alguém para conduzir a caminhada, mas não centralizar. Se necessário, terapia. • a arquidiocese é um espaço de articulação para assessorar as bases, não tem como ser arquidiocese sem ser base. Grupo 3: se temos ou não identidade PJ? A dificuldade em entender PJ para o novo que chega? Como fortalecer, atrair e motivar os jovens a serem PJ. Identidade com a CEB's como mostrar e relacionar essa origem? Respostas: • sair do plano ideal utópico para conhecermos a realidade dos grupos. • entender questões como: o grupo participa da PJ ou se o Ir com calma para não virar um “zé Den d'água”, esperar a individualidade de cada um na sua identificação. Cada um vai sentir de uma forma, não tem como definir todos os parâmetros para ser PJ, claro que tem suas vertentes que tornam igual, mas a sua identificação é algo particular. • Grupo é PJ. Como vamos responder aos desafios da arquidiocese para a PJ? (agir). [CAFÉ DA TARDE, MUSICALIZAÇÃO]. • fazer eles se apaixonarem, ir ao encontro. Tocar a real. • reaproximar das CEB's, nós somos a herança das CEB's, somos uma igreja que acolhe, tem jovens que não querem ser PJteiros, como nós da

base vamos acolher esses jovens. • é sim papel da PJ, ajudar os jovens a se esclarecerem como sujeitos vocacionados por meio do projeto de vida. Leitura e reflexão acerca da passagem lucas 1, 39-57. Maria, ainda que mãe de Jesus, não se coloca acima dos outros. Quais são as realidades que somos convocados a ir ao encontro? O que é “Izabel” na PJ nos dias de hoje? O que é necessário ir ao encontro? É necessário acolher, ir a encontro das particularidades e acolhê-las na sua ‘forma natural’. É importante sentir-se acolhido, respeitar as diferenças. O “femicídio” do protagonismo feminino nas igrejas por parte da própria igreja. Reflexão acerca das bodas de Caná: Maria atenta para que o vinho da vivacidade não falte. É função da PJ: garantir que esse vinho não falte. A percepção da necessidade de agir, de ajudar quem precisa. O grupo deve ser um lugar que favorece fazer “ tudo o que ele disser”. O papel da arquidiocese é multiplicar as vivências. Jantar. EU MARIANA RESENDE PENIDO, LAVRO ESTA ATA DO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2017. ATA 29/10/2017 Os Jovens foram divididos em três grupos para discutirem propostas de acordo com o tema indicado. Após o levantamento das propostas cada grupo escolheu um membro para levarem as propostas para o outro grupo rediscutir e aprimorar e encaminhar para fechamento em plenária. Na primeira rodada os grupos discutiram sobre os seguintes temas: • Grupo 1 (G1) – abordou o tema assessoria. • Grupo 2 (G2) – tempo de coordenação. • Grupo 3 (G3) – modelo de coordenação mais indicações. PLENÁRIA: G2 –TEMA: TEMPO DE COORDENAÇÃO - APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DOS GRUPOS - TIAGO • Os grupos apresentaram a proposta de coordenação de 3 anos. Organizados, primeiro ano conhecer a realidade da PJ, segundo ano consolidar a realidade vista, conhecida e adaptada na arquidiocese, e terceiro ano preparação das lideranças para darem continuidade no processo. A proposta contempla também um encontro avaliativo no final de cada ano. A coordenação tem autonomia para convocar momentos para novas eleições caso necessário (alguém desista). VARIAÇÃO DA PROPOSTA: De que o tempo de coordenação seja de um ou dois anos. CONSTRUÇÕES DA PLENÁRIA: Helder e Cícera questionam a votação do tempo antes das prioridades. Cícera lembra que a caminhada ficou pesada por conta da redução da equipe. Questiona também que uma avaliação a cada um ano pode tirar a legitimidade da assembleia. Alessandro Seara fala que o tempo é importante e 3 anos é o formato usual. Defende a proposta de três anos e coloca que o que prejudicou a caminhada foi a falta de clareza dos papéis. A avaliação é importante. Lembrar de cuidar das pessoas. Bruno acha que três anos são difíceis, dificulta a avaliação e organização. Dois anos favorece a reorganização e assertividade. Camila defende o serviço de três anos. Edmar traz que três anos acompanham os processos da arquidiocese. VOTAÇÃO 1: DO TEMPO DE DURAÇÃO DE EXERCÍCIO DA COORDENAÇÃO 2 ANOS – 14

VOTOS 3 ANOS – 12 VOTOS ABSTENÇÕES - NENHUMA FICA DEFINIDA POR MAIORIA DOS VOTOS QUE O TEMPO DE EXERCÍCIO SERÁ DE 2 ANOS. VOTAÇÃO 2: SOBRE TER OU NÃO UMA AVALIAÇÃO ANUAL SIM – 20 VOTOS NÃO – 5 VOTOS ABSTENÇÕES – 1 FICA DEFINIDA POR MAIORIADOS VOTOS QUE ACONTECERÁ UMA AVALIAÇÃO AO FINAL DE CADA ANO POR ANO. G2 - TEMA: MODELO DE COORDENAÇÃO - APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DOS GRUPOS - THAIS Os grupos apresentaram a proposta de modelo - coordenação composta por 8 pessoas – 1 coordenador por região, 1 coordenação geral, 1 coordenador para o SAJ, 1 secretária, 1 coordenador CRPJ. VARIAÇÃO DA PROPOSTA - Não ter uma pessoa eleita para secretário, o mesmo pode ser escolhido entre os membros da coordenação. CONSTRUÇÕES DA PLENÁRIA: Helder questiona como votar uma pessoa para uma região que não existe (Se referindo a nova região episcopal)? Camila pergunta por que tiraram a ideia de secretário? ALESSANDRO SEARA– Respondendo a Camila, foi discutido para trazer para assembleia por que não houve unanimidade nos grupos. ALESSANDRO HIPOLITO – Fazer como a PJ nacional. O secretário fica responsável pela articulação geral e cada região tenha 5 membros representando as Foranias. HUGO – Como serão escolhidos os representantes das regiões? Serão escolhidos na assembleia? CAMILA – Quem deve escolher o representante da região é a própria região. A coordenação geral deve ajudar a região neste processo. HELBERT - Devemos ter mais atenção com a proposta do Hipólito. Precisamos de mais pessoas nas regiões. VOTAÇÃO 3: COORDENAÇÃO GERAL COM 4 PESSOAS INCLUINDO UM SECRETÁRIO. SIM - MAIORIA FICA DECIDIDO POR CONTRASTE QUE A COORDENAÇÃO SERÁ DE 4 PESSOAS, 1 COORDENADOR/A GERAL, 1 COORDENADOR/A PARA SAJ, 1 COORDENADORA/A PARA CR E 1 SECRETÁRIO/A. VOTAÇÃO 4: 6 OU 7 PESSOAS NA COORDENAÇÃO, 4 DA COORDENAÇÃO ARQUIDIOCESANA MAIS 2 OU 3 REPRESENTANTES (REFERÊNCIAS) DAS REGIÕES. SIM - 21 VOTOS NÃO - 4 VOTOS ABSTENÇÕES - 1 FICA DEFINIDO POR MAIORIA DOS VOTOS QUE A COORDENAÇÃO SERÁ COMPOSTA POR 4 PESSOAS PARA COORDENAÇÃO ARQUIDIOCESANA E MAIS UM REPRESENTANTE POR REGIÃO INDICADOS PELAS MESMAS EM UM PROCESSO PÓS ASSEMBLEIA. G1 – TEMA: ASSESSORIA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DOS GRUPOS – BRUNO Foram discutidos nos grupos se é interessante manter os assessores? Que tipo de assessoria? Como serão escolhidos? É preciso entender a assessoria, o que é assessoria e de quem é o acompanhamento. Vamos aprofundar sobre a assessoria ou votar aqui em assembleia? CONSTRUÇÕES DA PLENÁRIA CAMILA- Se for deixar para

definir depois é preciso deixar alguém provisoriamente responsável por acompanhar a coordenação. THAIS - Questiona se a assessoria no formato atual funcionou. CÍCERA - O atual formato de assessoria acompanha a coordenação. É preciso sair com a assessoria eleita para garantir a legitimidade. ALESSANDRO HIPOLITO - O próprio grupo de base pode buscar uma assessoria para acompanhar o grupo. ALESSANDRO SEARA – Existem outros formatos de apoio, exemplo IPJ, faltou dizer para as bases que a assessoria era para coordenação. É preciso votar aqui para garantir a legitimidade. CÍCERA - lembra das formações itinerantes que foram formas de acompanhar os grupos. Dom Walmor sugeriu 4 padres para acompanhar a PJ. IR BELLA – Sugere um assessor responsável por acompanhar a coordenação e gestar a equipe de assessores através da formação. Escolhido da assembleia. VOTAÇÃO 5: APROFUNDAR SOBRE A ASSESSORIA DEPOIS DA ASSEMBLEIA SIM - 15 VOTOS NÃO - 7 VOTOS ABSTENÇÕES – 4 FICA DECIDIDO POR MAIORIA DOS VOTOS QUE HAVERÁ UM APROFUNDAMENTO SOBRE O TEMA ASSESSORIA EM OUTRO MOMENTO APÓS A ASSEMBLEIA. VOTAÇÃO 6: ESCOLHER NA ASSEMBLEIA UM ASSESSOR PARA ACOMPANHAR O PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DA ASSESSORIA E A COORDENAÇÃO. SIM - 22 VOTOS NÃO - NENHUM VOTO ABSTENÇÕES - 4 FICA DECIDIDO POR MAIORIA DOS VOTOS QUE SERÁ ELEITO UM ASSESSOR QUE DEVERÁ ACOMPANHAR O PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DA EQUIPE DE ASSESSORES E ACOMPANHAR A COORDENAÇÃO. Após a primeira rodada de votações houve a segunda divisão de grupos para levantarem propostas para os seguintes temas: G1 - PERFIL E FUNÇÃO DA COORDENAÇÃO G2 - COMO VAI SER A ESCOLHA DA ASSESSORIA G3 – APROFUNDAMENTO DAS QUESTÕES DAS REGIÕES APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS EM PLENÁRIA. G2 – COMO VAI SER ESCOLHIDA A ASSESSORIA. Os grupos levantaram os nomes do Edmar e Irmã Bella como assessores, com a função de acompanhar a construção do projeto pastoral junto à nova coordenação, propor um processo para formar novos assessores, acompanhar o projeto de vida da coordenação. Perfil disponibilidade de tempo estar em diálogo com a coordenação, deixar a coordenação ter autonomia e protagonismo no processo, entender o que é assessoria e coordenação. BRUNO: acrescenta acompanhamento das bases. VOTAÇÃO 7: COMPOSIÇÃO E FUNÇÃO DA ASSESSORIA DE ACORDO COM O APRESENTADO. SIM - CONTRASTE FICA DEFINIDA QUE A ASSESSORIA SERÁ FORMADA E TERÁ O PERFIL DE ACORDO COM O APRESENTADO ACIMA NA PROPOSTA DO GRUPO 2. SOBRE OS NOMES APRESENTADOS PARA A COORDENAÇÃO: EDMAR – Está a disposição, lembra que caminhou um ano com a coordenação e tentei ajudar o grupo que

consegui acompanhar. IRMÃ IZABELA - É uma linha de parceria e uma porta de entrada para as congregações (CRB) acompanharem a PJ, estou disponível. DEFESAS NAIARA – Defende ter os dois como assessores. HELDER – Defende o nome do Edmar por ele já ter o conhecimento da história da PJBH. LELÉ- Defende oxigenar o processo. EDMAR - Propõe uma nova votação a respeito dos números de assessores. CÍCERA – Acha ótimo os nomes, mas “re-votar” o número de assessores é mudar por questões afetivas. G1 - FUNÇÕES, PERFIL, EXPECTATIVAS COORDENADOR PERFIL: Prioridade para os serviços da PJBH, disponibilidade de tempo e descolamento, boas relações, comunicação, pro-atividade. FUNÇÕES: Acompanhamento dos serviços da coordenação como um todo, referência na articulação dos trabalhos arquidiocesanos. SECRETARIA PERFIL: Organizado, comunicativo, proativo, disponível, conectado, boa redação. FUNÇÕES: Registro de atividades e reuniões, auxiliar na divulgação das atividades, fazer contatos, administrar as páginas na internet. COORDENADOR/A PARA CR PERFIL: Disponibilidade para viagem e financeira. COORDENADOR/A PAR O SAJ PERFIL: Posicionamento, saiba dialogar, clareza sobre a PJ, trabalhar de forma cooperativa junto ao SAJ. FUNÇÕES: Divulgação das atividades, participação conjunta. REFERÊNCIAS DAS REGIÕES Articular a região a qual representa junto a coordenação. CONSTRUÇÕES DA PLENÁRIA HELDER- Acrescenta na função da secretaria os cuidados com as redes sociais e relatoria. ALESSANDRO SEARA – Lembra que faltou apontar tempo de caminhada. DAYVISON – Reforça que sobre a disponibilidade financeira, a capacidade sobressai ao financeiro. CÍCERA - Destaca que tem que ter a PJBH como prioridade. HUGO - A coordenação vai ser colegiada ou votada por função? VOTAÇÃO 8: COORDENAÇÃO COLEGIADA SIM- NENHUM VOTO FICA DEFINIDO QUE A VOTAÇÃO SERÁ POR FUNÇÃO. VOTAÇÃO 9: DOS PERFIS E FUNÇÕES PROPOSTAS PARA COORDENAÇÃO GERAL: SIM - POR CONTRASTE OS PERFIS E FUNÇÕES DOS MEMBROS DA COORDENAÇÃO GERAL SERÁ AS PROPOSTAS PELO GRUPO. G3 - PERFIL DAS REFERÊNCIAS DAS REGIÕES EPISCOPAIS PERFIL: Conhecer a região episcopal, idade até 27 anos, mantenha vínculo com a base (grupo de base), conhecer a sua paróquia, apaziguador, diplomático, ter tempo de caminhada, ter como prioridade a PJBH e as atividades da sua região episcopal. FUNÇÕES: Participar junto a coordenação arquidiocesana, manter a comunicação entre região e arquidiocese, aproximar- se das pessoas referências, aproximar e mapear os grupos, estar atento na divulgação dos materiais da PJ para grupos. CONSTRUÇÕES DA PLENÁRIA ALESSANDRO HIPOLITO - Questiona o que é diálogo? CAMILA - É ser uma pessoa que sabe dosar a postura. CÍCERA - Acrescenta no perfil tempo de caminhada. VOTAÇÃO 10:

SOBRE A APROVAÇÃO DAS FUNÇÕES E PERFIS PARA COORDENADORES DAS REGIÕES SIM – CONTRASTE FICA DEFINIDO POR CONTRASTE QUE OS PERFIS E FUNÇÕES DAS REFERÊNCIAS PARA AS REGIÕES EPISCOPAIS SERÃO COMO APRESENTADOS PELOS GRUPOS. VOTAÇÃO 11: FAZER O LEVANTAMENTO DOS NOMES DAS PESSOAS INDICADAS PARA COMPOR A COORDENAÇÃO E VOTAR DEPOIS DA MISSA? SIM - CONTRASTE VOTAÇÃO 12: VAMOS INDICAR NOMES AGORA? SIM – CONTRASTE VOTAÇÃO 13: ACEITAR AUTOINDICAÇÃO? SIM - CONTRASTE DAS INDICAÇÕES TIAGO - REGIÃO CONCEIÇÃO - JÁ ESTA INDICADO THAIS- REGIÃO CONCEIÇÃO – NÃO PODE ACEITAR A INDICAÇÃO POR MOTIVOS PESSOAIS. JENYFER –REGIÃO CONCEIÇÃO - NÃO PODE ACEITAR A INDICAÇÃO POR FALTA DE DISPONIBILIDADE, NÃO PODE COLOCAR A PJBH COMO PRIORIDADE NO MOMENTO. CAROL – REGIÃO APARECIDA – ACEITA A INDICAÇÃO. DENIS - REGIÃO CONCEIÇÃO – NÃO SE SENTI SEGURO PARA ASSUMIR. TATIANE- PIEDADE - NÃO TEM TEMPO DE CAMINHADA NA PARÓQUIA, NEM TEMPO DE CAMINHADA NO GRUPO, MAS PODE ASSUMIR A REFERÊNCIA DA REGIÃO. CECÍLIA - INDICADA PARA COORDENAÇÃO GERAL. – ACREDITA QUE O QUE MAIS CONTA É O TEMPO E ELA OPTA POR SE DEDICAR A PARÓQUIA. ANDRÉ – INDICADO PARA PIEDADE- NÃO PODE ASSUMIR. ALEXSANDER –REGIÃO APARECIDA – A PRINCÍPIO HAVIA ACEITADO A INDICAÇÃO, MAS APÓS UMA CONVERSA COM A EQUIPE QUE TRABALHA E COM SEU PÁROCO, NÃO SERÁ POSSIVÉL ACEITAR A INDICAÇÃO. DAYVIDSON – ACEITA TIAGO – ACEITA CAMILA- ACEITA ANA CAROLINI - ACEITA Pe. José Adilson chama atenção para as exigências e falta de perfil para atender. Saímos para o almoço - 13h35 e retornamos para a missa as 14h30, logo após retomamos a plenária para votações. Missa – 14h30 Retomada - 15h42 Cícera - leitura carta Matheus Salvino, lelé, Dom Joaquim Mol. VOTAÇÃO 14: OS CANDIDATOS SE POSICIONARAM DE ACORDO COM A FUNÇÃO QUE DESEJAM E O LOGO APÓS FAREMOS A VOTAÇÃO? SIM – 22 VOTOS ABSTENÇÃO 1 NÃO- NENHUM VOTO FALAS DOS INDICADOS ANA CAROLINE - AGRADECE A INDICAÇÃO DA PJ DA PARÓQUIA JESUS CRISTO LIBERTADOR, DIZ QUE QUER CONTRIBUIR NA CAMINHADA E ESTA A DISPOSIÇÃO PARA O SAJ. CAMILA - AGRADECE A INDICAÇÃO E NÃO ESTA A SERVIÇO DO SAJ E NEM PARA A COORDENAÇÃO GERAL. DEYVISON - ESTA MAIS DISPONÍVEL PARA CR E NÃO SE SENTE BEM PARA SECRETARIA. TIAGO - AGRADECE A INDICAÇÃO DO GRUPO DE JOVENS DA PARÓQUIA SÃO JOÃO

BATISTA E NÃO ESTA À VONTADE PARA CR E SAJ, ESTÁ DISPONIVEL PARA COORDENAÇÃO GERAL E SECRETARIA. VOTAÇÃO 15: DE ACORDO COM A DISPONIBILIDADE: COORDENAÇÃO GERAL TIAGO - 22 DEYVISON- 0 COORDENAÇÃO SAJ CAROL -20 DAYVISON -0 ABSTENÇÕES – 3 COORDENAÇÃO CRPJ LESTE 2 CAMILA - 11 DEYVISON – 8 ABSTENÇÃO – 3 SECRETARIA DEYVISON – 16 NÃO – 0 ABSTENÇÕES - 7 ASSESSORIA EDMAR – 5 IR. IZABELA – 11 ABSTENÇÃO – 7 IR. IZABELA SOLICITOU PARA AGUARDAR AS DELIBERAÇÕES DA CONGREGAÇÃO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO SEU NOME NA ASSESSORIA. ATÉ 15/11 A COORDENAÇÃO FICA ORGANIZADA DA SEGUINTE FORMA: - COORDENADOR GERAL – TIAGO - COORDENADORA PARA O SAJ – ANA CAROLINE - COORDENADORA PARA CR – CAMILA - SECRETARIA - DEYVISON VOTAÇÃO 16: EIXOS A SEREM TRABALHADOS • IDENTIDADE SIM 10 ABSTENÇÃO 11 Tiago sugere escolas de formação e aprofundamento nas realidades das regiões, uma escola por região. • FORMAÇÃO: TIAGO - É preciso pensar em formas de ter nomes para as regiões episcopais. VOTAÇÃO 17: PRIORIDADE – A COORDENAÇÃO ELEITA TEM COMO PRIORIDADE ARTICULAR ESTRATEGIAS PARA TRAZER UMA PESSOAS PARA REPRESENTAREM AS REGIÕES EPISCOPAIS. SIM- CONTRASTE VOTAÇÃO 18: APONTAR AÇÕES PRÁTICAS E A COORDENAÇÃO ESTRUTURA OS EIXOS EM OUTRO MOMENTO. SIM - 20 NÃO - 0 ABSTENÇÃO - 3 DAS AÇÕES VOTAÇÃO 19 • MISSÃO / MISSÃO DE APADRINHAMENTO – TRABALHAR CF E BANDEIRAS SIM - CONTRASTE • ENCONTRÃO -1 POR ANO SIM - CONTRASTE • PJARTES- 1 POR ANO SIM - CONTRASTE • FORMAÇÃO CONTINUADA SIM -CONTRASTE • FORMAÇÃO SOBRE ASSESSORIA SIM - CONTRASTE • PROMOVER FORMAÇÃO PARA ASSESSORES • BUSCAR PARCERIAS INDICATIVO: SIM - CONTRASTE • SUSTENTABILIDADE (FINANCEIRA) INDICATIVO: SIM-CONTRASTE • INTERCÂMBIO – TROCAS DE EXPERIÊNCIA COM PJ EM OUTRAS ARQUIDIOCESES. INDICATIVO: SIM- CONTRASTE • ARTICULAÇÃO FORMALIZADA A AAPJ encerrou com uma oração inicial, onde todos puderam expressar seus sentimentos e expetativas, muitos estavam emocionados e felizes com a construção. EU CLEIDE OLIVEIRA DE ALMEIDA, ACRESCENTO A OBSERVAÇÃO DE QUE AS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES SOBRE AS AÇÕES FORAM MUITO INTENSAS E DIFICEIS DE SEREM ANOTADAS COM FIDELIDADE. DESTACO A IMPORTANCIA DE OBSERVAR AS ANOTAÇÕES E

ADAPTAR AO QUE FOI DISCUTIDO. SEM MAIS LAVRO ESTA ATA DO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2017. Pastoral da Juventude Arquidiocese de Belo Horizonte Paróquia Jesus Cristo Libertador, outubro de 2017